



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do Encontro Internacional de Combate à Lavagem de Dinheiro e Recuperação de Ativos

Superior Tribunal de Justiça, 01 de setembro de 2004

Meu caro Márcio Thomaz Bastos, ministro de Estado da Justiça,
Senhores embaixadores,
Meu caro ministro Waldir Pires,
Meu caro ministro Álvaro Augusto,
Meu caro Félix, do Gabinete de Segurança Institucional,
Meu caro ministro Edson Vidigal, presidente do Superior Tribunal de Justiça,

Senhoras ministras e senhores ministros do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça,

Meu caro Cláudio Fonteles, procurador-geral da República,
Meu caro Cássio Casseb, presidente do Banco do Brasil,
Meu caro Giovanni Quaglia, representante do escritório das Nações Unidas contra drogas e crimes do Brasil e no Cone Sul,

Senhores participantes do Encontro Internacional de Combate à Lavagem de Dinheiro e a Recuperação de Ativos,

Meus senhores e minhas senhoras,

Antes de ler o meu pronunciamento eu queria dizer, ministro Márcio Thomaz Bastos, da alegria de poder participar deste Encontro, em que se discute a lavagem de dinheiro e a recuperação de ativos, dois temas de mais extraordinária relevância para uma nação que quer ser ética, soberana e que quer fazer justiça social.



E feliz por ver a quantidade de pessoas que estão aqui: juízes, ministros, desembargadores, advogados, policiais, organizações da sociedade civil. Ver essa quantidade imensa de pessoas preocupadas em combater a lavagem de dinheiro nos dá a esperança de que tem jeito, de que é possível e de que, na medida em que a gente tenha as instituições da sociedade aparelhadas devidamente e, ao mesmo tempo, as pessoas com auto-estima para exercer a sua função, certamente, nós iremos vencer essa batalha, que não é fácil.

Todos vocês têm consciência, como diria o Zeca Pagodinho, que essa gente que vocês querem pegar, “tem bala na agulha”, ou como diria o Ratinho: “essa gente tem café no bule”. São pessoas que estão ligadas às mais diferentes instituições, com seus braços na política, no empresariado, no sistema financeiro, no Poder Judiciário, ou seja, são pessoas que se a gente olhar a fisionomia, até pensa que é gente do bem, a gente até pensa que são pessoas que estão trabalhando a serviço da sociedade. E porque não dizer, talvez até alguns tenham alguma ação social em algum lugar do mundo. Mas, na verdade, tudo isso é para acobertar a quantidade enorme de dinheiro público, de dinheiro sujo que entra nos países para incentivar o narcotráfico, o crime organizado e, eu diria, um processo de corrupção muito sério.

Eu quero dizer para vocês que é um sonho da sociedade brasileira, acho que é um sonho de vocês, é um sonho de muita gente no mundo, que um dia a gente possa resgatar, não apenas prender a pessoa que está praticando a lavagem de dinheiro, a corrupção, mas, sobretudo, que a gente possa recuperar os ativos.

A coisa que mais entristece é saber que uma pessoa foi punida, que está há quatro ou cinco anos na cadeia, e depois de todo esse tempo você percebe que não se conseguiu trazer um único centavo que essa pessoa roubou de volta para os cofres da instituição que foi roubada. E aqui, no Brasil, nós sabemos onde isso pega, nós temos consciência de que não basta a vontade pessoal do ministro, do Presidente da República, do Presidente do



Superior Tribunal de Justiça ou do Procurador-Geral da República, é preciso que seja uma vontade coletiva. E essa vontade coletiva deve ser cercada de facilidade para que as pessoas possam exercer as suas funções com liberdade, com aparelhamentos, para que se obtenha sucesso.

Eu sou um eterno sonhador. E eu sonho com muitas coisas boas. E uma das coisas boas que eu sonho é essa, de que a gente consiga vencer o crime organizado, sabendo que ele é poderoso e que, muitas vezes, nós temos que ficar meses ou anos num verdadeiro labirinto de dificuldades para encontrarmos isso.

Por isso, eu quero começar dando os parabéns a vocês. Só de olhar na cara de tanta gente, inclusive os muitos jovens, mulheres e homens interessados nesse tema, eu saio daqui com a esperança renovada, e eu diria, com a certeza de que nós estamos no caminho certo, sem que ninguém desista no meio do caminho, porque é sempre mais difícil. É preciso apenas manter a perseverança, ministro Márcio Thomaz Bastos. Perseverar, neste momento, é quase que um instrumento sagrado para que possamos vencer esses obstáculos.

Por isso, este Encontro Internacional de Combate à Lavagem de Dinheiro e de Recuperação de Ativos é um grande passo na construção de mecanismos de cooperação internacional para que nossos países possam, com mais eficiência ainda, atingir esses objetivos.

Ninguém ignora que as relações entre as fronteiras nacionais e o espaço contínuo da globalização guardam desafios e oportunidades que vão marcar a trajetória dos povos e selar o destino das nações no século XXI.

O crime organizado e o seu braço financeiro se espalham pelo mundo e se camuflam nos mercados globais.

Trata-se de estender a soberania democrática e a plenitude jurídica a esses ambientes. Mais que isso: trata-se de romper o círculo vicioso de sistemas fechados e auto-referentes para superar a hegemonia de forças que



se alimentam de práticas muitas vezes escusas e que se protegem em órbitas voláteis.

Estados fracos e paraísos-fiscais fortes: eis aí um binômio que precisa ser mudado. É preciso reagir coordenadamente, com maturidade, mas sem temor, a uma situação em que as sociedades estão reféns de espaços internacionais onde se lavam os frutos da evasão fiscal, da corrupção e do crime organizado.

A luta contra o crime financeiro é parte desse esforço para enfrentar circuitos que estreitam o horizonte dos povos, revogam mecanismos soberanos de decisão e neutralizam consensos democráticos, obtidos quase sempre com muito esforço, voltados para o desenvolvimento econômico e social. Significa dizer que a lavagem de dinheiro não é somente uma prática ilícita associada ao narcotráfico e ao crime organizado. Ela é, também, um componente orgânico do desmonte institucional que desativou estruturas de regulação financeira vigentes até os anos 70, sem colocar nada no lugar.

Minhas senhoras e meus senhores,

O delito financeiro tem sido objeto da ação implacável deste governo. Repetidas operações policiais, não raro bem sucedidas, têm culminado na prisão de criminosos importantes e na apreensão de valores vultosos.

Têm sido tão recorrentes esses acontecimentos que alguém poderia supor, numa percepção equivocada, que está ocorrendo um aumento do crime e da corrupção.

Na verdade, o que ocorre é justamente o inverso. Assiste-se hoje a uma ação sem precedentes contra grupos ilícitos que há muito operavam em território nacional com relativa impunidade.

A desarticulação de vários desses grupos reflete um esforço concentrado de planejamento, inteligência, tecnologia, prevenção e ações concretas, que agora passamos a ter.

A luta contra o crime financeiro, em especial a lavagem de dinheiro, é



uma das prioridades deste governo. Temos razões históricas para essa escolha.

A sociedade tem conhecimento de que recursos ilegalmente desviados do patrimônio público, à custa do bem-estar da população, foram sistematicamente remetidos e lavados no exterior. Esse dinheiro faz falta ao nosso povo; deve ser localizado, recuperado, e os responsáveis pelo seu desvio, presos e julgados.

Para ampliar a eficácia dessas operações, estamos estreitando os laços de cooperação jurídica internacional, razão pela qual instruí o Ministro das Relações Exteriores e o Ministro da Justiça a negociarem novos tratados e a multiplicar acordos e parcerias internacionais. Temos pressa e a população tem motivos para cobrar resultados.

Desde 1998, o Brasil possui uma legislação específica de combate à lavagem de dinheiro. Até agora, porém, seus resultados tinham sido praticamente inócuos. Havia algo de errado a ser corrigido, tenham certeza. Era preciso, como costuma lembrar o nosso querido Ministro da Justiça, “reorganizar o Estado nacional; implantar uma verdadeira cultura de combate à lavagem de dinheiro; criar, nesse sentido, um compromisso sólido no interior do aparelho público.”

Os resultados demonstram que as providências que tomamos estão no rumo certo.

Antes, a ação pública estava restrita a coletar informações sobre movimentação financeira, sem a prontidão efetiva para bloquear transferências criminosas. Mudamos a ênfase.

Aplicar a lei contra a lavagem de dinheiro tornou-se a principal política de combate à macrocriminalidade neste país, e, como tal, já está produzindo resultados palpáveis.

Nosso objetivo é deter as organizações criminosas, impedir a utilização dos recursos por elas obtidos e trazer de volta o dinheiro subtraído ao território



nacional.

Numa articulação inédita entre governo, Ministério Público e Poder Judiciário, instituímos a Encla – uma Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro para o ano de 2004. Fixamos metas, prazos e definimos responsabilidades.

Em dezembro próximo, vamos elaborar a nova estratégia para 2005, aprimorando resultados e experiências, além de contar com novos instrumentos de ação: o recém-criado Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional e o renovado Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro.

Meus amigos e minhas amigas,

Nunca a Polícia Federal fez tanto, em tão pouco tempo e com tamanha eficácia, para combater a lavagem de dinheiro e o crime organizado no país.

Não agimos de forma isolada. É importante salientar a iniciativa do Poder Judiciário, que implantou também varas especializadas, com o mesmo objetivo, em diferentes pontos do território nacional.

A sintonia estratégica entre um Executivo determinado, um Judiciário eficaz e um Ministério Público ágil e independente, como tem sido a atuação dos nossos procuradores e promotores, explica o avanço brasileiro no combate ao crime organizado. Sabemos, porém, que não há soluções mágicas.

Cálculos, talvez conservadores, estimam que a lavagem de dinheiro movimentava 600 bilhões de dólares por ano no Planeta.

E a verdade é que as práticas ilícitas que combatemos estão misturadas numa matriz internacional que incentiva o fluxo constante e diário de capitais ao redor do mundo.

O pleno sucesso nesse combate, nós sabemos, não se dará pela ação isolada de qualquer país. Ele depende de ações integradas entre as nações para que os resultados positivos possam se universalizar.

Este Encontro, tenho certeza, será um marco nessa caminhada



histórica.

Meus parabéns ao Ministério da Justiça e meus parabéns a todos vocês que se inscreveram para participar deste extraordinário evento.

Muito obrigado.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião
do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social**

Palácio do Planalto, 02 de setembro de 2004

Dizem que um político não pode ver um microfone, aqui tem dois, nem ir embora sem dizer uma palavra.

Na verdade, companheiro Wagner, a razão pela qual eu pedi para falar, é para dar os parabéns ao Ciro e sua equipe pelo trabalho apresentado aqui.

Eu acho que, depois dessa apresentação, todos os Conselheiros e Conselheiras percebem que nós podemos sair da fase do “achismo”, em que cada um de nós fala: “eu acho que deveria fazer isso, que deveria fazer aquilo”, para ter uma radiografia perfeita da situação do país e atacar, de forma muito objetiva, os lugares que nós entendemos que, politicamente, precisam ser definidos como áreas prioritárias de atuação do Estado brasileiro.

Essa é uma coisa muito importante, porque nos permite definir prioridades e projetos.

Durante muito tempo, discutiu-se, no Brasil, que o Nordeste e o Norte brasileiro receberam muitos recursos. E que esses recursos foram desviados. Eu estou convencido que dinheiro sem projeto não produz desenvolvimento, não produz geração de empregos, e se produz riqueza, produz para quem conseguiu o empréstimo, não produz para a sociedade como um todo.

É preciso que o dinheiro, seja ele do Estado, do orçamento ou de financiamento, seja baseado em projeto. E com base nesse estudo que vocês fizeram, fica muito mais fácil detectarmos as áreas onde temos que fazer os projetos, em alguns lugares, inclusive, já tem os projetos, para que possamos dar uma certa igualdade no desenvolvimento do Brasil.

Vira e mexe, eu vejo na imprensa uma divergência que me cheira a irracionalidade, ou seja, vira e mexe eu vejo o Sul ou o Sudeste do país



brigando pelo dinheiro do desenvolvimento para o Norte, para o Nordeste ou para o Centro-Oeste, como se fosse a mesma coisa.

A verdade é que o Sul e o Sudeste do país já tiveram, por “n” fatores, todas as vantagens comparativas para que se tornassem o que são hoje, ou seja, é onde tem as melhores estradas, é onde tem as melhores universidades, é onde tem os melhores profissionais, é onde tem mais investimento em ciência e tecnologia, é onde tem mais facilidade de escoamento da produção. Se alguém quiser perceber o que eu estou falando, é só entrar em qualquer estado brasileiro, de carro, e depois entrar em São Paulo, por exemplo. A impressão que vocês vão ter é que estão entrando num outro país, porque vocês vão perceber que muda a coloração da plantação, muda a uniformidade da plantação, muda a qualidade da estrada, muda uma série de coisas.

E, obviamente, ao longo desse tempo, o Sul e Sudeste do país receberam, pelo alto grau de desenvolvimento, recursos que vêm não do Estado, mas que vêm da qualidade do desenvolvimento regional que tiveram da década de 50 até agora.

Por outro lado, nós temos regiões, como mostrou o Ciro Gomes, que se formos pensar apenas do ponto de vista dos interesses empresariais, não vai a lugar nenhum, porque nenhum empresário vai colocar dinheiro ali se não tiver mão-de-obra qualificada, se não tiver escoamento da produção e, por conseguinte, infra-estrutura, e se não tiver um mercado muito próximo para o seu produto. Ele vai preferir sempre investir onde tem essas facilidades.

Em algumas áreas, o Estado intervém, mesmo sabendo que, num primeiro momento, do ponto de vista da economicidade, não será rentável e, portanto, o Estado tem que colocar dinheiro, até que isso possa se tornar rentável e você possa fazer parcerias para que isso possa ser administrado de forma diferente. Em algumas regiões do Nordeste isso é muito típico, em algumas regiões do Norte isso é muito típico, ou seja, se o Estado não intervir, as coisas não acontecem. E não é intervir de forma paternalista, como



historicamente foi feito no Brasil. É tentar intervir de outro jeito, tentando construir as parcerias necessárias, tentando focar corretamente o tipo de coisa que vai se fazer, para que a gente possa permitir que o Brasil não tenha um mapa tão desigual como nós vimos aí.

Então, eu acho que esse trabalho, Ciro, é um trabalho excepcional. Eu acho que agora vai facilitar a vida de todo mundo.

Numa reunião com o Ministério, eu disse que nós precisaríamos fazer a revitalização do rio São Francisco, tentar levar um pouco de água para uma parte do Nordeste. Tem gente que é contra sem saber porque é contra, tem gente que é favorável sem saber porque é favorável; tem gente que coloca isso num debate eminentemente ideológico, tem gente que coloca numa visão... ou seja, as pessoas não se dão conta que nós temos uma região onde moram milhões e milhões de brasileiros e brasileiras, que há 300 anos foram vítimas do governo da época, que detectou a seca e até agora não teve solução. Levar água para aquela gente beber, levar um pouco de água para irrigar alguma coisa; fazer com que os açudes se tornem perenes e não fiquem oscilando em função da seca, é uma revolução na região que vai produzir efeitos extraordinários daqui a 5, 6 ou 10 anos. Mas nós temos que fazer.

D. Pedro, em 1847, achava que era preciso fazer a transposição, e até hoje nós ficamos discutindo como se a água do rio São Francisco tivesse dono, quando o dono, na verdade, é o povo brasileiro. O que é grave é que nós sabemos que tem o problema da seca e da fome, na beira do rio São Francisco, porque não teve projeto de desenvolvimento naquela região. Mas isso não impede que nós levemos a água aonde as pessoas precisam.

Se nós quisermos desenvolver o Nordeste brasileiro, nós temos que criar as facilidades, porque você imagina, está pensado, durante tantos e tantos anos, uma BR-101, que eu chamo da “rodovia do turismo”, que vem do Rio Grande do Norte até Salvador que, num primeiro momento, não vai interessar ao PPP, quem sabe não tem empresários interessados em fazer



investimentos, porque ela pode não ser rentável em algum momento. Mas se o governo não fizer, ou seja, ela não vai se desenvolver nunca. Então, é uma aposta que o Estado brasileiro tem que fazer. Na hora em que você fizer a quantidade de hotéis, a quantidade de carros que vão transitar lá, isso pode permitir que você monte parcerias e que aquilo se desenvolva, para que você tenha outra política de investimento.

A Transnordestina, o Benjamin está aqui, está parada há quantos anos? Se ela foi feita há 50 anos, porque a gente não pode torná-la... “Ah, mas ela, economicamente, não é viável.” Não é viável agora. Nós vamos ficar naquela história do ovo ou da galinha, de quem nasceu primeiro? O dado concreto é que o desenvolvimento naquela região vai se dar a partir do momento em que a ferrovia estiver funcionando. Qual é o papel que o Estado tem para fazer? Eu acho que se o Estado não colocar a mão e não trabalhar, não sai, fica mais difícil.

Eu me lembro da Ferrovia Norte-Sul. Eu fui muito contra a Ferrovia Norte-Sul, em 1987, mas hoje a Ferrovia Norte-Sul é imprescindível. Se o governo não tem dinheiro, o governo precisa fazer um esforço incomensurável para garantir que essa ferrovia saia, para interligar os nossos portos, senão não acontecem as coisas no Brasil. E isso só pode ser feito se o Brasil for pensado, como o Ciro mostrou aí, globalmente, regionalmente e setorialmente, ou seja, com esse tripé de pensamento, é possível a gente dar um salto de qualidade em poucos anos, no Brasil.

Eu acho que esse trabalho vai permitir que, daqui para a frente, eu não sei se o Conselho recebeu esse estudo. Seria importante que vocês se debruçassem sobre isso, para aprimorar um pouco o conhecimento sobre a realidade brasileira. Porque, de vez em quando, nós cometemos erros por paixões. Eu, quando vejo alguém dizer: “não sei por que vai dar benefício para a região Norte do Brasil, vai dar benefício para o estado do Amazonas, vai dar



benefício não sei para quem.” A verdade é que esses estados precisam de benefícios.

Eu digo sempre o seguinte, digo para os meus companheiros do PT: “os petistas do Sul que conhecerem a Zona Franca de Manaus, vão perceber o que seria o Amazonas sem a Zona Franca.” E o fato de você criar políticas especiais para lá não significa que você está prejudicando São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina. Significa que você está querendo fazer o Brasil um pouco mais igual. Levar mais agências bancárias para lá, porque qualquer coisinha que aumente a renda, tem um desenvolvimento.

Nós estamos pensando num projeto de biodiesel para o Nordeste brasileiro que, eu acho, pode ser uma coisa excepcional, a médio prazo, para o Brasil. E o Estado tem que jogar um papel extraordinário.

Por isso, eu quero, Ciro, dizer que fiquei entusiasmado com a apresentação, pela tua competência, mas também pelo resultado do trabalho. Eu acho que agora, dentro do governo, os ministros, acho que os nossos assessores, é importante que os deputados também possam receber isso, porque aqui tem deputados do Nordeste, sobretudo o Armando.

É uma coisa contraditória. Vocês percebem que nem tudo é resolvido pela maioria, porque se for fazer o somatório no Congresso Nacional, você vai perceber que a maioria dos congressistas é do Norte e Nordeste. E dizem que eles próprios acusam que a maioria das políticas é para ajudar o Sul e o Sudeste. Então, significa que tem muito deputado do Norte e Nordeste votando nas políticas do Sul e Sudeste e não votando nas do Nordeste. E por que predomina isso? Por causa do poder de pressão, dos interesses da parte mais rica do país.

Então, eu acho normal que cada um tente, o governador, brigar pelo seu estado; o prefeito, brigar pela sua cidade, mas nós temos que brigar pelo país.

Quando eu era dirigente sindical, meu único interesse eram os metalúrgicos. O mundo, para mim, se resumia aos metalúrgicos. Agora que eu



sou Presidente, o mundo se resume ao Brasil. Então, para mim, se tiver uma fábrica no Acre ou em São Paulo, se tiver uma fábrica em Rondônia ou no Rio Grande do Sul, o que importa é que esteja no Brasil, gerando empregos para os brasileiros, gerando renda e dando certo, fazendo um mapa do Brasil um pouco mais equânime do que é hoje.

Ciro, meus parabéns pelo trabalho. Eu queria, também, dar os parabéns aos membros do Conselho, a todos do Conselho, porque nós estamos numa quinta-feira, depois de uma vitória do Corinthians sobre o Atlético Mineiro, perto de um feriado prolongado, em que muita gente já começa a preparar as malas para viajar, e vocês se dispuseram, mais uma vez, a atender ao chamamento do nosso companheiro Wagner, para discutir um assunto sobre o qual possivelmente, muita gente não tem interesse: “olha, eu quero saber do desenvolvimento do meu estado, quero saber das coisas regionais.”

Então, meus parabéns a vocês por dedicarem mais um dia da vida de vocês em benefício das discussões de coisas muito sérias para o Brasil.

Eu não vou dizer que o Brasil está bem, vocês sabem, mas eu acho que as coisas tendem a melhorar.

Armando, quanto mais otimista nós formos, mais as coisas vão dar certo neste país.

Meus parabéns e obrigado.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia pelos 60 anos de fundação da Cobrasma, atuais Flanaço e Amsted Maxion

Osasco-SP, 03 de setembro de 2004

Meu caro governo do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin,
Meu caro deputado João Paulo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados,

Meu querido senador da República, líder do governo, Aloízio Mercadante,

Meu querido senador da República Eduardo Suplicy,

Meu querido companheiro Ricardo Berzoini, ministro do Trabalho,

Meu caro Carlos Roberto Seicentos, diretor geral do Grupo Flanel,

Meu caro Ivoncy Iochpe, presidente do Conselho de Administração da Maxion,

Meu caro Jorginho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco,

Meu caro Luiz Eulálio Bueno Vidigal, presidente da Cobrasma,

Meu querido Inácio Pereira Gurgel, nosso querido poeta da cidade de Osasco,

Meu querido Ibrahim,

Meu querido Roque,

Magrão,

Zaratini,

Companheiro Salim, presidente da CGT,

Companheiro Juruna, presidente da Força Sindical,

Meu companheiro Giba, delegado regional do trabalho do Estado de São Paulo,

Trabalhadores,



Cida, não sabia que o João Paulo trazia marmitta para você. Ele devia comer metade no caminho.

Meus queridos trabalhadores e trabalhadoras de Osasco,

Eu penso que se não tivesse nenhum discurso, para ouvir as coisas bonitas que nós ouvimos aqui, eu voltaria para Brasília radiante e feliz com o espetáculo que eu vi dentro da fábrica, quando os funcionários estavam com as suas lixadeiras, a lixar as peças brutas que tinham sido fundidas nesta própria empresa.

Eu aprendi muito cedo que não tem nada que dê mais orgulho e mais cidadania ao ser humano do que ele trabalhar. Não tem nada mais sagrado para uma mulher, sobretudo se ela for chefe de família, ou para um homem, se ele tem um emprego, se por esse emprego recebe o seu salário e, se com o seu salário ele leva o que comer e o que vestir para a sua família.

Tendo isso, e tendo saúde, nós nos sentimos realizados. E, tendo isso, nós até conquistamos o direito de brigar por um pouco mais. Porque, se o Jorginho prometeu a alguém aqui que não ia fazer greve, pode saber que eu espero que não seja preciso. Eu espero que as coisas andem tão bem entre vocês, que fiquem o Jorginho e o meu amigo Seicentos vivendo a fase “paz e amor”, gerando mais empregos aqui, fazendo os acordos necessários, até porque a greve nunca foi e nunca será a razão primeira da ação do sindicato, sempre se tenta negociar e sempre é importante que se encontre.

Mas eu acho que o que nós estamos vendo aqui é o cumprimento, meu caro lochpe, de uma lição que todos nós temos que aprender na vida: as coisas simples são as coisas que têm resultado mais imediato, são as coisas que podem trazer soluções mais imediatas.

Houve um tempo, no Brasil, e não é culpa de qualquer governante, individualmente, mas era uma doutrina que começava a se espalhar pela universidade, pela imprensa, pelos governantes, por muitos empresários, de



que a globalização colocava o Brasil num patamar em que o Brasil não precisaria produzir coisas que eram consideradas essenciais para nós. E a cabeça de alguns dirigentes, possivelmente com preguiça de pensar alternativas, vão aceitando as teorias com a maior facilidade. Por exemplo: quando se introduziu a indústria automobilística no Brasil, que foi um passo muito importante para a nossa história e para o nosso desenvolvimento e o primeiro grande setor industrial de ponta que veio para o nosso país, nós não precisaríamos ter acabado com as ferrovias. Era plenamente possível ter as rodovias e manter as nossas ferrovias. Entretanto, algum ideólogo da burrice entendeu que era preciso destruir uma para poder construir a outra.

E passados 50 anos, o que nós estamos percebendo? Ou seja, nós não precisamos apenas das duas, nós precisamos, agora, de três. Nós precisamos fazer uma combinação perfeita entre hidrovía, ferrovia e rodovia, criando um sistema intermodal de transporte que possa fazer fluir a um custo muito mais baixo a riqueza que o nosso povo é capaz de produzir.

Eu me lembro que durante muito tempo se dizia que o Brasil não conseguiria fazer algumas coisas que nós hoje estamos descobrindo que é possível fazer. Eu comprei uma briga, até quase que pessoal, para provar que era possível construir no Brasil as plataformas que a Petrobrás faz. Chegaram a fazer matérias pagas nos jornais, dizendo que era um ledão engano meu, porque o Brasil não tinha estaleiro e não tinha tecnologia para fazer as plataformas aqui.

Eu sou brasileiro e não desisto nunca. Sou tinoso e fui atrás das coisas. Fui atrás da Petrobrás, fui atrás da indústria naval, fui atrás de entidades de engenharia, até me certificar que o Brasil tinha condições. E, hoje, nós estamos produzindo as plataformas aqui, no Brasil. E pelo menos dois novos estaleiros estão se instalando no nosso país. E os dirigentes sindicais que estão aqui, não importa se da Força Sindical, da CUT, da CGT, da CGTB, são testemunhas de que a indústria naval brasileira está recuperada. O nosso país,



ao destruir a nossa Marinha Mercante, assumiu um compromisso de fazer uma dívida de transporte das coisas que nós produzimos ou compramos, de quase 8 bilhões de dólares ao ano. Muitas vezes, vieram ao Brasil navios com bandeiras estrangeiras trazendo trabalhador escravo, para empresas de outras bandeiras, quando poderíamos estar trabalhando dentro de navios brasileiros, construídos por brasileiros, com trabalhadores brasileiros, gerando renda para brasileiros e gerando riqueza para brasileiros.

E mais ainda, estamos recuperando a Nuclepe, que é uma empresa de engenharia da maior qualidade, meu querido lochpe. E aquilo que parecia impossível, nós vamos produzir o casco também aqui, no Brasil, para mostrar que o nosso país já tem maioria e que ele não precisa ficar dependente das coisas que nós sabemos fazer.

Eu me lembro que no mês passado eu fui a Rondônia, e fui a Rondônia por uma coisa muito simples, parece pequeno mas, como eu acredito nas coisas pequenas e nos pequenos gestos, eu fui porque os produtores de feijão, ligados à família, à agricultura familiar, estavam recebendo uma oferta do mercado, meu caro Jorginho, de apenas 28 reais pela saca do feijão.

E nós, que recuperamos a CONAB, que estava destrocada, fomos a Rondônia e oferecemos 60 reais pela saca. E compramos 11 mil sacas de feijão a 60 reais. Os empresários, que estavam comercializando e comprando para os supermercados, por 28 reais, foram obrigados a elevar o preço para 50. Quando eles elevaram para 50, e nós entendemos que o preço foi justo, nós retiramos o governo e deixamos que a agricultura familiar se entendesse com o mercado. E isso vale para tantas coisas que nós fazemos neste país.

Quando o lochpe, no avião, me disse: “Presidente, não é possível, eu tenho uma fábrica, quero produzir vagão e estou sabendo que autorizaram a compra de vagão importado, velho, para a gente reformar aqui. O Brasil pode produzir isso”. No mesmo dia nós resolvemos o problema. E fico feliz por ele ter tido a sensibilidade de me falar, porque se não me fala, eu não saberia. E



não saberia porque, muitas vezes, a coisa acontece, dentro do governo, como acontece, às vezes, na casa da gente, com os nossos filhos, e a gente fica sabendo muito tempo depois. Então, é preciso sempre que as pessoas digam.

E, por conta disso, por conta da sua coragem, Carlos Seicentos, por conta da coragem e da sensibilidade dos trabalhadores e dos sindicatos é que nós estamos aqui, hoje, inaugurando, muito mais do ponto de vista sentimental, o retorno à produção no prédio de uma empresa símbolo desta cidade, que é a Cobrasma, inaugurando uma produção que vai gerar empregos e riqueza para esta cidade e para o nosso país.

Isso pode ser feito em muitos outros lugares. Nós, meu caro lochpe, meu caro Vidigal, e meu caro Carlos Seicentos, hoje, temos consciência de como estão os portos brasileiros. Nós, hoje, temos consciência de como estão as nossas estradas. E nós, hoje, temos mais consciência de como estão as nossas ferrovias.

Acontece que se as exportações brasileiras não tivessem batendo recorde atrás de recorde, se o agronegócio não tivesse o desempenho extraordinário que teve nesses últimos anos, possivelmente a gente continuaria achando que estava tudo maravilhoso. Mas, bastou crescerem as exportações para a gente perceber que tem que trabalhar, da forma mais urgente possível, para não ter prejuízo na nossa política de exportação, ou mesmo na política de atendimento do mercado interno, por conta do gargalo.

E, aqui, eu quero fazer uma autocrítica aos trabalhadores: eu me lembro que quando se começou a construir a Ferrovia Norte-Sul eu era Constituinte. E eu fiz muitas críticas à construção da Ferrovia Norte-Sul, dizendo que ela não era uma obra prioritária. Muitas vezes, nós achamos que a obra prioritária é apenas aquela que atende às nossas necessidades imediatas. Mas uma hidrelétrica que vai produzir energia daqui a cinco anos é prioritária hoje, porque se não começarmos hoje ela não vai produzir energia. A Ferrovia Norte-Sul, desde 1986, quando ela começou, até hoje não foi feito mais nada. E nós



precisamos terminar. Vai aparecer alguém aí dizendo que não é prioridade, mas é prioridade. Porque é prioridade nossa interligar esse nosso querido país por todos os espaços que nós temos para as ferrovias, para rodovias e para as hidrovias, levando em conta o respeito ao meio ambiente e à preservação ambiental. E isso é urgente. Para isso mandamos para a Câmara um projeto de lei que estabelece a Parceria Público-Privada, e que está demorando um pouco para ser votado.

Ainda nesta semana chamei o companheiro Aloízio Mercadante, chamei o João Paulo, chamei o presidente Sarney e conversei com eles sobre a necessidade de nós votarmos isso o mais urgente possível. Porque se o Estado não tem dinheiro orçamentário para fazer as obras necessárias, nós temos que fazer parcerias, porque o Brasil não pode ficar esperando o Estado ter dinheiro para fazer aquilo que o Brasil tanto necessita.

Eu penso que o Brasil está no caminho que eu imaginava que devesse estar. Eu aprendi muito cedo na vida a entender que as coisas não acontecem fora de hora. As coisas têm um tempo de maturação, tudo tem um tempo de maturação. Eu acho que quando a economia brasileira começa a crescer, nós precisamos apenas enfrentar dois problemas: primeiro, ter muito cuidado com os pessimistas, que acham que aquilo não é uma coisa definitiva; ou aqueles que estão torcendo para a economia não crescer para poder justificar o seu discurso anterior; ou aqueles que acham que a gente deveria crescer muito mais rápido, sem levar em conta que só tem sentido o crescimento se ele for um novo ciclo duradouro de dez ou 15 anos; mesmo que não cresça sete ou oito, mas cresça quatro ou cinco, é preciso crescer de forma sistêmica para que a gente possa planejar, convencer empresários a investir, fazer os investimentos necessários, porque nós não temos mais o direito de causar uma frustração à sociedade brasileira.

Muitas vezes, a gente fica esperando uma mágica, e não existe mágica. O que existe é decisão política; o que existe é acerto na tomada de decisão. E



como eu sei, e tenho dito, desde o começo, que eu não vou jogar fora a chance que o povo brasileiro me deu. Não pensem que vocês fizeram pouca coisa na história da Humanidade, não. Não pensem. Possivelmente, um cidadão que votou em mim não tem consciência do gesto dele de, num país importante como o Brasil, depositar um voto num ser humano que não faz parte das classes que, tradicionalmente, exercem o poder neste país. E vocês me deram uma chance e eu vou sempre dizer: podem ficar certos, eu só tenho um valor na minha vida, que é a minha relação de amizade. E eu não quero ser medido porque eu fiz uma ou duas obras. Eu digo sempre que eu quero ser medido pelas coisas boas e pelo grau de satisfação que um ser humano sente. Eu digo sempre: quando eu deixar a Presidência da República eu quero ter conquistado o direito, mesmo que não tenha feito tudo que eu pensava fazer, de ter feito o máximo que estava ao meu alcance, para poder olhar na cara de cada companheiro, de cada metalúrgico, como eu estou agora, aqui, olhar os empresários, e não ter perdido o direito de chamá-los de companheiros.

Este é um legado que eu não quero jogar fora: o direito de andar de cabeça erguida. Não é muita gente que conquista, e quem conquistou, graças ao que vocês fizeram, podem ficar certos que nós vamos ter dias melhores do que o que estamos vivendo hoje, porque a economia vai continuar crescendo em 2005, vai continuar crescendo em 2006. E nós queremos que ela cresça de forma homogênea. Nós queremos que ela cresça levando em conta o desenvolvimento regional. Não pode crescer apenas o Sul e o Sudeste, é preciso olhar para o nosso Nordeste, é preciso olhar para o nosso Norte, porque nós precisamos fazer com que este país seja mais equânime, tenha mais riqueza distribuída de forma justa.

Eu, quando o lochpe estava falando dos estudantes, fiquei vendo vocês em pé e acho que fomos mal-educados, nem batemos palmas para os estudantes. E eu me lembrei, lochpe, o orgulho que vi, quando fui à festa em que 30 mil jovens estavam assumindo a farda das Forças Armadas brasileiras.



Fazia 15 anos que as Forças Armadas Brasileiras não conseguiam colocar mais que 65 mil pessoas como recrutas, e nós, este ano, colocamos 100 mil. Não é porque estamos em guerra, não, porque somos da paz. Para enfrentar a guerra, nós fazemos o que fizemos no Haiti, levamos a Seleção brasileira lá, para mostrar que nós queremos outra coisa e não a guerra.

Mas, nós convocamos 30 mil jovens a mais para que eles pudessem, no Exército, aprender sobre cidadania e, em convênio com o Senai, com o Sesi, com muitos empresários aprender, também, uma profissão, para que possam sair das Forças Armadas e ter facilidades para arrumar um emprego.

Eu sei o orgulho que vocês estão sentindo, porque eu sei o orgulho que a minha mãe sentiu quando pegou no meu braço, com 14 anos de idade, para andar a pé quase 8 quilômetros e ir no Senai fazer minha inscrição para um curso de torneiro mecânico. E, graças a um curso de torneiro mecânico, eu fui o primeiro de oito irmãos a ter uma profissão; eu fui o primeiro a ter uma casa própria; fui o primeiro a ter um carro. E, por conta disso, eu pude trabalhar numa indústria grande, virar presidente do sindicato, adquirir consciência política e chegar à Presidência da República.

Esse caminho, qualquer um de vocês pode conquistar. O que é importante é que a gente mantenha a nossa auto-estima elevada; o que é importante é que a gente faça como nosso maratonista, o Vanderley, que vocês viram, no final das Olimpíadas: ele passou quase 90% do tempo em primeiro lugar, correndo com as “canelinhas” mais finas do que a minha, mas correndo e, quando ele estava chegando perto, apareceu não sei quem lá e o segurou. Ele poderia ter desanimado, ter parado e ficado reclamando: “O mundo é contra mim”. O que que ele fez? Saiu no pinote, outra vez. Eu não sei se ele ganharia a medalha de ouro, mas o dado concreto é que o gesto dele, de não ficar reclamando – e não reclamou depois, também – foi de buscar aquele que era o seu objetivo: terminar a corrida num lugar de destaque.



A nossa vida é uma maratona. O sorriso que eu vi na cara de metalúrgicos, lá dentro; o sorriso que eu vi, o orgulho, o semblante de cada um, me faz sair daqui muito mais convencido de que este país não precisa de nenhum milagre, este país precisa apenas dar uma chance a si mesmo. E nós vamos dar, porque com o povo extraordinário que nós temos não tem porque a gente não dar certo.

Muito obrigado e boa sorte para todos vocês.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em
audiência dos atletas dos Jogos Paraolímpicos**

Palácio do Planalto, 06 de setembro de 2004

Meu companheiro Agnelo Queiroz, ministro do Esporte,
Minha querida companheira Marisa,
Meu caro Carlos Borges, vice-presidente da Caixa Econômica Federal,
Meu querido Vital Severino Neto, presidente do Comitê Paraolímpico
Brasileiro,
Meu caro Mizael Conrado, meus parabéns pelo seu pronunciamento,
Minhas queridas e meus queridos atletas paraolímpicos,

Rosinha, o negócio é o seguinte: eu sei que vocês têm uma música que só vai ser lançada no dia 14, ou seja, a música desta disputa não vai ser lançada agora. Mas, tem a música do ano passado, que você estava cantando antes de eu chegar aqui. E me disseram que você, além de ser pernambucana, é uma grande cantora.

Então, eu acho que é o seguinte: tem um microfone solto, aí, que pode chegar até lá? Você vira para os seus amigos e suas amigas, pega o microfone... Vamos cantar, aqui, para o ambiente ficar mais alegre. O pessoal te ajuda.

(música cantada pela atleta convidada pelo Presidente)

Bem, esta é a terceira vez que nós nos encontramos. E eu espero que a gente possa voltar a se encontrar amanhã, no desfile do dia 7 de Setembro, Dia da Pátria. Espero que possamos nos encontrar quando vocês voltarem de Atenas, independentemente de medalha ou não. Na minha opinião, o fato de



vocês terem conseguido ir disputar a Paraolimpíada já é um fato extraordinário. E eu espero, Vital, contar com todo mundo aqui, quando voltarem de Atenas, para que a gente possa comemorar.

Hoje, a Caixa Econômica vai oferecer um jantar chique para vocês, na Academia de Tênis. Tem gente que já está fazendo uma greve de fome há três dias.

Mas eu queria dar os parabéns a vocês, ao Vital, a toda a equipe técnica, aos atletas, aos familiares que estão sempre motivados e acreditando que as coisas podem melhorar.

Neste momento, nós estamos mandando a maior delegação brasileira: são 98 atletas disputando 13 modalidades, o que é um feito inusitado na nossa história. E eu não tenho dúvida nenhuma de que, como da outra vez, vocês irão voltar muito mais orgulhosos de terem acreditado em vocês mesmos. E o Brasil, certamente, estará ainda mais orgulhoso de cuidar das pessoas portadoras de deficiência com o carinho e o respeito que as pessoas merecem.

Eu sempre acho que vocês significam, para nós e para o restante da sociedade brasileira, mas, sobretudo, para aqueles que não têm nenhuma deficiência, porque há muitos de nós que pensamos que não temos nenhuma deficiência e temos muitas e, muitas vezes, a deficiência não é física, às vezes é no coração, às vezes é na cabeça, às vezes é na falta de sentimento.

E vocês, com o esforço, com a determinação e com a garra de vocês, provam para nós muitas coisas. Vocês provam para muitas pessoas que têm as duas pernas boas, para muita gente que tem os dois braços bons, para muita gente que tem os dois olhos que enxergam bem, que a maior deficiência não é daquele que tem uma deficiência física, a maior deficiência é daquele que tem uma deficiência na alma, no coração, que não é solidário, que não tem sensibilidade e que não trata os seus irmãos como iguais. Essa é a maior deficiência que nós temos no mundo. E essa deficiência, para ser curada, vai precisar levar muito tempo.



Ao tomarem a decisão de praticar esporte, ao tomarem a decisão de provar para vocês e para todo o mundo que são brasileiros e, portanto, não desistem nunca, na verdade, vocês estão fazendo uma provocação a todos nós que, visualmente, parecemos ter toda a saúde do mundo. Vocês estão dizendo: “levantem a cabeça e cumpram o papel de vocês para que a gente possa construir uma sociedade mais justa, mais solidária e mais fraterna”.

Eu não quero saber quantas medalhas vocês vão trazer. Eu gostaria que vocês trouxessem todas possíveis. Afinal de contas, vocês se prepararam para isso. Mas, se não trouxerem nenhuma, o que vale, na verdade, ao terminarem a competição, é terem a consciência tranqüila de que não conseguiram trazer a medalha porque alguém melhor disputou com vocês; é vocês estarem com a consciência tranqüila de que fizeram o máximo que puderam fazer para trazer a medalha.

Uma coisa que vai dar um prazer imenso a vocês é saber que realizaram o máximo que poderiam realizar. Obviamente que, numa prática esportiva, contando também com a sorte daqueles que querem nos tirar a medalha.

Nós estamos apenas engatinhando, ainda. Nós temos que fazer muita coisa. Nós estamos apenas no começo de uma coisa que nós temos que fazer, muito maior, que é ter muito mais atleta, que é ter muito mais gente praticando esporte, que é ter muito mais portador de deficiência com emprego garantido, pessoas podendo estudar. E nós estamos caminhando nisso. Vocês têm um Ministro do Esporte altamente preocupado com isso.

Hoje mesmo nós discutimos a questão do esporte no Brasil. Nós estamos discutindo a questão da lei de incentivo. E nós temos um pequeno problema, porque nós vamos querer readequar e fazer mudanças para melhorar todas as leis de incentivo do Brasil, porque, muitas vezes, as leis são feitas, não funcionam corretamente e fica por isso mesmo.

Mas, enquanto a gente não fizer, o Agnelo sabe que se precisar de dinheiro para o esporte, vai ter o dinheiro. Porque nós acreditamos que o



esporte pode significar, para nós, a perspectiva de despertar a esperança em milhões e milhões de pessoas que precisam de uma chance e de uma oportunidade, sobretudo se as pessoas têm uma deficiência física, seja visual, mental, ou qualquer outra, nós temos que criar as condições.

E vocês podem ficar certos que, naquilo que depender do governo, vocês vão ter o nosso respaldo, vão ter o respaldo da Caixa Econômica Federal; quando for o caso; vão ter o respaldo do Banco do Brasil, da Petrobrás, do governo federal. As empresas públicas brasileiras terão que ter em conta que ajudar a prática do esporte, ajudar vocês a irem até Atenas para uma disputa que é motivo de orgulho para o nosso país, não significa custo. Toda hora que a gente discute: vamos gastar 1 milhão aqui, 1 milhão ali, aparecem aqueles que dizem “Olha, vai se gastar muito dinheiro”. Isso não é custo, isso é investimento, porque o retorno, muitas vezes, a gente não mede numa quantidade de moedas, mas no orgulho que o país pode sentir da disputa que nós fizemos; o retorno é na auto-estima dos nossos atletas, na auto-estima do nosso país.

Vejam que interessante: nessas últimas Olimpíadas, a maior lembrança que todos nós temos não é de alguém que ganhou uma medalha de ouro, é de alguém que poderia até não ter ganho a medalha de ouro, mas foi impedido bruscamente, por um irresponsável, de continuar a sua corrida.

Então, a gente se lembra de uma pessoa que não ganhou medalha. Mas o que ficou daquela imagem? Aquele cidadão que foi segurado, faltando poucos minutos para concretizar o seu sonho, ao se liberar, não estava nervoso; não ficou nervoso depois, não ficou ofendido, não demonstrou nenhuma bronca, ou seja, ele estava realizado por quê? Porque ele queria chegar e chegou entre os três. Não tem nada que pague, não tem dinheiro do mundo que pague o orgulho, o prazer que aquele cidadão sentiu.

É assim que eu quero que vocês viajem. Eu quero que vocês viajem sabendo disso: aconteça o que acontecer, o que vai valer a pena é encostar a



cabeça no travesseiro e dizer: “Cumpri o meu dever, dei 100% do que podia dar. Se não ganhei é porque Deus colocou alguém que se preparou mais do que eu na minha frente”. E não desanimar, já começar a se preparar para a próxima, porque a vida é uma luta contínua e todos nós sabemos que não existe lugar para desânimo, não existe lugar para cabeça baixa, não existe lugar para achar que acabou o mundo, não. Ou seja, é cabeça erguida, moral muito elevada, e pensar muito neste nosso país extraordinário.

Vocês viram a propaganda da auto-estima que a Associação Brasileira das Agências de Publicidade está fazendo. Logo, logo, vão ser feitas outras, com outros atletas, com outras pessoas da sociedade, porque nós queremos mostrar para todo mundo que a grande deficiência do mundo é a gente não acreditar na gente mesmo e desistir na primeira dificuldade que tem. A gente não pode desistir nunca.

É por isso que nós somos brasileiros. É por isso que estou feliz com essa delegação de 98 atletas. Para mim, só o fato de vocês voltarem orgulhosos, suarem a camisa, já vale uma medalha. Se trouxerem uma de ouro, valerá duas; se trouxerem uma de prata, valerá duas; se trouxerem uma de bronze, valerá duas. O que importa é que vocês tragam a alma limpa por terem sido atletas brasileiros representando o nosso país em Atenas.

Felicidades para vocês. Que Deus abençoe cada um de vocês. Que vocês possam se dedicar. Da nossa parte, estaremos dispostos a fazer tudo o que for possível para que vocês sejam tratados com dignidade, para que tenham tudo o que precisarem lá, para que possam entrar em cada disputa com muito mais possibilidade de ganhar.

Que Deus os abençoe. E boas Paraolimpíadas para vocês.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de recepção da delegação brasileira que participou das Olimpíadas de Atenas

Palácio do Planalto, 09 de setembro de 2004

Meu caro Grael,
Meu querido René Simões,
Meu querido Nuzman,
Agnelo,
Marisa,
Meus companheiros ministros,
Meu caro Marcos Vinícius, chefe da Missão Brasileira em Atenas,
Meu caro deputado Ivan Ranzolin,
Meus queridos atletas brasileiros,

Eu queria começar, René, por você, porque me parece que é o “vovô” da turma, e pelo trabalho excepcional que foi feito no futebol feminino. Eu penso que poucos brasileiros imaginavam que nós fôssemos chegar onde chegamos. Porque esporte tem isso, não é? Tem hora que você dá como certo que alguém vai ganhar uma medalha... no futebol masculino é muito difícil dizer para alguém que o Brasil não tem uma medalha de ouro nas Olimpíadas, é muito difícil.

Se você imaginar a quantidade de jogadores, da mais refinada qualidade, que já compuseram a Seleção Olímpica masculina, e nós não ganhamos... houve uma mais recente, que teve até o Bebeto e o Romário e não ganhamos.

E é verdade, pouco se falava das possibilidades das nossas meninas chegarem onde chegaram. Vamos ser francos: se não fosse aquela trave, a



bola poderia ter batido do lado de dentro e ter entrado, ou se não fosse o juiz, quem sabe nós tivéssemos a medalha de ouro. Portanto, meus parabéns a você, René, e às nossas meninas.

Eu ainda acho um fato heróico, num país machista como o nosso, as mulheres jogarem futebol. Acho uma coisa fantástica. E, ainda, trazerem medalha.

Mas eu queria reiterar, aqui, uma coisa que eu disse para vocês, e hoje completa exatamente dois meses que falei na despedida. Primeiro, não tenham dúvida de que vocês são motivo de orgulho para o nosso país. Só o fato de alguém conseguir vencer todas as barreiras e chegar a ser um atleta olímpico já não é pouca coisa, vamos ser francos.

Muitos de vocês começaram a competir em algum esporte, às vezes simplesmente por competir e, de repente, já estavam em Atenas, com a camisa brasileira, dizendo: "Puxa vida, eu estou entre os melhores do mundo".

E o fato de o Brasil chegar onde chegou se deve um pouco ao aprimoramento do profissionalismo da nossa Direção, dos nossos dirigentes, das nossas federações e confederações e, também, à dedicação muito pessoal de vocês.

Eu sei do esforço que vocês fizeram para chegar onde chegaram. Quando vi, meu caro Carlos, você chorar porque não conseguiu a vitória que queria, eu acho que aquelas lágrimas de sinceridade valiam por algumas medalhas de ouro que você pudesse trazer no pescoço. A sinceridade com que você falou, não apenas aos teus familiares, mas ao povo brasileiro, eu acho que vale, como sentimento, tanto quanto uma medalha que você pudesse ter ganho. O que importa, na verdade, é que vocês são todos muito jovens e ainda têm muito tempo para ganharem medalhas.

Eu não sei como é que a Daiane se sentiu, mas se tinha uma brasileira que saiu daqui e era unanimidade de que voltaria com medalha, era a Daiane. E não conseguiu. Mas não conseguiu pela lógica saudável do esporte. Essa é



que é a coisa fantástica do esporte. Se fosse uma coisa que a gente pudesse preconizar e já saber quantos iam voltar, não teria graça. E, de repente, a gente descobre que todo o esforço que a gente fez, as horas, as segundas-feiras, as sextas-feiras, os domingos, a quantidade de coisas que a gente deixou de fazer do ponto de vista dos interesses pessoais, familiares, para se dedicar ao esporte, pensando em ganhar... e, quando a gente chega lá e descobre que tem alguém melhor do que a gente... talvez não melhor, mas melhor preparado para aquele momento do que a gente, com preparo psicológico.

Eu confesso a vocês, não para o Grael, mas para os mais novos, eu fico imaginando a primeira vez que vocês entram para competir, como é olhar para aquela arquibancada cheia de gente, a sensação, a emoção, depois ouvir o Hino Nacional, é uma coisa que vai mexendo com cada um de vocês, sabendo que as pessoas estão vendo na televisão, e que não podem errar.

É como bater pênalti em final de Copa do Mundo, parece fácil, não é René? Qualquer torcedor, num bar, tomando uma cerveja, é capaz de bater um pênalti melhor do que os que estão batendo lá. Mas, na hora em que ele coloca a bola na marca do pênalti e volta, e ele sabe que daquele chute depende o título de uma Copa do Mundo... Pegar o Baggio, na última seleção... O goleiro fica com uns 10 metros de largura; a trave, que tem sete metros, fica com meio metro. E eu fico imaginando a emoção de vocês, a tensão.

E o fato de vocês terem chegado lá, para mim, como presidente da República, como brasileiro, como torcedor, já é uma coisa extraordinária. E a gente volta com a sabedoria de que nós temos que nos preparar mais, nós temos que treinar mais, nós temos que discutir os apoios. E o Grael disse bem: é muito fácil, muito cômodo ter apoio, ter incentivo, ter patrocínio, quando você volta com a medalha de ouro no pescoço. Porque, na verdade, não é mais o atleta que vai ganhar com o patrocínio, é o patrocínio que vai ganhar com o prestígio do atleta. O que é importante é o apoio de antes; o que é importante é



garantir que vocês possam ganhar as disputas que vão fazer com o apoio no momento certo.

E vamos ser francos, Nuzman, não há muitas possibilidades de se imaginar que muitos setores vão financiar atletas para o futuro. Vamos ser francos. As pessoas querem financiar os atletas que já estão prontos, que já estão maduros, que já estão dispostos a ganhar todos os títulos e todas as medalhas. Agora, qual é o papel do Estado? Qual é o papel do governo? Qual é o papel das empresas públicas brasileiras como a Petrobrás, Correios, Caixa Econômica, Banco do Brasil e tantas outras? Se a iniciativa privada não quer, no primeiro momento, financiar o atleta para que ele possa ser um vencedor amanhã, é o Estado que tem que assumir a responsabilidade de garantir que os atletas tenham as oportunidades concretas. Neste meio, aqui, nós temos gente que pode ser de classe média, que a família pode pagar um clube que tenha uma piscina para ele aprender a nadar, que pode pagar uma outra praça qualquer, um outro clube qualquer para ele praticar o esporte.

Mas nós temos gente, também, na delegação, que briga 24 horas por dia para conseguir o que comer no dia seguinte, que nem sempre pode ter um tênis de marca. E é nisso que entra o papel do Estado, é que entra o papel do governo federal, do governo estadual, do governo municipal, dos bancos públicos, das empresas públicas.

Por isso, os anúncios que o nosso querido companheiro Agnelo fez aqui é uma coisa que eu quero olhar na cara de vocês; eu, certamente, tenho mais dois anos de governo, porque meu mandato termina em 2006. Então, nós vamos nos ver algumas vezes.

Para mim, tem várias coisas no esporte, não é apenas a medalha. A medalha é a apoteose de uma vida esportiva, mas tem outras coisas. Na formação intelectual, na formação ética, na formação moral das pessoas, no comportamento, no relacionamento com a família, tem uma série de coisas que o esporte pode ajudar uma sociedade. No caso do Brasil, sobretudo para a



periferia dos grandes centros metropolitanos, para ajudar a combater a droga, o crime organizado, o narcotráfico. Porque se o Estado não der uma oportunidade, essa meninada está no fio da navalha. E, muitas vezes, aquilo que o Estado não oferece, de coisa boa, outros oferecem, de coisas ruins.

Minha mãe dizia, quando eu era pequeno: “uma coisa boa leva tempo para a gente conquistar; uma coisa ruim acontece num segundo, na vida da gente”.

Então, eu quero dizer para vocês que o que nós estamos fazendo é menos do que vocês precisam e menos do que a gente pode fazer. Vocês precisam de mais e nós poderemos fazer mais.

Quando nós resolvemos colocar no Orçamento, Nuzman, a questão da verba para o esporte, anunciada pelo ministro Agnelo, é porque apenas na Lei de Incentivo Fiscal, nós poderemos repetir alguma coisa que já acontece em outras leis de incentivo.

Os mais famosos conseguem o incentivo e os que estão começando, não. Nós poderemos sofrer pressão do Congresso Nacional, na elaboração, do Orçamento, para que a gente possa colocar mais, quando necessário, menos, quando não necessário mas, fundamentalmente, nós temos que assumir a responsabilidade de que o Estado brasileiro precisa cuidar do esporte como uma coisa importante para o desenvolvimento da nossa gente, do nosso povo e da nossa juventude.

Eu quero terminar, Nuzman, dizendo a vocês que eu estou realizando um desejo, um sonho. Eu disse, da outra vez, que eu nunca me conformei de as autoridades brasileiras só receberem quem ganha medalha de ouro. E na Copa do Mundo também não é diferente. Quando a Seleção de Futebol perde um campeonato mundial, cada jogador desce no aeroporto escondidinho, com medo, meio cismado com a torcida e vai para a sua casa. Ninguém vai lá dar um abraço e falar: “Ô meu! Valeu a pena, valeu o sacrifício! O que valeu é que você suou a camisa”. Ninguém vai.



As pessoas só costumam parabenizar os vitoriosos, sem se lembrar que, muitas vezes, o que não ganhou a medalha fez um esforço muito maior e não ganhou porque não deu para ganhar.

Então, quero dizer do orgulho de estar com vocês, aqui. Um orgulho de ver na cara de vocês, de ver na cara da Direção, das confederações, das federações, da equipe técnica, dos atletas, a cara do meu país. Não tem nada mais bonito do que ver vocês na televisão, mostrando a cara. Quando vocês aparecem, na verdade, estão sendo quase que uma imagem retratada no espelho do povo brasileiro.

Acho que vocês fizeram uma Olimpíada fantástica. Poderia ser melhor? Poderia, mas não foi. Então, a gente nunca pode ficar chorando o leite derramado. Ninguém de vocês tem o direito de ficar, agora, lamentando o que não aconteceu de bom. Ninguém tem que ficar lamentando a bola na trave, o escorregão que deu, o passo a mais que deu. Ninguém.

Agora é o seguinte: bola para a frente. Vamos nos preparar, porque vai ter o Panamericano em 2007, e nós poderemos fazer o mais importante Panamericano já feito na América Latina. E nós temos que nos preparar para as próximas Olimpíadas. Afinal de contas, quatro anos na vida de quem tem 60 é uma eternidade, mas na vida de quem tem 20 não é nada.

Meus parabéns. Que Deus abençoe vocês. Continuem fazendo o esforço de vocês que nós faremos o nosso.

Meus parabéns, Nuzman. Parabéns, atletas.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de lançamento do Seguro da Agricultura Familiar**

Palácio do Planalto, 10 de setembro de 2004

Meu querido companheiro Miguel Rossetto, ministro do Desenvolvimento
Agrário,

Meu querido companheiro Palocci,

Eu fiquei feliz porque o Rossetto reconheceu, aqui, de público, que a
Fazenda e o Tesouro estão ficando “mão aberta.” Então, olhando para a sua
cara e para a cara do Arno ali, eu fiquei falando que os tempos mudaram.

Meu querido Fritsch,

Meus companheiros deputados,

Meu caro Manoel, presidente da Contag,

Meus queridos companheiros Zé e Bilau, que fizeram uma apresentação
da gloriosa Feira de Santana, aqui, no nosso recinto,

Minha querida Ana Fonseca,

Meu caro Clayton Campanhola, presidente da Embrapa,

Meu caro Rolf, presidente do Incra,

Meus companheiros, minhas companheiras,

Eu tive o prazer, Rossetto, de participar, no ano passado, na cidade de
Buíque, em Pernambuco, do anúncio que foi feito por você, e pelo ministro
Graziano, na época, do compromisso de comprar a safra dos produtores
agrícolas do semi-árido nordestino. O Manoel dos Santos estava lá naquela
ocasião.

Mas eu só pude sentir o efeito da compra há pouco tempo, em Ji-
Paraná, quando o governo, através da Conab, resolveu comprar o feijão dos
produtores de Rondônia, porque o preço estava muito baixo. Havia uma



estimativa de que o preço da saca do feijão iria valer entre 25 e 28 reais; a Conab entrou pagando 60; compramos 11 mil toneladas de feijão; o mercado se readaptou à lógica do equilíbrio de preços, passou a pagar 50; a Conab saiu e as coisas ficaram ajustadas no estado de Rondônia.

Essa é uma pequena demonstração do papel que o Estado brasileiro e suas instituições podem fazer. Não é o Estado tentar substituir o mercado, mas é o Estado evitar que o mercado por si só sufoque aqueles que, dentro do mercado, são mais frágeis, são mais fracos e têm menos poder de barganha. E agora, com o seguro agrícola, nós estamos dando um outro passo importante.

Meu querido Mané, presidente da Contag,

Possivelmente, na Contag, seja igual, aqui, no governo. Nós, hoje, estamos anunciando o seguro agrícola, que já está em vigor e o Manoel disse que tem muita gente que não tem acesso ao banco, a empréstimos, portanto, era preciso que nós pensássemos em cobrir aqueles que não têm acesso ao banco. Eu penso, Manoel, que era importante que a gente, antes de criar outro mecanismo, utilizasse todo o nosso potencial para fazer com que todas as pessoas pudessem, se quisessem, ter acesso ao banco.

Eu disse, no lançamento do Pronaf, que o fato de anunciarmos 7 bilhões de reais não significa que a gente não possa arrumar mais. Eu prefiro me encontrar com você, na rua, ou prefiro receber a Direção da Contag, do Movimento Sem-Terra e de todas as instituições que trabalham em organização do trabalhador no campo, pedindo audiência para exigir mais dinheiro – porque tem muita gente querendo crédito –, do que chegar no final da safra e a gente perceber que os 7 bilhões que colocamos não foram utilizados porque os trabalhadores, muitas vezes, não sabiam como procurar, não estavam organizados. E eu já pedi, naquela ocasião, que é importante que o movimento sindical e todas as organizações que tratam com a agricultura familiar tratem de preparar, organizar as pessoas para virem atrás do dinheiro, porque vocês viram que o companheiro Palocci tem um coração enorme.



Vocês viram que bastou o Rossetto pedir, ele foi atendido. Vocês imaginem quando for o pedido de milhões de pequenos agricultores que elaboram o seu projeto. Vocês sabem os problemas que tivemos no ano passado, reconhecido pelo próprio Banco do Brasil. Tinha gente que estava desabituada a atender o pequeno. E readequar isso a uma nova realidade pressupõe formação e novas orientações. E essas coisas não acontecem do dia para a noite. As coisas, agora, estão muito mais afinadas, portanto, se um pequeno agricultor for pegar o seu dinheiro, ele vai fazer concomitantemente um empréstimo, vai fazer o seu seguro, e vai poder trabalhar tranqüilo, sabendo que as intempéries não vão fazer, como habitualmente acontecia no Brasil, a sua família passar necessidade ou fome.

Esse é um passo, eu diria, gigantesco. É o atendimento de uma reivindicação de 30 anos dos trabalhadores rurais do nosso país. E a tendência natural é que nós continuemos aperfeiçoando essas coisas, porque pode ser que venhamos a encontrar falhas no funcionamento. E aí nós temos que nos encontrar, vocês vão ter que preparar a pauta de reivindicação, colocar as deficiências, e vamos consertando para que a gente, ao terminar o mandato, tenha concluído neste país a mais perfeita relação e integração entre o poder público e agricultura brasileira. E dentro da agricultura, a própria agricultura familiar, que é aquela que, teoricamente, depende mais dos incentivos que o Estado brasileiro pode dar.

Então, é importante ter claro que, além do anúncio que estamos fazendo, na verdade estou fazendo quase que uma provocação. Não tem coisa terminada, acabada. Isso é um processo. E nesse processo nós temos que aperfeiçoar. E aperfeiçoar significa preparar os trabalhadores. Cada sindicato precisa comunicar, a cada associado seu, de que precisa ir buscar o dinheiro do Pronaf, porque a tendência natural de quem guarda dinheiro é o seguinte: “bom, se eu tinha sete e não apareceram sete, só cinco, para que eu vou colocar sete outra vez? Eu vou baixar para seis.” Então, é importante que o



pedido seja de oito, não seja de sete. E vocês sabem que quanto mais gente for pegar dinheiro no Pronaf, mais gente vai fazer seguro agrícola, mais gente vai ter um sistema funcionando sem risco de quebrar. Essa é a teoria, essa é a tese. Porque se a pessoas não tomam o dinheiro, não fazem o seguro, o processo falha, quebra, e aí não é por inadimplência, é por incompetência de todos nós, porque nós estamos tentando criar as condições.

Então, eu penso que nós temos que trabalhar para que a gente faça valer à pena a instituição do seguro agrícola. Vocês sabem que tem muita gente que acha que isso não vale à pena. “Ah, o governo está fazendo isso, mas não vale à pena, isso não resolve o problema.” Nós é que temos que provar que resolve. E para provar que resolve, nós temos que utilizar o total do potencial de financiamento que nós temos, o total de financiamento do seguro agrícola para que a gente possa fazer valer os discursos que durante tantos anos fizemos neste país, dando sustentação à agricultura familiar. Não apenas porque ela mantém o homem na sua terra natal, porque ela gera postos de trabalho, mesmo que não gere o emprego, mas um trabalho para a mulher, para o filho, para um parente, porque a agricultura familiar pode produzir alimentos de boa qualidade, sem a quantidade de pesticidas que tem em outros produtos.

Então, nós temos condições de, ano que vem, fazer mais e melhor. Fazer muito mais e fazer melhor, a depender do trabalho que façamos conjuntamente.

Eu acho que nós estamos vivendo um momento muito bom. Eu tenho tomado todo o cuidado para não permitir que a gente venda euforia exagerada, mas a verdade é que a situação está indo bem. Quando você vê a equipe da Fazenda, Arno, Palocci, todo mundo rindo assim, feliz, é porque as coisas estão indo bem. Eu nem preciso ler jornal, basta ver a cara deles, e eu sei que as coisas estão indo bem. E se está bem para eles, está bem para mim. E se



está bem para mim e para eles, está bem para todo mundo. Então, as condições estão muito favoráveis.

Eu acho que se a gente for fazendo as coisas da forma mais madura, mais adequada, utilizando o poder de pressão que a gente tem para exigir, vocês não têm que ter a preocupação de exigir de nós. Até porque nós temos muita franqueza. Vocês sabem que com a mesma franqueza com que vocês vêm conversar comigo e pedir um monte de coisas, eu posso ter a mesma franqueza e dizer: olha, isso eu posso, isso eu não posso, isso dá, isso não dá, e fica para o ano que vem. Porque se não for essa relação sincera, de companheiros, eu fico perguntando o que fazemos, todos, aqui?

Então, Rossetto, meus parabéns, querido, sobretudo, pelo elogio que você fez aos companheiros do Tesouro, aqui. Porque, vocês percebem que as coisas não acontecem antes do tempo. O Tesouro precisou se preparar, preparar o Brasil financeiramente, para poder fazer as coisas que estão fazendo agora. Não poderiam fazer em março de 2003, quando a economia estava numa situação muito ruim. Mas, meus parabéns Miguel, eu acho que valeu. Eu acho que o entrosamento que você tem mantido com todos os segmentos dos trabalhadores rurais demonstra claramente que nós estamos criando um outro padrão de relação entre governo e movimentos, entre governo e sociedade.

Meus parabéns à equipe que discutiu e concordou com o projeto final do Seguro, porque demonstra claramente a visão de conjunto que o governo tem sobre um problema quase que secular dos agricultores brasileiros, e oxalá a gente consiga, daqui a alguns dias, fazer uma outra reunião, para anunciar mais e melhores notícias para o povo brasileiro.

Meus parabéns ao Rossetto, meus parabéns ao Palocci, e parabéns a todos os trabalhadores brasileiros.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro com os alunos vencedores da Olimpíada de Matemática

Palácio do Planalto, 13 de setembro de 2004

Eu tinha dito aos ministros que eles falariam e eu não falaria. Mas eu vi o microfone ali...

Primeiro, eu quero, mais uma vez, te cumprimentar,
cumprimentar o Camacho,

Cumprimentar o Edmilson Mota,

Cumprimentar os nossos estudantes, os seus familiares,

O Nazareno deve estar orgulhoso...

E quero dizer uma coisa. Suely, na última vez em que nós nos encontramos, pela primeira vez em que nós nos encontramos, você disse uma coisa que me fez pensar um bocado de tempo: que por trás de cada gênio desses teve, em algum momento, um professor com uma dedicação maior do que a média, para que eles pudessem despertar esse interesse extraordinário pela Matemática.

Vocês sabem que no Brasil, durante muitos anos, priorizou-se, na educação, a quantidade e não a qualidade. Lógico que o ideal seria a combinação dos dois, que tivéssemos uma grande quantidade e uma extraordinária qualidade no ensino. Mas nós estamos percebendo e vamos mudar isso para o próximo ano.

Mesmo quando, em alguns momentos, o governo resolveu fazer uma aferição para saber se as escolas estavam em boa qualidade, se os alunos estavam aprendendo, isso era feito por uma amostragem, eu diria, pequena, se nós considerarmos os milhões de adolescentes e crianças que estão na escola.

Nós decidimos este ano que, para o próximo ano, nós mandaremos um projeto de lei para o Congresso Nacional. Nós vamos fazer, pela primeira vez,



na 4ª e na 8ª séries, uma avaliação da totalidade das escolas brasileiras. E por que é importante fazer da totalidade das escolas brasileiras? Porque nós vamos descobrir, e eu acho que é uma descoberta importante, que no mesmo município deve ter várias escolas públicas onde o nível de ensino é diferente em cada uma delas. Os salários são os mesmos, os professores têm o mesmo empregador, que é o Estado brasileiro, seja o município, o estado ou a União, e os alunos são os mesmos, porque são os brasileiros.

A impressão que eu tenho, Fernando Haddad, é que nós vamos descobrir que, numa mesma cidade, vamos ter uma escola onde os alunos têm um bom nível de aprendizado e, na outra, não. Ou nós vamos descobrir que, em determinadas escolas, há uma série de matérias onde os alunos são bons, e em outras, não. E nós vamos descobrir também que, embora os professores sejam os mesmos, tem professores que estão conseguindo passar melhor a matéria para os alunos do que outros.

Eu acho que esse estudo e essa pesquisa vão nos dar um potencial para tomarmos decisões a partir da descoberta que vamos ter, de que nós precisamos de um grande processo de reciclagem dos nossos professores.

Quando você encontra um menino que diz para você: “Olhe, eu não consigo aprender química”, eu confesso que, possivelmente, nós precisaríamos saber de que jeito o professor está dando a aula de química para esse aluno. E isso vale para matemática, vale para qualquer matéria.

Possivelmente, a gente vá descobrir que nós temos tantos gênios, no Brasil, algumas centenas ou, quem sabe, milhares, como vocês. Na hora em que a gente descobrir a metodologia certa para dar a matéria, é possível que as crianças aprendam. Não é possível que um aluno entre na sala de aula, estude, fique as quatro horas na escola, saia e não tenha ninguém que pergunte: “você aprendeu o que ensinaram hoje? Como é que foi a tua aula de português, de matemática, de ciência, de biologia, de química?”



Porque se não tiver ninguém, cotidianamente, aferindo se as pessoas aprenderam ou não, a gente pode descobrir que elas não aprenderam nos momentos mais importantes, em que têm que fazer uma prova ou, quem sabe, quando tiverem que fazer um teste para arrumar um emprego no mercado de trabalho, mesmo com o diploma na mão.

Quando nós decidimos – e o nosso Eduardo Campos, ministro da Ciência e Tecnologia, falou um pouco disso – incentivar e fazer com que a Olimpíada Nacional cresça e tenha a participação do MEC, a participação do Ministério da Ciência e Tecnologia; a participação da Petrobrás, quem sabe, no decorrer do tempo, a gente tenha mais gente ajudando a financiar; quem sabe a gente possa, definitivamente, no Brasil, fazer com que os alunos que entrem na escola saiam definitivamente aprendendo aquilo que foram aprender na escola, coisa que hoje, lamentavelmente, em muitas escolas, não acontece. As pesquisas estão aí, os resultados de tudo que é estudo mostram que o índice de aprendizado é menor do que o que todo mundo gostaria. Não adianta a gente ficar procurando culpados nesse instante, nós temos é que procurar a solução do problema. Eu acho que, a partir desse estudo, a gente vai ter um mapa mais fiel da situação educacional do nosso país.

E, obviamente, por vocês terem participado de várias olimpíadas, e de terem ganho ou não, eu acho que a medalha é muito importante, é motivo de orgulho, mas, às vezes, as pessoas que participaram e não ganharam a medalha também têm a mesma importância, pelo esforço e pela dedicação. Mas, às vezes, deram o azar de encontrar alguém que se preparou melhor do que elas para essa disputa.

A gente não pode ficar reclamando ou chorando aquilo que a gente não conquistou, mas ficar pensando no que a gente vai conquistar amanhã, no dia seguinte, ou depois de amanhã. Porque a vida é exatamente isso, é um eterno continuar, é um eterno reconstruir das expectativas que a gente tem.



Vocês são muito jovens. São, efetivamente, motivo de orgulho para o nosso país. Se todos ainda não ficaram famosos, como o Ronaldinho, certamente, a partir dessa evolução das Olimpíadas, vocês vão ficar mais conhecidos. Vocês podem ajudar, como incentivadores, para que as coisas aconteçam, em muitos lugares onde vocês estão presentes. E isso, obviamente, torna vocês, agora, muito mais responsáveis do que foram antes.

Na medida em que vocês descobriram que têm o poder do conhecimento da matemática, isso aumenta, também, a responsabilidade de vocês com outras pessoas que, quem sabe, vão precisar de vocês, num futuro muito próximo.

Eu quero dar os parabéns e dizer que vocês são motivo de orgulho para nós. Espero que o Ministério da Educação saiba bem como utilizar o conhecimento de vocês em um futuro muito próximo, já, agora.

E quero dizer à Suely e ao Camacho que nós precisamos encontrar um jeito de fazer com que os nossos educadores sejam mais ousados, que a gente possa criar condições para que eles possam estar mais motivados e ter mais vontade de aprender. Eu acho que o processo de reciclagem dos nossos educadores seria um bem para eles, um bem para os alunos, um bem para o país e um bem para o futuro da nossa querida nação.

Meus parabéns. Espero que vocês continuem participando e que possam ganhar, no próximo ano, o que não ganharam neste ano.

Meus parabéns.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de inauguração das Unidades de Coque, de Hidrotratamento de
Diesel e de Recuperação de Enxofre da Replan**

Paulínia-SP, 14 de setembro de 2004

Meu caro Cláudio Lembo, vice-governador do estado de São Paulo,
Meu companheiro Luiz Gushiken, ministro-chefe da Secretaria de
Comunicação do governo federal,

Meu companheiro José Eduardo Dutra, presidente da Petrobrás,

Meu caro deputado João Herrmann,

Deputado Durval Orlato,

Meu caro João Avamileno, prefeito de Santo André,

Minha querida Maria Inês Soares, prefeita de Ribeirão Pires,

Minha querida Izalene, prefeita de Campinas,

Meu querido Ramon Velasquez, prefeito de Rio Grande da Serra,

Meu caro Valdison Moreira, gerente geral da Replan que, junto com a
sua esposa nos receberam como se estivéssemos visitando a sua casa,

Meu querido companheiro Ildo Sauer, diretor de Gás e Energia da
Petrobrás,

Meus companheiros,

Minhas companheiras,

Diretores do banco japonês, aqui presentes, do Jbic,

Diretores da Petrobrás,

Companheiros dirigentes sindicais,

Meu companheiro Marinho, presidente da Central Única dos
Trabalhadores,

Trabalhadores das empresas terceirizadas,

Meus queridos jornalistas presentes aqui,



Eu não posso falar o nome do Zica, ele não está presente aqui,

Bom, primeiro, um recado para a minha assessoria: quando eu estiver num ato com o José Eduardo Dutra, sobre a Petrobrás, é preciso passar meu discurso para ele ler, porque todos os números que eu tinha Vossa Excelência já citou aqui. Então, eu vou falar de outra coisa. Seria redundância eu repetir, aqui, todos os bilhões e os quilômetros de gasoduto que vão ser construídos.

Meu querido Sérgio Gabrielli, diretor financeiro da Petrobrás, que os petroleiros o tratem bem, porque está em época de acordo salarial e precisam saber que, no fundo, no fundo, é ele quem vai fazer os cálculos.

Meus amigos e minhas amigas,

Este ato, na minha cabeça, representa mais do que a inauguração de uma nova obra na Replan. Replan essa que eu tive a oportunidade de visitar muitas vezes, como dirigente sindical, para fazer assembléias na sua porta.

Quando a gente está anunciando a inauguração de um gasoduto, eu acho que o significado disso é muito maior se nós analisarmos o que aconteceu e o que precisa acontecer no Brasil.

Nós estamos vivendo um momento, eu diria, muito bom, no nosso país. Nós estamos num momento em que a economia brasileira está demonstrando solidez, em que a economia está crescendo, não com a rapidez que alguns desejam, mas com a solidez que nós entendemos que ela deve crescer.

Estamos certos de que 2004 é o ano em que o crescimento já está mais ou menos garantido. Mas estamos certos que precisamos crescer mais. E estamos certos que precisamos não daquele crescimento que, muitas vezes, acontece no nosso país, de num ano a economia crescer 10% e, no outro ano, crescer zero; no outro cresce 10, no outro cresce zero. Não! Nós queremos crescer de forma continuada. Que seja 4,5%, 5%, mas que isso signifique um novo ciclo de crescimento na nossa economia, que possa durar 10 anos, que possa durar 15 anos ou, quem sabe, possa durar até um pouco mais, para que



a gente possa ter a certeza de que os empregos que queremos criar serão criados; para que tenhamos a certeza de que o Brasil estará cada vez mais competitivo, no mercado internacional; e para que tenhamos a certeza de que o Brasil vai caminhar para que, um belo dia, deixe de ser um país em desenvolvimento e passe a ser considerado, definitivamente, um país desenvolvido. Desenvolvido porque tem alta tecnologia na indústria, desenvolvido porque tem alta tecnologia na agricultura; desenvolvido porque o nosso povo está estudando mais; desenvolvido porque o nosso povo está tendo melhor qualidade de saúde.

Todo mundo, aqui, sabe que essas coisas não acontecem do dia para a noite. Essas coisas acontecem em função de um processo que tem que ser definido por um projeto estratégico de desenvolvimento, às vezes não contentando todo mundo, mas contentando aqueles que pensam e acreditam que o Brasil só pode ir para frente se a gente definir claramente o que nós queremos para o país daqui a 15 ou 20 anos.

Eu trabalho com a firme convicção de que uns dos grandes males do Brasil é que o Brasil é pensado, historicamente, de eleição em eleição. E se for pensado apenas de eleição em eleição, com o mandato de quatro anos, o governante fica sempre muito perturbado com a sua própria reeleição ou com o seu sucessor e deixa de construir aquilo que o Brasil precisa que seja construído. Era como se nós fôssemos plantar um pé de fruta com a única intenção de sermos nós mesmos a chupar aquela fruta. Muitas vezes, os pioneiros não conseguem ter acesso àquilo que eles conseguiram plantar.

E no Brasil, as coisas têm que acontecer exatamente dessa forma. Nós não podemos pensar apenas no ano de 2005 ou 2006. Nós temos que pensar que cada semente que estamos plantando hoje, cada ponto de solda daqueles que vocês viram dar num tubo da Petrobrás, hoje – do gasoduto que vai ligar Campinas ao Rio de Janeiro, ou como querem alguns, aqui, ligando Paulínia ao Rio de Janeiro – cada ponto de solda daqueles significa que nós estamos



desenhando um futuro para os nossos filhos e para os nossos netos, pensando no longo prazo, sem esquecer que é preciso ter medidas imediatas para que a gente possa agilizar o atendimento das necessidades principais de uma parcela da população.

Mas vamos analisar o que está acontecendo neste momento. Não faz muito tempo, eu estava em campanha eleitoral, quando a Petrobrás anunciou que iria contratar plataformas e que o Brasil não tinha tecnologia para produzi-las. O endereço certo era que, talvez, uma empresa espanhola, ou empresa norueguesa, ganhasse essa plataforma. Eu procurei vários companheiros da Petrobrás, procurei vários empresários da indústria naval brasileira, abrimos uma ampla discussão. Houve artigos de jornais feitos pelo presidente da Petrobrás, à época, me contestando, dizendo que era ilusão vender a idéia de que o Brasil tinha tecnologia, de que o Brasil tinha estaleiro, de que o Brasil tinha condição de fazer. Nós resolvemos comprar a briga, provamos que o Brasil tinha tecnologia, provamos que o Brasil tinha estaleiros e poderia fazer as plataformas.

E, hoje, é com muita satisfação que a gente percebe que o Brasil está preparado para produzir as plataformas. E que a Nuclep, que é uma empresa de engenharia brasileira, dada como falida por muita gente, hoje não só está recuperada, Marinho, como vai ajudar a produzir essas plataformas e outras coisas em que ela puder ajudar.

Todos nós sabemos do projeto em que a Petrobrás está trabalhando, para construir ou contratar 22 navios. E todos nós sabemos que a parceria com a Jbic será sempre muito importante para nós, assim como com outros parceiros. Por isso, estamos querendo que o Senado aprove logo o projeto de PPP que está no Congresso Nacional, para que a gente possa, junto com a iniciativa privada, fazer parte das coisas que o Estado brasileiro, sozinho, não tem mais condições de fazer.

Então, hoje, nós estamos com uma indústria naval – quem é do Rio de



Janeiro, aqui, o meu amigo Ênio sabe; quem conhece a indústria naval, e aqui tem empresários da região, sabe perfeitamente bem que nós estamos recuperando a indústria naval brasileira. Não apenas no Rio de Janeiro, porque nós queremos que a Bahia, queremos que Pernambuco, queremos que São Paulo, queremos que o Rio Grande do Sul, queremos que outros estados brasileiros tenham também os estaleiros, para que a gente possa distribuir, nacionalmente, a possibilidade de contratação de obra, seja de plataforma ou seja de navio, feita pela Petrobrás.

A semana passada – eu vou me dirigir a você, companheiro Marinho – eu fui convidado para ir reinaugar uma empresa metalúrgica muito antiga, que era a Cobrasma, que estava fechada há 10 anos. Eu trabalhei numa empresa durante 17 anos, e essa empresa fechou, em São Bernardo, porque ia construir uma vaga de produzir locomotivas, em Araraquara. Essa fábrica chegou a ter 3 mil empregados, em Araraquara, e nunca produziu uma locomotiva, porque o Brasil tratou de desativar toda e qualquer perspectiva de fazer com que nós tivéssemos um sistema intermodal de transporte completo. E a gente não precisaria abandonar os trens para construir as rodovias ou abandonar as rodovias para construir as hidrovias.

A inteligência, hoje, do mundo, obriga que o sistema de transporte mais perfeito é a combinação entre o transporte fluvial, o transporte rodoviário e o transporte ferroviário. E nós estamos trabalhando intensamente para que as ferrovias brasileiras voltem a ser a grande locomotiva do transporte do nosso país.

E queremos fazer uma combinação. E isso está acontecendo porque nós estamos, praticamente, com 5 mil vagões contratados para produzir, só na empresa que estava fechada e que abriu para produzir vagões.

Eu tive o prazer de entrar na seção onde os trabalhadores estavam lixando umas peças, Marinho, que parecia um Vietnã, tal era a quantidade de fogo ou de fagulhas. E o que eu pude perceber foi a alegria estampada no



rosto dos trabalhadores, que estavam desempregados há 10 anos. Ex-empregados da Cobrasma que voltaram ao trabalho como se tivessem encontrado um filho desaparecido ou tivessem encontrado a própria mulher amada.

O dado concreto é que eles estavam felizes como poucas vezes eu vi estampado no rosto de um trabalhador, pegando no pesado, mas orgulhoso porque estava, outra vez, ganhando, com o seu suor, o pão de cada dia para si e para a sua família.

E essa coisa que está acontecendo, na nossa economia e nas decisões do governo, de tentar fortalecer, cada vez mais, aquilo que é o potencial tecnológico do país, vai acontecendo aos poucos; vai acontecendo sem que a gente imponha, de cima para baixo, medidas que, muitas vezes, não deram certo em outros países e que podem não dar certo no Brasil.

O dado concreto é que nós estamos vivendo um momento histórico, por conta disso. As empresas estão voltando a investir. No Brasil, a gente tinha deixado de produzir trilho. Eu fui ao Rio de Janeiro, uma vez, visitar a Central do Brasil, tinha montanhas de dormentes que tinham sido contratados, comprados, e que não serviam para a ferrovia para a qual eles foram comprados, numa demonstração do pouco caso.

Essa semana, José Eduardo, foi concluído um grupo interministerial, coordenado pela Casa Civil, para ver a situação dos portos brasileiros. A impressão que eu tenho é que, durante muito tempo, o Brasil foi governado sem que as pessoas levassem em conta as pequenas coisas que têm que ser feitas. É como chegar numa casa e encontrar, na pia, uma torneira que está vazando e o cidadão, ao invés de ir, de forma pragmática, comprar uma nova borrachinha, trocar a borrachinha, colocá-la e estancar o vazamento, fica amarrando elástico, amarrando pano, tentando remediar uma coisa simples que poderia ser feita.

Os nossos portos não estavam preparados para a demanda das



exportações que estão acontecendo no Brasil. E, por isso, nós tomamos uma decisão de colocar, como prioridade zero, a recuperação dos nossos portos – e são 11 os principais portos do país, por onde escoam, praticamente, 95% de toda a nossa produção. E não precisa gastar muito dinheiro, José Eduardo. Com 273 milhões de reais, até 2006, nós deixaremos 11 portos preparados para funcionar e aumentar, em 10 bilhões de dólares, o volume de exportação no Brasil.

E nós trabalhamos com a certeza de que outras coisas boas vão acontecer, porque a Petrobrás, além de vir aqui inaugurar este gasoduto e esta obra, tem planos, como disse o José Eduardo, de fazer com que ela dê, como maior empresa nacional, a sua contribuição para o desenvolvimento e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas no Brasil.

Nós temos alguns milhares de quilômetros de gasoduto a ser feito no Brasil. O Ildo está aqui, sabe disso. Portanto, como diretor do Departamento de Gás, ele tem que brigar para o José Sérgio Gabrielli botar a mão no bolso e tirar o dinheiro para financiar. Ou nós temos que procurar os nossos parceiros, na JBIC, para nos ajudar, ou outros parceiros. O dado concreto é que o Brasil não pode mais parar.

Nós, nesse momento, estamos preparando os grandes projetos de infraestrutura para 2005. E tem muita coisa para ser feita no Brasil. Tem muita ferrovia para a gente concluir neste país. Tem muitas rodovias que precisam ser terminadas ou algumas novas a serem feitas. E tem alguns projetos que, da minha parte, são os projetos que eu sonho realizar.

Em um deles a Petrobrás será parceira, será pai, mãe e, quem sabe, filho também, que é o grande projeto de biodiesel que estamos pensando para o Nordeste brasileiro, sobretudo para a parte semi-árida nordestina, para que a gente possa dar àquele povo, que há 300 anos convive com uma seca interminável. No Brasil, adotou-se a mania – o José Sérgio Gabrielli, como nordestino, sabe bem – de se dizer que nós temos que enfrentar a seca. E nós



nunca conseguimos enfrentar, porque o ser humano não consegue enfrentar as intempéries. Ao invés de enfrentar a seca, e estamos perdendo há 300 anos, nós temos que estabelecer as políticas públicas corretas de convivência com a seca, para extrairmos o que pode ser extraído, em função de uma realidade local.

E esse projeto de biodiesel, baseado na mamoma, no Nordeste brasileiro; baseado no dendê e na palma, em outras regiões do país, pode até ajudar a tirar o sufoco da Petrobrás, com a questão do óleo diesel, porque nós já temos acordos com a indústria automobilística, e 2% do biodiesel já pode ser colocado no óleo diesel. E quem sabe a gente consiga avançar muito rapidamente.

E esse projeto, obviamente, só sairá do papel para a prática na medida em que a Petrobrás assumir a responsabilidade pela compra e pela distribuição – eu estou vendo, pela cara dos diretores da Petrobrás, que eles já concordaram com isso – até porque essa é a grande contribuição que a Petrobrás vai dar para uma região onde a maioria não tem carro; você conhece bem porque, embora seja mineiro, construiu sua vida em Sergipe. Ou seja, são os companheiros mais pobres do Brasil, que vivem num lugar que não tem carro, que não tem carro de boi, que não tem carroça. O pessoal passa dias e dias sem ver passar nenhum vizinho por perto.

Então, quem sabe, nós consigamos fazer com o semi-árido nordestino, aquilo que o presidente Roosevelt fez com o Vale do Tennessee nos Estados Unidos. Ou seja, desenvolver uma região que secularmente está esquecida no nosso país.

Da mesma forma, o projeto de revitalização do São Francisco, que todo mundo sabe, era um projeto que Dom Pedro tentou fazer, em 1847, e não se conseguiu fazer até hoje. E nós vamos tentar fazer, apesar do sergipano, aí, ter contrariedades. Mas não é possível que a alma humana do sergipano não permita levar um pouquinho da água do São Francisco a milhões de



nordestinos, que precisam andar léguas e léguas para carregar um pote d'água na cabeça, quando tem, para tomar.

Vocês não sabem o que é tomar água suja. A gente ia no açude pegar água, lá estava um cavalo, uma vaca, a cabra bebendo, fazendo as suas necessidades, a gente pegava aquela água, levava para casa, colocava num pote, deixava assentar, a sujeira abaixava, e a gente tirava com uma caneca. A gente não tinha nem formação para ferver a água. Filtro não existia, a gente bebia daquela água. Por isso é que todos os meus irmãos vieram de Pernambuco com a barriguinha bem...

Então, nós não podemos prescindir de fazer com que a parte mais pobre do Brasil receba os benefícios que as regiões mais ricas já receberam, um dia. Tem lugares em que o mercado por si só dá conta dos investimentos; tem lugares em que o mercado atende as necessidades, porque tem interesse econômico imediato e o retorno econômico é imediato. Mas tem outras coisas que se o Estado não fizer, não acontece.

O empresário pode aceitar participar da parceria em uma estrada, porque terá um pedágio rentável e lhe trará retorno. Eu quero dizer aos empresários que eu concordo com isso, só ponham o dinheiro de vocês aonde vocês puderem ganhar alguma coisa. Mas o Estado tem a obrigação de garantir o direito de ir e vir das pessoas. Então, quando o Estado faz investimento, ele não precisa, enquanto Estado, ficar pensando apenas no lucro. Ele está pensando na socialização dos benefícios que tem que garantir à sociedade.

É assim que nós estamos construindo este país: com a tranquilidade com que precisa ser construído, sem a pressa de alguns e sem a lerdeza de outros, mas com a certeza de que estamos dando os passos certos. E vejo esses passos quando eu vejo os trabalhadores – e, diga-se de passagem, eu quero parabenizar os soldados, porque aquela solda é de soldador profissional, competente, espero que ele ganhe um bom salário pelo trabalho



competente que fez ali, e olhe que ele fez apenas uma amostragem para mim.

Mas, todo mundo sabe da minha obsessão pela geração de empregos, até porque eu tenho na pele a experiência de ter estado um ano e meio desempregado, na grande crise de 1965, e eu sei o que é o desemprego. Agora, também, todo mundo precisa saber que emprego a gente não cria num estalar de dedos. Emprego a gente cria é com política consistente, é acreditando nas coisas que se faz a cada dia, plantando hoje para colher amanhã ou daqui a alguns dias.

E é com muita alegria que, até o dia 1º de julho, nós chegamos a 1.236 milhão de empregos de carteira profissional assinada, sem contar empregada doméstica, sem contar a economia informal. E vamos chegar a mais, porque vamos crescer mais este mês, mais o mês que vem. O que nós queremos é que a sociedade brasileira levante a cabeça e acredite que nós vivemos poucos momentos de auto-estima, como estamos vivendo neste momento, no Brasil. Nós estamos garantindo que o povo brasileiro volte a acreditar em si, que não seja uma “madona” reclamando a vida inteira, como muito de nós a vida inteira fizemos.

Tenho chamado a atenção dos meus companheiros, dirigentes sindicais, de que a luta eminentemente econômica não resolve o problema de nenhuma categoria. É preciso que a gente coloque um projeto de nação para que a gente possa construir junto essa nação, para que a gente possa dar àqueles que não tiveram oportunidades, as oportunidades para as quais somente o Estado brasileiro pode abrir as comportas, para que o povo as tenha. E, neste aspecto, a Petrobrás é o nosso filho mais velho, mais preparado, com mais conteúdo, com mais gordura para queimar, com muito gordura, aliás, para queimar. E nós queremos queimar essa gordura fazendo a boa física, que é o bom investimento para gerar mais riquezas para o nosso país.

Eu quero dizer a cada trabalhador, a cada empresário, a cada companheiro que está aqui presente, que o Brasil não tem retorno. A economia



brasileira vai crescer de forma consistente. Eu sei que, de vez em quando, Marinho, na época em que o Copom se reúne, tem pessoas que entram em TPC, aquela tensão pré-Copom. Acontece que, concretamente, nós temos uma coisa neste país que é fantástica; nós temos neste país os brasileiros, com uma garra imensa. Nós, do governo, precisamos passar para as pessoas a certeza de que eles podem investir. Nós fizemos o que tinha de ser feito em apenas um ano, ao contrário de pessoas que não conseguiram fazer em dez, 12, 15 ou 20 anos. E nós sabemos que, cada coisa que tiver que fazer, nós vamos fazer neste país.

Eu tenho dois anos e três meses de mandato, e eu acho que a gente pode fazer infinitamente mais do que foi feito. Agora, é preciso que os companheiros assumam as responsabilidades junto conosco, de que construir este Brasil dos nossos sonhos não é uma tarefa do Presidente, não é uma tarefa de um ministro, não é uma tarefa de um companheiro, é uma tarefa de uma sociedade, de nós acreditarmos que é possível fazer, e fazemos juntos.

Até porque vocês sabem que eu tenho a minha consciência muito tranqüila, e nada melhor do que dizer aqui, na Petrobrás, porque foi aqui, nesta cidade, foi aqui nesta região que eu levei o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo a fazer a primeira greve de solidariedade e, por isso, foram caçados durante não sei quantos anos. E, depois, a greve dos petroleiros não durou o tempo que eles diziam que ia durar, e nós ficamos pendurados. Mas isso faz parte da luta.

Eu poderia dizer aqui, para vocês: eu trabalho com a consciência tranqüila e cada ministro meu trabalha com a consciência tranqüila, de que a gente pode não fazer tudo que vocês gostariam que a gente fizesse, mas a gente faz tudo aquilo que está ao nosso alcance produzir.

Eu, por exemplo, fiquei muito feliz, no domingo. O Corinthians perdeu do Atlético, de 3 a 1, mas pelo menos houve um esforço. Duro é quando perde sem se esforçar. Pelo menos houve um esforço.



Nós temos consciência das nossas responsabilidades. E podem estar certos de uma coisa, meus companheiros: eu digo, todo santo dia, que o grande legado que eu quero ter quando deixar a Presidência da República é ter conquistado o direito de andar de cabeça erguida, como eu andava antes de ser Presidente da República – porque muitos nunca mais saem na rua – e sem nenhuma preocupação de fazer qualquer debate, com qualquer companheiro, sobre qualquer tema, porque eu acho que o debate é o que vai conseguir solidificar a nossa incipiente democracia.

Este ato, aqui, significa emprego; este ato significa desenvolvimento; este ato significa que o Brasil está se ocupando geograficamente, com gás, com tecnologia, e que a gente possa fazer com que a nossa riqueza seja transportada para todos os quadrantes do nosso país.

Eu quero, portanto, meu caro Ildo Sauer; meu caro José Sérgio Gabrielli, diretor da Petrobrás; meu querido José Eduardo Dutra, se eu pudesse dizer alguma coisa eu diria, hoje: valeu a pena colocar um sindicalista na presidência da Petrobrás.

Muito obrigado a vocês. Muito obrigado, meu amigo Cláudio Lembo. E vamos à luta.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene em comemoração aos 25 anos da Associação Nacional de Jornais - ANJ

São Paulo-SP, 14 de setembro de 2004

Meu querido amigo Eunício Oliveira, ministro das Comunicações,
Meu companheiro Luiz Gushiken, ministro da Secretaria de Comunicação,

Meu companheiro Aldo Rebelo,

Meu caro amigo Edson de Carvalho Vidigal, presidente do Superior Tribunal de Justiça,

Meu caro Cláudio Lembo, vice-governador do estado de São Paulo,

Meu caro Germano Rigotto, governador do estado do Rio Grande do Sul,

Meu caro Hélio Bicudo, vice-prefeito da cidade de São Paulo,

Meu caro Nelson Pacheco Sirotsky, presidente da Associação Nacional de Jornais,

Meu caro Francisco Mesquita Neto, ex-presidente da Associação Nacional de Jornais,

Meu caro amigo Paulo Cabral, merecedor de muitas, de todas e muitas outras homenagens que não foram feitas aqui, hoje, pelo que representa para a imprensa brasileira,

Senhores conselheiros empossados,

Conselheiras,

Senhores jornalistas,

Senhores empresários da comunicação do Brasil,

Quando o Nelson Sirotsky me convidou para estar presente à solenidade



de hoje, eu estava certo que não poderia recusar o convite. E aqui estou. Estou aqui para homenagear a imprensa de meu país, que desempenhou um papel muito importante na conquista da nossa democracia.

Em vários momentos de nossa história política, a liberdade de imprensa esteve suspensa ou sofreu severas restrições, como todos aqui presentes sabem muito bem.

Milhares de brasileiros e brasileiras pagaram um preço alto lutando contra a supressão dessa liberdade por governos ditatoriais.

Vivemos, felizmente, num país em que a democracia está consolidada e nosso empenho tem sido no sentido de fortalecê-la e aprofundá-la.

Desde os tempos de Thomas Jefferson, a liberdade de imprensa tem como corolário o direito do cidadão comum à informação verdadeira, equilibrada e plural.

Para nós, do governo, o direito à informação do cidadão é quase como um valor sagrado. Nós sabemos que, sem informação de qualidade, o cidadão não tem como exercer a plenitude de seus direitos. E a liberdade de imprensa é a outra face da moeda do direito à informação. Só com a plena liberdade de imprensa o direito à informação pode ser atendido.

Ao vir aqui, na noite de hoje, eu reitero esse compromisso, que é o compromisso de uma história de vida, neste país. Desejo para o nosso país um jornalismo cada vez mais presente e mais atuante. A sociedade precisa do jornalismo para fiscalizar seus governantes e suas autoridades.

Desejo todo êxito à nova gestão que se inicia na Associação Nacional de Jornais. Que ela leve à frente, e mais alto, os valores supremos do Jornalismo, que fazem dele a instituição essencial que ele é. A começar pelo valor da independência.

Todos nós, que prezamos a liberdade de imprensa, prezamos igualmente a independência dos jornais. Não é por acaso que, logo em seu primeiro artigo, o Código de Ética da Associação Nacional de Jornais afirma



que todos os jornais aqui representados se comprometem em manter a sua independência. Não é por acaso.

Sem independência, os jornais não conseguem cumprir a sua missão mais precípua, que é a de buscar a verdade dos fatos para informar o público.

Sem a necessária independência, os jornais estariam entregues a um amontoado de interesses menores, interesses partidários, religiosos, familiares ou econômicos que distorcem e, mais que isso, estragam a informação que deve buscar, antes de tudo, a objetividade.

Faço votos de que a independência dos jornais seja, a cada dia, mais robusta. Isso vai significar mais qualidade na informação que os brasileiros recebem diariamente.

Quanto mais os jornais são lidos, mais cidadãos estão participando dos debates de interesse público. É bom que o país tenha muitos jornais, plurais, de grande circulação.

Há problemas nos jornais? É claro que há. Há erros, há distorções? Sem dúvida. Mas há problemas, erros e distorções também no governo, assim como há problemas e distorções em todas as atividades humanas. Os erros da imprensa vão sendo corrigidos ao longo do caminho.

Não quero, todavia, minimizar esses erros. De modo nenhum. Eles, muitas vezes, são graves. E causam danos profundos na vida de pessoas e instituições.

A história da reconstrução democrática no Brasil tem dado mostras de que o Jornalismo evolui com seus próprios recursos e com seus próprios métodos de aperfeiçoamento. Ele evolui com o debate público. É assim que ele encontra caminhos para se corrigir, para superar mazelas e, muitas vezes, precariedades.

A melhor receita para o vigor do jornalismo é, sem dúvida nenhuma, a liberdade. Esse é o único modo de construir uma imprensa mais plural, mais representativa, menos preconceituosa e mais responsável.



Claro que, como cidadão, posso às vezes sofrer intimamente ao presenciar uma injustiça cometida por um erro qualquer da imprensa. Mas, na condição de governante, não posso me incomodar quando leio uma crítica séria ao governo numa página de jornal.

O que me incomodava – e todos aqui sabem disso, e muito – era viver sob um regime no qual o governo se dedicava a censurar artigos de jornal. Isso não voltará a acontecer no Brasil, e muito menos voltará a acontecer de forma dissimulada. Não se depender da minha vontade.

Meus senhores e minhas senhoras,

Os mais diferentes setores de nossa sociedade estão enfrentando seus desafios com determinação, coragem e abertura ao debate. Desta forma, buscam a construção de novos consensos para fazer as mudanças necessárias no nosso país. É assim que o governo tem avançado na definição das políticas públicas. Isso não é só necessário mas é, sobretudo, salutar para o processo democrático.

Duas coisas são fundamentais para quem tem poder numa sociedade democrática: quanto maior o poder, maior deve ser a responsabilidade. Da mesma forma, quanto mais liberdade – e isso vale para o governo, para os trabalhadores, para os empresários, para a imprensa e para toda a sociedade – mais ela deve ser exercida com total responsabilidade.

Meu caro amigo Nelson,

Que a sua gestão à frente da Associação Nacional de Jornais seja uma estrada de sucesso, de construção democrática e de fortalecimento da liberdade. Que você ajude a tornar a nossa imprensa cada vez mais plural, forte e próspera. E, nessa empreitada, pode ter certeza que você contará comigo, como cidadão, como Presidente da República e como defensor da liberdade.

Muito obrigado.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de abertura da 2ª Feira Internacional da Amazônia**

Manaus-AM, 15 de setembro de 2004

Meu querido amigo, presidente da República Bolivariana da Venezuela,
Hugo Chávez,

Meu querido companheiro governador do estado do Amazonas, Eduardo
Braga,

Meu caro Nelson Oduber, primeiro-ministro de Aruba,

Companheiros ministros da Venezuela,

Companheiros ministros do Brasil,

Minha querida Flávia Grosso, superintendente da Zona Franca de
Manaus,

Meu caro Maurício Loureiro, presidente do Centro da Indústria,

Companheiros parlamentares,

Meu querido governador Flamarion Portela, do estado de Roraima,

Minha querida Rosalía Arteaga, secretária-geral da Organização do
Tratado de Cooperação Amazônica,

Meu caro Patricio Zuquilanda, chanceler do Equador,

Meu caro Samuel Insanally, chanceler da Guiana,

Meus queridos deputados estaduais, federais,

Todos os integrantes da delegação da Venezuela, da delegação
brasileira,

Empresários,

Trabalhadores,

Jornalistas,

Meus amigos e minhas amigas,



Eu quero, primeiro, agradecer as palavras generosas e companheiras do governador Eduardo Braga. Eu fico sempre com uma dúvida quando as pessoas me elogiam. É que o ser humano é dividido entre racionalidade e ego e, muitas vezes, o ego da gente pode crescer muito quando alguém fala bem da gente.

Mas eu não poderia ter outra oportunidade. Antes de ler o meu pronunciamento, presidente Chávez, eu costumo fazer um discurso por escrito, porque no improviso eu não controlo o tempo e, às vezes, eu me esqueço que as pessoas têm outras atividades. Por isso, eu me habituei a escrever palavras mais precisas.

Mas este momento, para mim, é importante, é sumamente importante. Primeiro, quero dizer umas palavras aos empresários de toda a região da Amazônia e, sobretudo, aos empresários da Zona Franca de Manaus. Não foi agora, mas o nosso ministro Ciro Gomes, junto com a ministra Marina, coordenaram um programa de desenvolvimento sustentável para a Amazônia. E fizemos isso porque acreditamos, firme e conscientemente, que o Brasil não pode ser pensado a partir da realidade de Brasília, de São Paulo, de Minas, do Sul ou do Sudeste. Este Brasil tem que ser pensado globalmente, regionalmente e setorialmente.

E o desenvolvimento regional é o que pode permitir que o governo faça justiça e distribua, de forma mais equânime, a capacidade de crescimento e de enriquecimento do nosso próprio país. Digo isso porque não vacilei um minuto em levar para 2023 a data de vencimento da Zona Franca de Manaus. Digo isso, porque vim a Manaus, há pouco tempo, lançar o Gasoduto Guari-Manaus, porque entendemos que o Gasoduto significará uma segunda revolução no potencial industrial e no desenvolvimento dessa região.

E mais ainda: digo isso, porque outras regiões mais desenvolvidas do país já têm todas as vantagens comparativas que possamos querer; já têm mão-de-obra mais qualificada; infra-estrutura mais avançada; mercado



consumidor muito mais avantajado; postos muito mais qualificados e uma série de coisas que a região Norte do país ainda não tem na sua totalidade, e que parte do Nordeste brasileiro também não tem. E não tenham dúvidas de que, enquanto eu for Presidente da República, não haverá vacilação em termos de políticas de desenvolvimento regionalizadas; de que se leve em conta que as regiões precisam ser tratadas de forma diferenciada. E, portanto, a Amazônia vai continuar recebendo o tratamento respeitoso e carinhoso que nós temos.

Ao mesmo tempo, quero dizer para vocês que qualquer crítica à política da Zona Franca de Manaus só é feita por alguém que não teve a sabedoria de vir conhecer o que representa este Pólo Industrial para o estado da Amazônia.

Eu fico imaginando para um leigo que está participando de uma organização não-governamental, em qualquer país europeu. Ele poderia dizer: “nossa, mas estão fazendo fábricas na Amazônia!” É porque eles não percebem que a região tem 20 e poucos milhões de habitantes, que são seres humanos que querem trabalhar, que querem estudar, que querem ter acesso aos bens materiais que o Primeiro Mundo já conquistou, e querem provar que têm competência para produzir tão ou melhor do que em qualquer parte do mundo.

E eu fico imaginando se não fosse a Zona Franca de Manaus, o que seria ainda hoje da região Norte do nosso país. Portanto, estejam certos, nós não mediremos esforços, nós não mediremos nenhum sacrifício para fazer o que for possível para que a Zona Franca de Manaus continue gerando a riqueza e os empregos de que este povo tanto merece e tanto necessita. Essa é uma política de governo, não é política de ministro; é a política de um governo que entende que o desenvolvimento regional é a forma mais justa para fazermos a distribuição do desenvolvimento de forma mais igualitária.

Segundo, quero dizer aos empresários da Venezuela, aos representantes de outros países que estão aqui: o que nós estamos assistindo, aqui, é o que poderia ter acontecido há 20 anos, há 15 anos, se nós, na



América do Sul, acreditássemos mais em nós mesmos.

Durante muito tempo prevaleceu na cabeça dos governantes dos países da América do Sul, e porque não dizer da América Latina, os ensinamentos dos colonizadores. Um país do tamanho do Brasil ficou de costas para a América do Sul durante quase 500 anos. E os outros países da América do Sul também ficaram de costas para os outros países durante muitos anos. Todos nós olhávamos para os países ricos: para os Estados Unidos, para a União Européia e um pouco para o Japão. Até que descobrimos que o mercado potencial desses países estava cada vez mais limitado para os produtos produzidos, tanto na indústria quanto na agricultura, por uma razão simples: quanto maior o volume de exportação ou de importação de um país com outro país, mais limitadas vão ficando as chances de crescer, porque todo mundo quer exportar mais, todo mundo quer ter superávit comercial, ninguém quer ter déficit comercial.

E esta Feira fica colocando uma interrogação na minha cabeça: se nós tivéssemos acreditado, há 30 anos, no que estamos acreditando hoje, possivelmente a América do Sul seria muito mais desenvolvida; a região Norte seria muito mais desenvolvida. E, quem sabe, hoje nós não fôssemos olhados pelos desenvolvidos como os países em vias de desenvolvimento, mas seríamos, já, olhados como países desenvolvidos. Mas, quem sabe, Deus escreve certo por linhas tortas, quem sabe tenha sido necessário que as coisas acontecessem do jeito que aconteceram para que a gente pudesse, neste momento, pensar em mudar um pouco a nossa realidade.

Seria importante que cada um de nós se debruçasse sobre o mapa da América do Sul, que a gente analisasse o potencial de riqueza existente em cada país e que a gente avalizasse o quanto nós podemos crescer se tivermos políticas conjuntas, se tivermos parcerias, se os nossos empresários não tiverem medo um dos outros, de competir, de fazer parcerias, de investir nos mais diferentes países, para que a gente possa extrair o máximo de riquezas



possíveis para diminuir o máximo de pobreza que pudermos diminuir. Esse é um desafio que está colocado para essa geração. Eu já tenho 59 anos, se a ciência e genética forem boas comigo, eu posso quanto mais? Sei lá, mais 15 anos, mais 20 anos? Mas isso serve para aqueles mais novos, para compreenderem uma coisa: nós só seremos respeitados no dia em que nós nos respeitarmos; nós só seremos grandes no dia em que não tivermos medo de sermos grandes; nós só ganharemos mercado no dia em que não tivermos medo de competir e tivermos coragem de brigar em defesa dos nossos direitos.

E esta Zona Franca demonstra a todos os países vizinhos da região o potencial de crescimento conjunto que temos. Para que isso aconteça, nós precisamos utilizar o potencial de transporte hidroviário, que não existe; nós precisamos melhorar aeroportos, que não existem; nós precisamos melhorar rodovias e fazer muitas que não existem, para que possam transitar homens, mulheres e produtos produzidos nesta região.

O desafio que está colocado para os empresários que estão aqui presentes é que nós não temos que pedir licença a ninguém. Nós temos que definir, objetivamente, os nossos interesses.

E, a partir dos nossos interesses, começarmos a trabalhar com a Venezuela, com o Equador, com o Peru, com a Colômbia e com tantos outros países que estão aqui representados, para que a gente possa integrar, definitivamente, a América do Sul. Integrar com estradas, com ferrovias, com hidrovias, com portos e aeroportos porque muita gente, para vir aqui, tem que ir a outro lugar, porque não tem avião para vir a Manaus.

Então, essa é uma preocupação que o governo Chávez e o governo brasileiro têm que ter. Os nossos ministros vão ter que conversar muito mais, vão ter que levantar problemas para que possamos, então, encaminhar as soluções.

Queria terminar dizendo a vocês que eu saio desta Feira muito, mas muito impressionado, porque a combinação da alta tecnologia com produtos



até artesanais produzidos aqui, na Amazônia, é a combinação mais perfeita da diversidade e da capacidade de um povo ou de um país. E isso pode ser estendido a todos os outros países.

Saio desta Feira com a convicção de que aqueles que, durante muito tempo, criticaram a Zona Franca de Manaus deveriam ser convidados para vir olhar e, depois, não precisariam responder para nenhum de nós, que respondessem para o seu próprio travesseiro, na hora de deitar, para saberem a injustiça que cometeram com o povo deste estado e desta região.

Quero, Furlan, parabenizar o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, o governo do Estado, a Federação dos Empresários, associações de empresários, a nossa Flávia Grosso e todos aqueles que contribuíram para que esta Feira pudesse acontecer exatamente do jeito que está acontecendo.

De vez em quando temos problemas, e é bom que tenhamos problemas; de vez em quando erramos, e é bom que erremos, porque senão começamos a pensar que somos perfeitos; de vez em quando somos criticados, e é bom que sejamos criticados, para percebermos que nem sempre acertamos. Estejam certos de que, aconteça o que acontecer, o meu governo vai fazer a sua parte para que a região Norte do país não seja, eternamente, a região abandonada do nosso país.

Nós não queremos apenas ver a junção da água do rio Negro e do rio Solimões. Achamos muito bonito, mas nós queremos que por ali transite o resultado de uma coisa mais bonita, que é a capacidade de produção do povo desta região, exportando e importando riquezas, para que esta região seja cada vez mais rica.

Meus parabéns a vocês. E podem ficar certos que, na 3ª Feira, Hugo Chávez e eu, que ainda temos dois anos e poucos meses de mandato, estaremos aqui, quem sabe com mais empresários, quem sabe com mais negócios e, quem sabe, com muito mais otimismo, porque a Feira será, ainda mais, muito melhor do que a boa Feira que estamos fazendo hoje.



Meus parabéns e boa sorte para vocês.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento do Seminário Empresarial Brasil-Venezuela

Hotel Tropical - Manaus, 15 de setembro de 2004

Meu caro amigo Hugo Chávez, presidente da República Bolivariana da Venezuela,

Meu caro governador do estado Eduardo Braga,

Meus caros amigos ministros da Venezuela,

Meus companheiros Ciro Gomes, Eduardo Campos, Alfredo Nascimento e José Dirceu, ministros do meu governo,

Deputados brasileiros que estão aqui,

Deputados venezuelanos,

Empresários brasileiros, empresários venezuelanos,

Meu querido Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores

Meu caro chanceler venezuelano,

Meus amigos e minhas amigas,

Eu vou aproveitar esta oportunidade, para com um pouco de atraso, dar os parabéns ao povo da Venezuela, ao presidente Chávez, pelo sucesso da consolidação da democracia na Venezuela. Eu penso que, a partir do referendo, não pode mais haver dúvida em nenhum lugar do mundo, de que a Venezuela assumiu pela terceira vez, ainda no governo Chávez, a consolidação do processo democrático. Que ninguém coloque em dúvida a lisura de um processo sofrido, um processo, eu diria, espinhoso.

Quantas vezes encontrei com o presidente Chávez angustiado, quando poderia estar dedicando o tempo para coisas melhores. Ele estava preocupado com problemas políticos de pessoas que muitas vezes não queriam aceitar o processo democrático da Venezuela.



Eu quero dizer, companheiro Chávez, que para nós, no Brasil, e para mim pessoalmente, a tua vitória e a consolidação do referendo, são uma marca que não deixa dúvida em nenhum país do mundo de que na Venezuela existe uma verdadeira democracia e que tem um presidente que durante três vezes se submeteu... Eu quero Chávez, aproveitar para dizer aos empresários que estão, aqui, da Venezuela, que quando tem uma disputa dessa, depois do resultado, não existem vencidos nem vencedores.

Eu penso que depois de um resultado desse, os que não ganharam devem comemorar tanto quanto os que ganharam, porque o que vai ficar como marca definitiva é o grau de consciência política do povo da Venezuela, que não teve nenhuma dúvida de ir à urna para consolidar a democracia mais uma vez e referendar o Presidente da República que tem dedicado a sua vida em favor do povo pobre da Venezuela.

Por isso, meus parabéns ao presidente Chávez, meus parabéns ao povo da Venezuela, esperando que não precise mais fazer referendo ou fazer teste coisa nenhuma.

É para mim uma grande alegria estar em Manaus acompanhado do meu amigo Hugo Chávez, num período em que se realizam importantes eventos, que afetarão de forma positiva toda a região amazônica.

Eu tive uma reunião de chanceleres da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, realizada ontem; a II Feira internacional da Amazônia que visitaremos hoje à tarde, e a este encontro empresarial Brasil-Venezuela.

Este é o 5º encontro realizado nos últimos 18 meses, o que demonstra a determinação de nossos empresários em impulsionar as relações econômicas comerciais. O entusiasmo e o pragmatismo refletido nas conclusões do encontro empresarial, assinalam de forma inequívoca a importância do papel de nossos governos no estímulo às ações do setor privado.

Está claro que devemos continuar aprofundando o processo de complementaridade entre a economia brasileira e a venezuelana, inclusive por



meio da celebração de parcerias estratégicas entre empresas.

Exemplos eloqüentes são as associações que se formam hoje entre a Companhia Vale do Rio Doce e a Corpozulia, entre a Lusa e a Fedeconstruccion e entre entidades como a Suframa e a Corporação Venezuelana da Guayana.

Estou seguro de que essas iniciativas contribuirão de forma importante para a geração de empregos e riqueza para os nossos povos. O momento atual, companheiro Chávez, nos dá esperança de que poderemos seguir fazendo muito em prol de nossos países. Se 2003 foi o ano marcado pela necessidade de superação de obstáculos, sobretudo na área econômica e comercial, vemos que 2004 vêm dando indicações seguras de um novo ciclo econômico nos nossos países.

Estamos com uma corrente de comércio que aponta para 2 bilhões de dólares, com possibilidade de expansão para algo próximo de 2 bilhões e meio de dólares em 2005.

Decisões políticas importantes como a associação da Venezuela ao Mercosul e os sinais de recuperação econômica que vemos em nossos países, dão alento às nossas aspirações de, finalmente, proporcionar melhores condições de vida para as nossas populações.

Devemos seguir colaborando para o estreitamento das relações entre os nossos empresários. É esse diálogo que permite que as ações dos dois governos tenham reflexos positivos para os setores produtivos.

Estou certo de que iniciativas de promoção comercial, como a macro rodada de negócios prevista para se realizar em Isla Margarita, em novembro próximo, são de grande utilidade para a consolidação do relacionamento econômico-comercial entre Venezuela e Brasil.

O programa de substituição competitiva de importações, que meu



governo lançou em 2003, constitui, sem dúvida, um novo paradigma nas relações comerciais do Brasil com a América do Sul. Trata-se de iniciativa verdadeiramente inédita, sobretudo em vista de originar-se de um país em desenvolvimento. Estamos decididos a revitalizar as correntes de comércio no continente Sul Americano.

Sabemos que a redução do desequilíbrio em nossas balanças comerciais é a chave do sucesso para a criação de um espaço econômico na América do Sul. A integração regional, que tanto desejamos, amigo Chávez, passa pelo aumento do fluxo de comércio entre os países da Amazônia.

Ontem, os chanceleres dos países amazônicos acordaram uma série de medidas que tornarão a nossa cooperação mais abrangente e informal. Hoje à tarde, estaremos participando da inauguração da II Feira Internacional da Amazônia. Queremos estimular o desenvolvimento social e econômico da Amazônia, promover a inserção internacional competitiva de seus produtos e serviços e viabilizar o aumento das exportações da região.

Prezados empresários brasileiros e venezuelanos. Reitero o meu decidido apoio à expansão do comércio bilateral. É este o objetivo político e econômico do meu governo, como estou certo, que é também do presidente Hugo Chávez.

Compete a vocês uma parte importante nesse processo de integração, que envolve nossas nações e se estende por toda a América do Sul e mais amplamente pela América Latina e Caribe. Portanto, quero dizer ao presidente Chávez que o pronunciamento do ministro Furlan toca num ponto crucial da integração da América do Sul e da integração da América Latina.

Não estou, como presidente da República, fazendo uma crítica evasiva à tecnocracia e à burocracia dos países da América do Sul, até porque todos os nossos técnicos trabalham com base em legislações existentes e normas definidas às vezes até historicamente, e eles apenas têm que cumprir aquilo que está escrito. Nós não podemos exigir, pela nossa pressa, que um técnico



burle uma norma vigente para tentar fazer a vontade de um presidente, mas nós, através dos nossos ministros de relações exteriores, através de nossos ministros em cada atividade nos nossos países, podemos detectar quais os entraves técnicos, legais, burocráticos, que temos em cada acordo que fazemos. E os dois presidentes devem sentar e tomar a posição de que, se for necessário, enviaremos ao Congresso de cada país as mudanças para que a gente possa, também, não apenas do ponto de vista tecnológico, não apenas do ponto de vista do crescimento industrial, mas também do ponto de vista da tecnocracia, fazermos, senão a 4ª revolução, pelo menos a 1ª ou a 2ª revolução da burocracia no nosso país.

Eu digo isso, meu caro amigo Chávez, porque eu estou há pouco mais de um ano e meio na Presidência da República. Tive a oportunidade de viajar por mais de 40 países nesses poucos 20 meses de governo e fizemos muitos acordos, muitos protocolos e, de repente, eu percebo que protocolos e acordos feitos, 10 anos antes de eu chegar à Presidência da República, não deixaram de ser um protocolo de intenções e não deixaram de ser um acordo.

Ora, nós não temos o direito de permitir que isso continue, porque acreditamos na integração política, na integração econômica e na integração social do nosso continente. Tenho dedicado grande parte das 24 horas do meu dia para tentar consolidar essa integração e às vezes temos problemas. Problemas no nosso banco de financiamento, que tem normas legais e exigências que é obrigado a cumprir e que nós precisamos tentar flexibilizar, porque nem sempre as pessoas podem ter todas as garantias que nós exigimos.

É preciso que haja na relação internacional as garantias, mas que haja também um pouco de definição de pensamento estratégico do que queremos e um pouco de confiança nos estados que representamos. Isso, eu penso que acontece também do lado da Venezuela; acontece do lado da Argentina, da Colômbia, do Peru. Então, os presidentes vão ter que, ao detectarem todos os



entraves, tomar uma decisão.

Não haverá integração se a gente não destravar a burocracia legal e quero dizer que não é culpa nossa. E ao mesmo tempo, Presidente, nos nossos países, temos uma atividade econômica que quer determinar a política do Estado e nós precisamos, muitas vezes, relativizar a pressão de um setor, e pensar no conjunto do setor produtivo de cada país, para ver o que pode produzir mais comércio, mais exportação, mais importação, mais conhecimento tecnológico. Porque, muitas vezes, a pressão de um setor, por menor que seja, faz com que o nosso Congresso ou os nossos governos demorem meses para tomar uma decisão sobre algo que poderia acontecer em uma semana ou em um mês.

Eu penso que esta reunião que estamos fazendo aqui, hoje, é um novo marco na relação entre Venezuela e Brasil. Eu quero dizer aos empresários brasileiros, e dizer de coração aberto, que fui muito criticado quando, há dois anos, elogiei o presidente Chávez e disse que era amigo dele. E se criou muita, muita coisa negativa contra o presidente Chávez. Eu quero dizer para vocês: não tenham medo de fazer parceria com os empresários venezuelanos; não tenham medo de investir na Venezuela, e tampouco os venezuelanos têm que ter medo de investir no Brasil ou fazer parcerias no Brasil.

Brasil e Venezuela têm uma oportunidade ímpar na história dos nossos países. Nunca tivemos um momento tão propício para consolidarmos, na prática, com projetos concretos, a teoria da integração política, comercial e cultural que durante séculos perpassou toda a América do Sul. As condições estão dadas, a bola não está apenas com o presidente Chávez ou com o presidente Lula. A bola está com todos nós, porque, afinal de contas, tal como no futebol, a atividade econômica é uma arte coletiva e temos que exercitá-la juntos.

Por isso boa sorte a todos vocês.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no almoço em homenagem ao Senhor Junichiro Koizumi, Primeiro-Ministro do Japão
Palácio Itamaraty, 16 de setembro de 2004**

Excelentíssimo senhor, Junichiro Koizumi, primeiro-ministro do Japão,
Excelentíssimo senhor José Alencar, vice-presidente da república,
Senhor Masaaki Yamazaki, vice-ministro da Secretaria-Geral do Gabinete,

Meu caro Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores no Brasil,
Demais ministros do meu governo,

Quero fazer aqui uma menção honrosa ao nosso querido Eliazer Batista, presente neste almoço, e também ao nosso querido Vanderlei Cordeiro de Lima, o nosso maratonista que, além de ganhar a maratona do Japão, virou a personalidade das Olimpíadas de 2004.

Meus amigos parlamentares,
Empresários,
Ministros japoneses e brasileiros,
Meus amigos e minhas amigas.

Dou as boas-vindas ao primeiro-ministro Junichiro koizumi.

Há quase dez anos um Chefe de Governo do Japão não visitava o Brasil.

Sua presença, senhor primeiro-ministro, abre uma nova etapa de nossas relações, forjadas há quase cem anos, quando os primeiros japoneses chegaram ao Brasil.

No limiar deste novo século, Japão e Brasil passam por processos de renovação política e econômica. Uma nova geração de dirigentes chega ao governo de nossos países.

Nossas economias recobram vigor, após um longo período de marasmo



e de incertezas.

Excelência,

Aprendemos a admirar no povo japonês e nos imigrantes que para cá vieram, a perseverança diante da adversidade, a determinação em avançar, o espírito de solidariedade comunitária.

Pude observar essas qualidades em minha primeira viagem ao Japão em 1975, quando estive no Japão a convite dos trabalhadores da Toyota. Essas mesmas virtudes transformaram o Japão na segunda potência econômica mundial em poucas décadas.

Senhores e senhoras,

O Brasil também está voltando a crescer. Reencontramos o caminho do desenvolvimento, em forma sustentável e com justiça social.

Colhemos os primeiros frutos de uma política econômica consistente e responsável. Estamos saneando as contas públicas, aprimorando o marco regulatório, reduzindo a vulnerabilidade externa. Mas é fundamental, sobretudo, superar as históricas desigualdades sociais que mancham nossa sociedade e retardam nosso progresso.

O Japão em muito contribuiu para a construção do Brasil moderno. Nossa parceria ajudou a criar um dos maiores e mais competitivos parques industriais do Hemisfério Sul. Trouxe tecnologia para nos transformar em grande produtor de minérios e em um dos celeiros do mundo.

Queremos voltar a ser o destino preferencial dos empreendimentos japoneses que, no passado, tornaram nossas relações exemplares. Queremos que o Japão volte a ser fonte de investimentos e conhecimentos que permitirão ao Brasil vencer os desafios do mundo de hoje.

A revitalização do Comitê-Econômico CNI-Nippon Keidaren permitirá aos nossos empresários identificar novas oportunidades de investimentos e explorar nossas complementaridades comerciais.

No campo ambiental, são promissoras as possibilidades de cooperação.



A experiência brasileira com bio-combustíveis oferece alternativa para tornar a matriz energética japonesa mais limpa e sustentável. A incorporação do etanol e do biodiesel às nossas economias representará uma contribuição decisiva para tornar realidade as metas do Protocolo de Quioto.

Minhas senhoras e senhores

A visita do primeiro-ministro Koizumi reforça a confiança no potencial de nossas relações.

Com o mesmo espírito, aceitei seu convite para visitar proximamente o Japão. Estamos resgatando uma parceria prioritária para a política externa de meu governo.

A união entre Brasil e Japão tem uma dimensão global. Nossa aliança é imprescindível.

Apostamos no multilateralismo como instrumento do diálogo e da cooperação solidária entre povos e nações. Rejeitamos a força das armas de destruição em massa. Nossas Constituições renunciam à lógica do terror e à ameaça de aniquilamento mútuo.

São esses os princípios que orientam nossa atuação na ONU e que nos fizeram os dois países que maior número de vezes foram eleitos para o Conselho de Segurança.

Temos indiscutível vocação para ocupar, num Conselho de Segurança renovado, assentos de membros permanentes.

É conhecida nossa disposição para aceitar essa responsabilidade. É natural, portanto, que o Brasil e o Japão se apoiem mutuamente nesse processo inadiável de atualização das instituições das Nações Unidas às exigências do mundo contemporâneo.

Diálogo franco e cooperação solidária são os valores que fundam os laços de sangue e de história que unem nossos povos. Uma união antiga, que remonta à presença no Brasil de uma expressiva e laboriosa colônia japonesa – a maior do mundo.



Uma união que ganhou um novo capítulo de amizade e solidariedade com os brasileiros que retraçaram o caminho de seus antepassados japoneses. Estou seguro de que a comunidade brasileira que hoje se consolidou no Japão está retribuindo, com seu trabalho e dedicação, um pouco da valiosa contribuição de sucessivas gerações de nipo-descendentes para o Brasil de hoje.

Somos reconhecidos aos esforços que Vossa Excelência promove para facilitar a boa integração dos imigrantes brasileiros. É mais uma expressão da fé inabalável de brasileiros e japoneses no valor da convivência e da cooperação.

Em 2008, festejaremos, juntos, o centenário deste ir e vir de pessoas, idéias e valores entre o Japão e o Brasil.

Vamos celebrar uma parceria assentada em vínculos humanos e uma história de amizade. Vamos retomar o dinamismo e olhar para o futuro, recolocando nossas relações no nível que nossa história comum espera e nossas possibilidades exigem.

É com este espírito que peço a todos que me acompanhem em um brinde à saúde de Vossa Excelência, Senhor Primeiro-Ministro, e à renovação permanente da amizade nipo-brasileira.

Kampai !!!



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro com representantes da Federação Democrática Internacional de Mulheres

Palácio do Planalto, 16 de setembro de 2004

Minha querida secretária especial de Políticas para Mulheres, Nilcéa Freire,

Minha querida companheira Marisa,

Minha querida companheira Márcia Campos, presidente da Federação Democrática Internacional das Mulheres,

Minha querida Matilde Ribeiro, secretária especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial,

Minha querida senadora Serys,

Senhoras representantes das entidades de mulheres,

Minha querida Clara Charf, Suzana,

Quando a companheira Márcia – eu penso que na Conferência das Mulheres que fizemos, há uns meses – me procurou, dizendo: “Olha, nós vamos fazer o Encontro da Federação Democrática Internacional das Mulheres no Brasil, e nós gostaríamos que o Presidente pudesse participar”, eu disse à Márcia: “Pode marcar a data que nós vamos participar”.

Confesso a vocês que a minha vontade era falar de improviso, mas não posso, porque demoro muito. Ontem, o Chávez foi falar de improviso, em Manaus, e falou 1 hora e 20 min.

Mas eu queria dizer umas coisas, antes de ler o meu discurso. Primeiro, é uma alegria para o nosso governo, para o Brasil e, sobretudo, para as



mulheres brasileiras receber mulheres tão importantes, tão lutadoras, de tantas partes do mundo. Segundo, quero dizer para vocês que aqui, no Brasil, nós vamos fazendo aquilo que podemos fazer, porque nem tudo é determinado por decreto ou por lei.

Muitas das coisas que precisam acontecer para que as mulheres brasileiras e do mundo inteiro alcancem um novo patamar de respeitabilidade, de direitos na sociedade, dependem de mudança de costumes, de avanços culturais e da compreensão do papel que a mulher tem na sociedade moderna. Já tinha nas outras sociedades mas, daqui para a frente nós temos mais obrigação de compreender o papel que as mulheres jogam, não apenas no mundo do trabalho, mas no mundo da política, na disputa por espaços que as mulheres, em alguns países, ainda não conseguem ocupar e que, no Brasil, muito recentemente, as mulheres estão convencidas da importância de participar ativamente da política, de disputar os cargos e, de preferência, ocupá-los. Só cuidado com o meu, agora, que eu ainda tenho dois anos de mandato.

De vez em quando, nós cometemos erros. Habitualmente, no Brasil, a gente ouve um companheiro, um analista dizer que os empresários estão trocando os homens pelas mulheres, porque o salário da mulher é mais baixo. E eu acho que, do ponto de vista econômico, tem-se razão. Mas, do ponto de vista de que as mulheres estão ocupando o lugar dos homens, porque o “lugar dos homens” e não o “lugar das mulheres”? Quem é que disse que aquele emprego tinha que ser meu e não de vocês?

Eu penso que essas compreensões, essas mudanças, que parecem pequenas, é que vão aprimorando a nossa cabeça, para compreendermos que o mundo justo que queremos criar é o mundo de igualdade sob todos os aspectos, sem que haja direito de proibir, adotando-se quase que um lema que já adotei uma vez na vida: “É proibido proibir”; e as pessoas possam exercitar a



democracia, na mais alta plenitude que um ser humano possa ocupar, sem que isso signifique ferir direitos de outros.

A alegria de ter vocês aqui, representando tantos países e tantos continentes, me obriga a dizer algumas coisas que eu acho importante vocês saberem.

Quando nós tomamos posse, resolvemos fazer uma mudança na política externa brasileira. De um lado, pensando na questão comercial; de outro lado, pensando na questão política, nas razões históricas, nas questões éticas e, sobretudo, na questão da integração dos povos que têm as mesmas raízes, que têm similaridades em muitas coisas que acontecem em cada país, mas, muitas vezes, aprendemos – porque muitos de nós fomos colonizados durante muito tempo – a olhar sempre para o lado do “eterno senhor” e nunca olhar para o nosso próprio lado.

E tomamos, como primeira medida de política externa a integração da América do Sul. Não era possível que um país do tamanho do Brasil, com a importância econômica do Brasil, inclusive com a importância estratégica que o Brasil tem, a maior economia da América do Sul, não era possível continuarmos olhando apenas para a Europa e para os Estados Unidos, mesmo que do ponto de vista comercial, sem olharmos que nós fazemos fronteiras com todos os países da América do Sul, menos com dois, e que a integração da qual todos nós falávamos há séculos, em discursos, só poderia ser concretizada se nós tivéssemos a integração física, se nós tivéssemos a construção das estradas, das ferrovias, das hidrovias, políticas de telecomunicações, políticas energéticas, e tivéssemos, inclusive, portos e aeroportos para que a nossa gente e os nossos produtos pudessem transitar. É para isso que estamos trabalhando, intensamente, com todos os países da América do Sul, para que possamos concretizar essa política

Depois, tomamos a decisão de visitar a África. Talvez, em toda a História do Brasil, eu seja o Presidente que em menos tempo visitou mais países. Se



contarmos alguns países árabes, africanos, visitei dez países em 19 meses de governo. E já está estabelecido como agenda do meu Ministério das Relações Exteriores que, a cada ano, eu vou visitar um pouco de países africanos até, quem sabe, cobrir a grande maioria dos países africanos.

Depois, nós resolvemos fazer uma relação mais histórica com o mundo árabe. Visitamos cinco países árabes em uma semana. E visitamos porque nós nunca compreendemos por que o mundo árabe, do ponto de vista econômico, olha tanto para a Europa e para os Estados Unidos e não olha para a África, nem para a América do Sul. Sendo que, num país como o Brasil, só de árabes e descendentes de árabes, nós temos 10 milhões de pessoas morando. Só o estado de São Paulo tem mais árabes do que todo o Líbano. Então, não era justo que não houvesse uma conversa franca com os governantes dos países árabes. Tivemos uma conversa e vamos ter, no próximo ano, uma reunião entre todos os governantes dos países árabes e todos os governantes dos países da América do Sul, aqui em Brasília, para que a gente possa discutir novas opções entre esses dois povos.

Depois, resolvemos que era preciso estabelecer uma parceria estratégica com a África do Sul, com a Índia e, depois, com a China. Estabelecer uma política estratégica, imaginando a nossa relação com os Estados Unidos, do ponto de vista econômico. Os Estados Unidos são o principal parceiro comercial individual do Brasil. A Europa é um parceiro muito importante e nós não queremos perder essa parceria, queremos aprimorá-la, queremos aperfeiçoá-la. Mas, ao mesmo tempo, um país e vários países emergentes não podem ficar dependentes apenas de um lado, com os Estados Unidos, e de outro, com a Europa. Então, nós resolvemos começar a discutir uma nova geografia internacional, que leve em conta a necessidade de sabermos o que nós, países em vias de desenvolvimento, podemos fazer para nos ajudar mutuamente; o que Angola pode, junto com o Brasil, fazer, com



trocas em que Angola seja ajudada e o Brasil seja ajudado; com Moçambique, a mesma coisa; com a China, a mesma coisa.

É verdade que a China nos dá tecnologia para lançar foguetes. Mas é verdade, também, que nós temos tecnologia e estamos produzindo aviões na China.

Então, se nós aproveitarmos corretamente o potencial de similaridades e complementaridades que existe entre os nossos países, poderemos fazer muito mais, do ponto de vista da política comercial, não aceitando, muitas vezes, a imposição que os países ricos impõem aos países pobres.

Vocês sabem que nós tivemos uma boa briga na Organização Mundial do Comércio e ganhamos uma batalha importante, menos importante para o Brasil e mais importante para alguns países africanos, que é o fim do subsídio do algodão que o governo americano dava para os produtores americanos. Isso significa facilitar a vida de países pobres, que têm no algodão a base da sua economia, para poder comercializá-lo a um preço justo, no chamado “grande mercado consumidor”.

Da mesma forma, ganhamos a batalha do açúcar contra a União Européia, o que vai facilitar para que os países produtores possam, de forma mais justa, vender os seus produtos nos mercados ricos.

Isso é muito importante porque quando começamos, essa luta parecia impossível. Não faltaram artigos de jornais, no Brasil e no mundo; não faltaram especialistas dizendo que era uma loucura o Brasil querer se juntar com outros países, fazer uma reunião em Cancún e criar o G-20 para discutir essa nova geografia mundial. Não faltou artigo, no Brasil, dizendo que nós tínhamos perdido.

A verdade é que o G-20 mudou para melhor as relações entre os países pobres e os países em desenvolvimento. E, hoje, os países em desenvolvimento são levados em consideração nas mesas de negociações com o grande comércio mundial.



Estou dando esse exemplo para mostrar a vocês que um dos problemas dos países pobres é que nós sempre ficamos esperando que os países ricos, em algum momento, descubram que nós somos pobres e venham, de forma benevolente, nos ajudar. E, na minha opinião, não haverá nenhum país disposto a ajudar outro, sobretudo aqueles que estão passando fome.

Eu fui ao Haiti, agora. Eu nunca tinha visto tanta pobreza junta. Nunca! Aproximadamente 400 mil pessoas moram em cima de lixo. Não é que no Brasil não tenha pobreza, no Brasil tem pobreza. Mas a pobreza no Haiti é muito mais agressiva aos olhos de qualquer visitante e aos olhos do próprio povo haitiano.

E nós fomos lá levar a Seleção brasileira para jogar futebol, para mostrar ao mundo que é possível discutir uma nova relação internacional sem que a gente tenha, como único instrumento, os nossos canhões, as armas de destruição em massa ou o nosso exército, mas que a gente tenha solidariedade, que a gente tenha uma ação de fraternidade com os povos mais necessitados. O Brasil também é um país pobre mas, mesmo sendo pobre, nós queremos ajudar outros mais pobres do que nós.

É por isso que estamos discutindo, com muita seriedade, o atendimento de uma decisão do Clube de Paris, de ir anistando, na medida do possível, a dívida que países pobres têm com o Brasil, como fizemos agora, recentemente, com Moçambique, como fizemos com a Bolívia, e como vamos fazer com outros países, porque achamos que isso é um exemplo para que os países ricos comecem a ser mais solidários com os países pobres.

No dia 20 nós vamos ter uma reunião muito importante, que já tem confirmada a presença de 56 chefes de Estado e de Governo para discutir a questão da fome. Alguns não vão, o que é compreensível, porque quem não está passando fome não é obrigado a sentir o drama da fome, mas muito irão. E será a primeira vez que, nas Nações Unidas, chefes de Estado vão discutir não a fome como uma tese acadêmica ou uma constatação de um problema



social, mas vão tentar discutir uma saída, o que fazer para que os países ricos possam ajudar os países pobres a terem um modelo de desenvolvimento que lhes permita pelo menos tomar café da manhã, almoçar e jantar todos os dias. Não sei se iremos sensibilizar os que lá não estarão, mas a convicção que eu tenho é que nós só iremos acabar com o problema da fome quando ela deixar de ser um problema social e virar um problema político. E quando ela virar um problema político, certamente os países de mais desenvolvimento vão perceber a necessidade de entender, de uma vez por todas, que o nome da paz no mundo chama-se justiça social. Esse é o verdadeiro nome que poderá construir a paz.

Aqui no Brasil, em agosto deste ano, nós criamos a Semana da Solidariedade. A partir do ano que vem, o governo vai prestar contas do que está fazendo para cumprir as Metas do Milênio. E as organizações da sociedade também vão prestar contas do que fizeram para diminuir e atender as Metas do Milênio. Nós, inclusive, vamos instituir uma espécie de prêmio, Nilcéa e Matilde, para as prefeituras que cumprirem as Metas do Milênio, no que diz respeito à educação, à saúde, à mortalidade infantil. Na verdade, queremos instituir um prêmio para, durante o ano inteiro, motivarmos cada prefeito a fazer o máximo que ele puder fazer, porque se não acontecer algo de novo no mundo, quando fizermos a reunião para avaliar as Metas do Milênio, iremos perceber que a situação está pior do que em 2000, quando se instituiu o compromisso de resolvermos a questão.

Eu quero dizer, minha querida Marta, que aqui no Brasil nós estamos, como você sabe, avançando. Avançando de forma correta, levando em conta a necessidade de ouvirmos todos os setores da sociedade. E nós tomamos algumas medidas que acho importante vocês saberem. A nossa primeira ação, ao assumir a Presidência, foi transformar a Secretaria de Estado dos Direitos das Mulheres, que ficava no âmbito do Ministério da Justiça, na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, diretamente vinculada à Presidência da



República.

No que se refere à questão da violência, sem dúvida uma das maiores preocupações da sociedade e do governo, criamos, no ano passado, o programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência contra a Mulher. Por meio dele, buscamos não apenas punir o agressor mas, principalmente, criar mecanismos concretos de educação, que previnam e evitem a agressão.

Especificamente em relação à violência doméstica, criamos, em março deste ano, um grupo de trabalho interministerial para tratar do assunto, envolvendo a Secretaria de Políticas para as Mulheres, a Secretaria de Direitos Humanos, a Secretaria de Segurança Pública, entre outros órgãos do governo federal.

Nesta semana, a ONU divulgou um relatório em que a questão da violência contra as mulheres foi e está sendo bastante ressaltada nos debates internos.

Outra iniciativa que eu, particularmente, dou muita importância, no caso específico das mulheres do campo, foi a criação do Pronaf Mulher, por meio do qual as agricultoras familiares podem pegar financiamentos do governo federal para investir na produção e pagá-los em até oito anos.

Como vocês sabem – pelo menos as brasileiras – a grande vantagem desta linha é que ela pode ser usada por mulheres que moram em uma propriedade onde seu marido ou filho já são beneficiários de outras modalidades do Pronaf.

O que é isso, na verdade? Se uma mulher é casada e tem um filho, e tem uma propriedade rural, e o marido conseguiu, junto ao banco, financiamento para produzir arroz ou milho, essa mulher, independentemente do financiamento do marido, pode ir ao banco e fazer um financiamento para ela, no seu nome, para plantar o que ela quiser, sem ter nenhuma ligação com aquilo que o marido ou o filho já estão fazendo.



O Incra, que é um organismo que cuida da reforma agrária, também inovou, em outubro de 2003, ao reconhecer direitos da mulher assentada, em projetos de reforma agrária, que antes vinham sendo ignorados. O principal deles é a titularidade conjunta da terra. Ou seja, quando uma família é, hoje, beneficiada com um lote, em um assentamento rural, a escritura é feita no nome do marido, mas também da mulher.

Quero, ainda, destacar um ponto que tem a ver com as obrigações internacionais do Brasil. O nosso país é signatário, desde 1974, da Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher. Uma verdadeira Carta Magna da ONU sobre os direitos das mulheres.

Contudo, foi somente no ano passado, já durante o nosso governo – ou seja, de 1974 até 2004 são 30 anos que o Brasil é signatário – somente no nosso governo é que o Brasil enviou ao Comitê da Convenção o seu primeiro relatório de ações, no sentido de cumprir a Pauta da Convenção. Com isso, demonstramos a todo mundo que o tema é, de fato, parte central da nossa agenda.

Recebam, portanto, meus votos de pleno sucesso na gestão. E uma correção, Márcia, uma correção apenas, porque você falou em 3 milhões e 600 mil famílias recebendo o Bolsa Família. É importante lembrar que no dia 17 próximo, nós vamos entregar o cartão de número 5 milhões. São 5 milhões de famílias e até o final do ano chegaremos a 6 milhões e meio de famílias; até o final de 2005 chegaremos a 8 milhões e 700 mil famílias. E até o final de 2006 nós iremos atender a todas as pessoas que, segundo o IBGE, estavam abaixo da linha de pobreza, quando nós tomamos posse.

Esse cartão é importante, porque nós o entregamos para a mulher. A mulher é a beneficiária de um cartão que, hoje, o projeto Fome Zero inclui o Bolsa Família, a compra de alimentos da agricultura familiar, a compra de leite de pequenos produtores.



Só para vocês terem idéia, num estado brasileiro chamado Rondônia, os produtores rurais da agricultura familiar, na colheita do feijão, estavam recebendo a oferta de 28 reais pela saca de 60 quilos de feijão. Por conta da intervenção da CONAB, quando entramos pagando 60 reais, o próprio mercado resolveu pagar 50 reais e, quando o mercado chegou ao preço justo, o governo se retirou, numa demonstração de que o Estado pode e deve ser o regulador dos abusos cometidos contra os mais fracos e os mais frágeis, no país.

Quero dizer para vocês da minha solidariedade ao povo palestino. Quero dizer para vocês da minha solidariedade a todos os povos do mundo, que lutam contra a pobreza, contra a Aids. O Brasil está tentando desenvolver uma política de solidariedade. Não temos todo o dinheiro que gostaríamos de ter para construir um laboratório para ajudar outros países a produzirem remédios para enfrentar esse mal, que tanto prejudica a humanidade.

Quero dizer para vocês, minhas companheiras, hoje só temos dois companheiros aqui. Isso é preconceito das mulheres, porque não tem muito homem aqui. Quero dizer para vocês que o respeito que eu tenho pelo movimento das mulheres, historicamente, está demonstrado na relação de 30 anos que eu tenho com a minha companheira Marisa. E isso é fundamental porque um casal só consegue viver tantos anos juntos se estabelecer um *modus vivendi* de respeito à individualidade de cada um. Cada um de nós sabe o que representa, cada um de nós sabe do que gosta, cada um de nós só torce pelo mesmo time porque, aí, não podemos torcer por time diferente.

Mas, eu acho que na hora que a humanidade conseguir aprender essa convivência, mesmo na adversidade, eu penso que nós iremos construir o mundo que nós sonhamos construir.

Quero, portanto, agradecer, de coração, a presença de cada uma de vocês na esperança de que a Márcia, como organizadora deste evento, permita que vocês conheçam um pouco o Brasil, que tenham acesso a alguma coisa e não fiquem apenas em reunião, porque muita reunião envelhece mais a gente,



muita reunião cansa mais a gente. É preciso combinar um pouco de reunião, um pouco de lazer, um pouco de atividade cultural.

Muito obrigado e sucesso para vocês!



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de entrega do Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar – edição 2004

Confederação Nacional da Indústria, 16 de setembro de 2004

Meu querido Francisco Menezes, presidente da Comissão Julgadora e também presidente do Consea,

Meu caro Antoninho Trevisan, presidente do apoio Fome Zero,

Meu querido companheiro Graziano,

Graziano, faz um sinal para o Toninho Trevisan, que você não ficou chateado porque ele está reclamando para mim desde que sentou ali, que ele estava com o teu nome inscrito para citar e ele esqueceu de citar.

Meu querido companheiro Tarso Genro, ministro da Educação,

Meu querido companheiro Patrus Ananias, ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome,

Minha querida companheira Marisa,

Meu caro Armando Queiroz Monteiro Neto, presidente da CNI,

Eu não sei não Armando, acho que eu sou o Presidente que mais veio nesta sede, aqui, em tão pouco tempo. Isso é porque eu sou do Partido dos Trabalhadores, então, eu venho.

É interessante, eu estava lembrando que o preconceito é uma coisa fantasticamente doentia. Eu já vim, aqui, acho que umas cinco vezes, e certamente viremos, Armando, quantas vezes tiver uma atividade que signifique um milímetro de avanço para o nosso país e para o nosso povo.

Tem muita gente que fala: “puxa vida, você já foi mais à CNI do que a outros lugares”. É porque nesta Casa tem acontecido alguns eventos importantes. Eu não esqueço nunca que o primeiro grande debate da campanha de 2002 foi aqui nesta Casa, e eu acho que foi o começo de como



mostramos, ao empresariado brasileiro, a seriedade com que iríamos governar o nosso país. Portanto, é um motivo muito grande de alegria estar aqui.

Quero dizer a todos vocês, que tudo isso que está acontecendo agora, não estaria acontecendo se não fosse a teimosia de alguns companheiros: do companheiro Graziano, que foi o coordenador do programa Fome Zero, ainda quando estávamos no Instituto Cidadania; se não fosse o Camargo, que quando a gente não tinha dinheiro, corria para pedir socorro a ele, para ajudar a fazer os seminários e os debates. Se não fosse a nossa querida companheira Maia, que foi quem mais ganhou com o programa Fome Zero, porque eu estou vendo, ali, que ela está grávida, vai ser mamãe. E a nossa querida Ana Cláudia, que está aí. São três pessoas que eu citei apenas, fora a Clara Ant e outros que ajudaram muito, mas se não fossem vocês a gente não teria... oh Belik, desculpa Belik, se não fossem os quatro, mais o Camargo, com um pouquinho de ajuda, a gente não teria isso, aqui, porque não teria o programa Fome Zero e conseqüentemente, nós não estaríamos festejando.

Segundo, eu acho importante atentar para o que aconteceu, aqui, hoje. Nós estamos a poucos dias de uma eleição municipal no Brasil, e eu quero mostrar aqui a lisura da Comissão Julgadora. Dos 11 prefeitos que receberam o prêmio, três são do PT; três do PSDB, dois do PFL, um do PSB, um do PMDB e um do PPS. Por isso, meus parabéns à Comissão Julgadora, porque fica demonstrado com o resultado, que o critério não foi ideológico. Foi um critério que levou em conta a seriedade, o compromisso dos prefeitos e das prefeitas, sem que ninguém perguntasse a eles a que legenda pertenciam. É interessante vocês saberem também que dos 5.560 municípios, 383 se inscreveram e, desses, 11 foram premiados.

Eu quero começar – o meu discurso está escrito, mas eu estou improvisando – dizendo uma coisa para vocês: nós criamos, nestes dias, por proposta dessa turma toda que está aqui também, a Semana da Solidariedade Nacional. Eu estava imaginando que nós devemos criar um prêmio para



acompanhar o cumprimento das Metas do Milênio, que cuida da questão do emprego, da criança, da educação, da saúde. E se a gente não repartir essa responsabilidade com a sociedade, com os prefeitos, a verdade é que o governo federal não terá sequer como fiscalizar as boas ações que ele possa fazer.

Na medida em que a gente faça parcerias com as prefeituras, com as entidades da sociedade civil, a gente vai poder controlar melhor o dinheiro público e, mais importante do que controlar, vai poder ajudar melhor a utilização desse recurso público, para atender a uma demanda mundial. Porque os Presidentes foram a Roma em 2000 e assinaram o Compromisso do Milênio. Mas, muitos dos que assinaram, já não estão mais no governo, não se lembram mais. Os que entraram, sequer leram o documento das Metas do Milênio, então, também não têm compromisso. Portanto, alguém vai ter que assumir o compromisso.

Eu estou indo domingo para as Nações Unidas, lá nós vamos fazer um encontro com 56 chefes de Estado e de Governo para discutir a questão da fome e da miséria no mundo, na tentativa de criar um fundo. E eu vou levar como sugestão, que eles possam distribuir responsabilidade com os administradores municipais, com o chamado poder local, no cumprimento das Metas do Milênio. Senão, nós não vamos conseguir acompanhar corretamente e, se não fizermos isso, poderemos acordar daqui a algum tempo com muitos países em situação pior do que era em 2002.

Aí, meus companheiros ministros, eu penso que cada ministério vai ter que cuidar da sua área. Por exemplo, o Ministério da Educação vai cuidar da área da educação, premiar os municípios que melhor tiveram políticas educacionais; o da Saúde, na área da saúde; o do projeto Fome Zero, na área da nutrição, ou seja, eu penso que a gente pode conseguir um sucesso extraordinário na hora em que a gente mobilizar a sociedade e co-



responsabilize os administradores públicos, governos estaduais, prefeituras, ministérios, secretarias.

Isso é importante, porque no começo as pessoas não vêm, ficam com medo, acham que isso é coisa do governo, “que quer me cooptar, eu não vou nisso, eu não vou me inscrever”. Depois, é que nem vacina para criança: chora, chora, e depois as pessoas percebem que não doeu nada. Ou seja, vocês participaram, é uma coisa gratificante, é motivo de orgulho para cada um de vocês que receberam um prêmio que não tem valor monetário, mas que tem valor moral, e muito dinheiro não pagaria o tratamento que vocês deram a uma coisa que todo mundo deveria dar, que é cuidar bem dos poucos recursos que a gente tem para a merenda escolar, e, se não tem, arrumar outra coisa para fazer, como fazer uma horta, etc. Vocês são exemplos de como o Brasil pode ser muito melhor, na medida em que todos, um belo dia, acordem e, falem: hoje, vou ser melhor do que eu fui ontem, e, aí, o Brasil começará a andar muito rapidamente.

Meus parabéns a todos vocês que ganharam o prêmio. Espero que isso motive outros a entrarem, a participarem no próximo ano. Outra coisa que eu pensei que o Chico ia falar e não falou, é o seguinte: quando o Graziano me propôs, ainda no ano passado, que a gente deveria estender a merenda escolar para as crianças de creche – hoje tem quase 1 milhão de crianças – ele me propôs que a gente deveria aumentar de 0,6 centavos para 0,13 centavos a merenda da pré-escola. E eu falava: Graziano, não é possível. Como é que a gente...o que são 7 centavos de aumento? Seis centavos de aumento? É uma coisa tão absurda! Aí ele falava: “dá, pode ficar certo que é um bom aumento”.

Eu nem tive coragem de fazer um ato público, eram tão poucos centavos, que eu não quis fazer. Depois me apareceu o Chico Menezes dizendo: “Presidente, eleva, pelo menos para 0,15 centavos de real a merenda escolar”. Eu falei: é um absurdo isso. Ele falou: “não, já ajuda bastante”. Para o ano que vem, nós vamos elevar para 0,18 centavos e nós vamos recuperar.



Por que recuperar? Presta atenção numa coisa: quando foi criada, em 1993, a merenda escolar, a parte do governo federal, significava 13 centavos de dólar, porque o real era igual a um dólar. Ora, quando houve a desvalorização cambial em 1999, o nosso dinheiro deixou de valer um dólar e nós precisávamos de 4 reais para comprar um dólar. Significa que desvalorizou quatro vezes o nosso dinheirinho, os nossos 0,13 centavos, e isso não foi ajustado, até essa medida que nós tomamos para ajustar.

Eu penso que esse reajuste que foi feito é pouco diante das necessidades que nós precisamos, mas ele é muito diante do tempo que ficamos sem aumentar a merenda escolar.

Eu acho que o Toninho Trevisan não ficou bonito. Não é verdade o que ele disse: “eu sou bonito porque comi”. A verdade é que as crianças ficam mais bonitas quando comem. Não é o teu caso, você já não teve mais recuperação – a merenda escolar chegou tarde para ele – mas a verdade é essa, é uma coisa tão simples, tão barata e tão fácil de fazer que é inexplicável que não tenha sido feita há muito tempo.

Eu acho que a gente precisa todo dia levantar de manhã, com a vontade de reciclar a nossa cabeça. Nós temos que reciclar a nossa cabeça, reciclar muitas vezes o nosso comportamento, reciclar as nossas decisões anteriores, ou seja, o ser humano não tem que ter medo de ser uma eterna metamorfose ambulante, sempre tentando mudar, inovar, para que a gente possa usar da nossa criatividade, exercitar a nossa mente o máximo possível, para que a gente possa todo dia deitar a cabeça no travesseiro e dizer: “hoje, eu ganhei meu dia honestamente e durmo com a consciência tranqüila, porque eu fiz o certo”. O errado é muito fácil fazer.

Eu era muito pequeno e minha mãe dizia assim: “meu filho, a verdade fica engatinhando e a mentira corre de avião”. As coisas fáceis de fazer, as coisas sérias, são, eu diria, às vezes muito difícil. Agora, a coisa errada está ali,



se a gente não faz a coisa certa pode ver que vai aparecer um diabinho tentando convocar alguém para fazer a coisa errada.

Fiscalizar os nossos secretários que cuidam disso, é uma obrigação nossa, porque o dinheiro não é nosso. A prefeitura não produz dinheiro, o governo do estado não produz dinheiro, o Presidente da República não produz dinheiro. O dinheiro é gerado pela capacidade contributiva e produtiva deste país. Então, na hora em que a gente recebe o dinheiro, nós não estaremos fazendo nenhum favor de devolvê-lo de forma honesta para quem pagou o dinheiro para o próprio governo. É uma coisa que não é motivo até de ser elogiada, é nossa obrigação moral ser honestos com um dinheiro que não é nosso. Eu diria que é mais do que uma obrigação moral, é uma obrigação ética, a gente ter esse comportamento.

Então, eu acho que este dia de hoje, Toninho, é marcante, porque é o início de um novo momento, de uma nova relação em que a gente vai ensinando e aprendendo. Daqui a pouco todo mundo que participa da administração pública perceberá que é melhor ser honesto do que desonesto.

Então, eu acho que este é o desafio que está sendo colocado para nós, e eu sou da tese que sem a sociedade civil a gente não consegue fazer as profundas mudanças que o país precisa. Sozinho, o Estado pode fazer todas as promessas do mundo, mas num país do tamanho do Brasil, heterogêneo como o Brasil, diversificado culturalmente como o Brasil, ou a gente envolve a sociedade organizada para ajudar as coisas a darem certo ou nós demoraremos muito mais para encontrar uma solução.

O programa Fome Zero conseguiu sensibilizar a sociedade. Eu me lembro que vi o Gabriel, que era presidente da Febraban, da poderosa Federação dos Bancos brasileiros, participando de um agrupamento de empresários que resolveu fazer doação em dinheiro para construir cisternas no Nordeste, na região do semi-árido, e pasmem, não só deram o dinheiro, como um belo dia eu fui visitar uma cidade muito pobre no estado da Paraíba, e eis



que eu encontro lá o nosso querido e mais outros banqueiros que tinham dado dinheiro, que tinham contribuído. Eu tenho certeza de que naquela noite eles dormiram muito mais felizes, vendo que um centavo que eles tiraram e que não fazia falta nenhuma, tinha dado a possibilidade de um cidadão ter água para beber, durante pelo menos alguns meses. Por isso é muito melhor a gente ser bom, é muito melhor a gente ser honesto, é muito melhor a gente ser justo.

Eu quero dizer para vocês que a gente pode fazer muito mais. Meu querido Marcos Winter, nós poderemos fazer muito mais. Eu estou, hoje, convencido que as melhores soluções estão em medidas simples e muito fáceis. Eu estou muito convencido de que a gente ainda vai descobrir, com o passar do tempo, que há métodos e metodologias que fazem as coisas andarem, porque muitas vezes a máquina pública – vocês têm isso nas prefeituras – muitas vezes a máquina pública é como se fosse o piloto automático de um avião, ou seja, está tudo escrito no manual, então, cada um que entra vai seguindo o manual, “pode, pode, não pode, não pode”, ou seja, é o mesmo tratamento, são as mesmas coisas, da forma mais insensível e mais burocrática, sem analisar “cada pode” e “cada não pode”, porque, muitas vezes, o “pode” e “não pode”, dependem da situação do pessoal ou da pessoa que nós queremos atender.

Eu estou convencido de que é um processo difícil, mas a gente vai ter que ir mudando. Cada vez que a gente muda uma coisa, você tem que ir atrás, porque se não for atrás, pára. Esses dias eu estava conversando com o meu amigo, presidente do Banco de Desenvolvimento, e fiquei assustado porque ele me disse que um empréstimo demora 210 dias para saber se “pode” ou “não pode”. E tem justificativa para isso, porque tem uma rotina. Tem uma rotina que tem que ser cumprida, isso tem que passar por 50 pessoas. Uma vez o prefeito de São Bernardo, o Maurício Soares, que era do PT, e que agora não é mais, mas continua sendo nosso companheiro, acompanhou um processo que passou por 36 pessoas. É um tal vai e volta, é um dilema com que todos nós,



que estamos na máquina pública, do menor município brasileiro ao governo federal, vamos ter que nos preocupar: em como fazer que as coisas aconteçam mais rapidamente, que o dinheiro chegue mais rapidamente, porque tudo isso ficaria mais barato, daria mais resultado, e poderia nos ajudar muito mais.

É um desafio que não é do Presidente da República. É um desafio que é de cada um de nós, do mais humilde ao mais rico cidadão brasileiro. Mudar hábitos e costumes não é uma tarefa fácil em lugar nenhum do mundo.

Vocês perceberam que, quando Oswaldo Cruz foi dar a vacina contra a febre amarela no Rio de Janeiro, houve quase que uma revolução para ninguém tomar a vacina, porque imaginem o cidadão inventar uma coisa que vai curar o cidadão e, na hora que vai dar, o cidadão não quer aceitar, porque é contra. Imaginem mudar hábitos e vícios de pessoas que estão há 30 anos, 40 anos, acostumados a fazer a mesma coisa.

É um desafio e eu acho que esse exemplo de vocês, hoje, mostrando que é possível, com pouco dinheiro e com criatividade, envolver a sociedade, envolver os empresários, deu para que, dentre os 383 prefeitos que se inscreveram, vocês fossem os 11 premiados.

Meu querido Trevisan, anulei o meu discurso por escrito, quebrei o protocolo, mas de qualquer forma, quero terminar dizendo o seguinte: vale a pena a gente fazer as coisas certas, vale a pena a gente procurar fazer as coisas corretamente a cada dia. Eu nunca vi ninguém arrependido por ter feito a coisa certa. Quem já viu alguém dizer: “puxa vida, hoje eu estou arrependido, porque fiz tudo certo”. Todo mundo fica arrependido quando faz uma malandragem qualquer e começa a ficar com medo que alguém descubra.

Então, vocês fizeram a coisa certa, meus parabéns, e espero que o exemplo de vocês sirva para os 5.556 prefeitos deste país.

Toninho, meus parabéns pela idéia criativa desse prêmio. Não sei se vocês, em algum momento, sentiram o orgulho que eu senti quando vieram aqui na frente, hoje. Não é nenhuma nota de cinco, nenhuma moeda de ouro. É



um negocinho de vidro, com um bonequinho do Ziraldo, mostrando que valeu a pena vocês serem eleitos prefeitos, serem honestos e bons com as crianças das suas cidades.

Meus parabéns, espero que ganhem novamente no ano que vem, até porque vão ter que fazer muito mais agora para ganhar o prêmio no próximo ano.

Sorte para todo mundo.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na apresentação do projeto de ampliação da produção do Pólo Petroquímico União S.A.

São Paulo, 18 de setembro de 2004

Meu caro amigo Geraldo Alckmin, governador do estado de São Paulo,
Meu caro companheiro José Eduardo Dutra, presidente da Petrobras,
Meus queridos companheiros professor Luizinho, Jamil Murad e Wagner
Rubinelli, deputados federais,
Minha querida Maria Inês,
Meu caro Oswaldo, prefeito de Rio Grande da Serra,
Meus queridos companheiros Luiz Marinho, presidente da CUT,
Meu caro Roberto Garcia, presidente do Conselho de Administração da
Petroquímica União,
Parlamentares estaduais que estão aqui,
Prefeitos,
Meu querido Paulo Lage, presidente do Sindicato dos Químicos do ABC,
Companheiro Guiba, delegado regional do Trabalho de São Paulo,

Nosso querido companheiro Osmar Santos que, se estivesse aqui apresentando, certamente iria repetir muitas das frases que ele utilizou. Não apenas transmitindo futebol, mas na campanha das Diretas. E todos nós ainda torcemos, com a mesma torcida que fazíamos no começo, para que um belo dia o Osmar Santos volte a transmitir um jogo, de preferência um jogo em que o Corinthians ganhe do adversário. Lembro que o Osmar Santos uma vez me convidou, e ao Lima Duarte. Nós fomos – o Lima Duarte são paulino e eu corintiano, não sei se era um título de 1983 – nós fomos lá na cabine da rádio em que ele trabalhava, na Rádio Globo, para ouvir o comentário do jogo. Era



decisão de título e, naquele dia, o Corinthians, que tinha Casagrande, (inaudível), Sócrates, ganhou o título paulista, ganhando de 3 a 1 do São Paulo. E eu fui considerado, pelo Osmar, o melhor comentarista. Meus parabéns, Osmar, por te ver, aqui, rindo. Significa que as coisas estão melhorando, e muito.

A segunda coisa que eu queria dizer para vocês é que estamos aqui, comemorando um acordo que a Petrobras fez com a Petroquímica União, e não é um simples acordo, eu acho que a gente tem que aprender a valorizar aquilo que se conquistou com muito sacrifício.

Havia uma orientação da antiga Direção da Petrobras, de que não iria elevar a quantidade de matéria-prima para desenvolver a Petroquímica União. Como havia outras decisões, e nós fomos quebrando uma a uma e, por isso, estamos recuperando a nossa indústria naval, estamos construindo navios, estamos construindo plataformas. E, por isso estamos tomando a decisão de que o pólo petroquímico brasileiro não pode ficar esperando a oferta virar menor do que a demanda, porque aí teremos que correr atrás do prejuízo. Portanto, é acertada a decisão da Petrobras de não ficar fazendo parcerias apenas com as empresas já existentes, em torno de projetos já existentes, mas fazer parcerias em torno de projetos novos, construir novas plantas, para gerar novos empregos, para gerar riqueza para o país.

E essa é uma decisão que eu acho fundamental para a Petrobras, que deve aproveitar o bom nome que tem. Porque a coisa mais fácil, José Eduardo, era dizer o que se dizia antes: “A Petrobras é uma caixa preta que ninguém consegue saber o que faz e por que faz”.

Na verdade, nós temos que ter consciência de que a Petrobras é uma empresa importante. A Petrobras não é uma empresa do governo, tem acionistas, portanto, tem que se levar em conta os acionistas minoritários da Petrobras; tem que se levar em conta, e muito, o Conselho da Petrobras, que toma as grandes decisões. Mas, obviamente, o governo tem autoridade para



decidir junto com a Petrobras estratégias de desenvolvimento, afinal de contas, eu acho que a Petrobras é uma empresa que não é dos petroleiros e muito menos da Direção. Ela é uma empresa de 181 milhões de habitantes, porque todos nós a carregamos dentro do nosso peito.

Então, estar aqui inaugurando, comemorando este acordo, é importante pelo que ele significa para a região do ABC, para o estado de São Paulo e para o Brasil como um todo. Eu sempre achei, Governador, que o ABC paulista, por ser uma das regiões mais ricas do Brasil e a mais rica de São Paulo, veja que o nosso povo aqui é tão politizado que ninguém levantou a lebre de criar o estado do ABC. Porque no Brasil as pessoas têm o hábito, quando a região vai ficando rica, de querer se separar dos pobres.

Nós não, nós queremos continuar produzindo para que a gente possa, com a riqueza produzida por nós, fazer as pessoas do Brasil inteiro serem menos pobres. Durante anos e décadas a gente ficou reivindicando, aqui, uma extensão do Hospital das Clínicas. Felizmente, para nossa alegria, já na gestão do governador Mário Covas, esse hospital foi concluído e nós temos, hoje, um centro de excelência, aqui, no ABC, porque não tínhamos. Eu nunca me conformei e nunca compreendi porque o Brasil tem 52 universidades federais e não tem nenhuma no ABC, quer dizer, parece que por a gente ser um pouco... ter a vida um pouco melhor do que a média das regiões brasileiras, nós somos castigados. Então, era quase como se fosse proibido a gente ser feliz, ganhar um pouco mais. Então, não têm direitos. “Não vamos dar nada para o ABC”.

Nós mandamos um projeto criando a Universidade Federal do ABC. É lógico que, nessa época de campanha, tem muita gente que fala bobagem e nós temos que tapar os ouvidos para isso e não ficarmos nervosos. O que é importante é que assim que o Congresso Nacional aprove a Universidade Federal do ABC, vai ter, aqui, a Universidade Federal do ABC, porque já tem determinação do governo, já tem dinheiro disponível no Ministério da Educação. Eu já falei para o Luizinho que se, por qualquer problema, o



Congresso Nacional não aprovar, nós vamos ter que dar um jeito. O ideal é que o Congresso aprove a Universidade Federal, aqui, e se tiver problema nós vamos trazer uma extensão da Universidade Federal de São Carlos para cá, fazer um campus e ter uma universidade. O que importa para mim é que a gente tenha a possibilidade de que os trabalhadores e os filhos desses trabalhadores tenham o direito de fazer vestibular para tentar entrar numa universidade pública, aqui, no ABC.

Não estamos fazendo nenhum favor, vamos ser francos, porque o ABC já contribuiu muito com a riqueza deste país. Eu acho que qualquer coisa que a gente fizer para o ABC ainda é pouco, diante do que o ABC já contribuiu com impostos para o nosso país.

José Eduardo e meu caro Roberto, eu vou ler alguns números aqui. Se eu estiver errado, vocês me corrijam. Esse contrato prevê o aumento de 1 milhão e 200 mil metros cúbicos/dia de gás residual. Com este aumento, a Petroquímica União poderá ampliar sua produção de eteno e polietileno em 40%, passando de 500 mil toneladas/ano para 700 mil toneladas/ano.

Para tanto, a empresa construirá, imediatamente, uma nova planta de polietileno. O eteno e o polietileno são produtos petroquímicos básicos utilizados pela indústria de transformação para a produção de resina plástica. A petroquímica União investirá 300 milhões de dólares no projeto. Desses, 42 milhões de dólares serão aplicados nas refinarias da Petrobras, Henrique Lage, em São José dos Campos-Revap e refinaria Capuava-Recap, para construção dos dutos e melhoria nas instalações. Os outros 258 milhões serão aplicados em obras para o aumento da produção de eteno e polietileno da própria Petroquímica União. Vamos ver o resultado disso agora.

Os investimentos serão aplicados até 2007, com o término das obras e o início do transporte de gás residual da refinaria para a Petroquímica. Eu e o Alckmin precisamos que você termine isso em 2006.

Com o aumento da oferta de petroquímicos básicos para a Petroquímica



União, o que vai acontecer de verdade... novas indústrias de transformação serão atraídas para o pólo, com o potencial de gerar, mais ou menos, o número que o Alckmin disse aqui: “10 mil novos empregos”. O investimento agregará valor econômico ao gás residual fornecido pelas duas refinarias da Petrobras. Hoje, ele é utilizado apenas para queima como combustível.

O aumento na arrecadação de impostos federais, estaduais e municipais será da ordem de 200 milhões de reais ao ano. Para que novas indústrias químicas se aloquem ao pólo, serão necessários investimentos públicos ou privados em infra-estrutura na região, suprimento de água e geração ou co-geração de energia.

Eu quero dizer ao Roberto que nós continuaremos e não tenho dúvida de que essa é a disposição do governador Alckmin. Nós faremos o que estiver ao nosso alcance – em parceria com as prefeituras, com o governo do estado de São Paulo, com a Petrobras – para que a gente possa dotar o pólo de toda infra-estrutura, para que possa funcionar com a qualidade que precisa funcionar.

Para nós, o desenvolvimento do pólo petroquímico no Brasil é muito importante porque uma empresa como essa pode gerar valor agregado como poucos setores geram e nós poderemos virar grandes exportadores dos nossos produtos. E eu acho que o Brasil tem que aproveitar esse bom momento, esse momento de auto-confiança da sociedade, esse momento de auto-estima, esse momento de confiança.

O Alckmin viajou esta semana com o Primeiro-Ministro japonês. Eu o recebi em Brasília. Fazia 27 anos que o Brasil estava brigando para que os japoneses comprassem a manga brasileira. Eles nunca aceitaram comprar a manga brasileira. Eu brinquei com o Primeiro-Ministro e, na hora do almoço, servi a manga brasileira de sobremesa para ele e ele fez questão de anunciar que, agora, o Brasil vai poder exportar manga, o que vai ser importante para o Vale do São Francisco, que é um grande produtor brasileiro de frutas.



Eu não quero terminar essa minha pequena fala sem enaltecer, aqui, os trabalhos que os prefeitos do ABC, de todos os partidos políticos, fizeram através do consórcio. Eu sei da quantidade de reuniões que vocês fizeram, sei das disputas, das brigas. Às vezes, uma coisa de interesse nacional ou estadual fica pequena, na pequenez da política local, as mesmas pessoas disputando espaço. Eu acho uma coisa deplorável a gente colocar o umbigo como se fosse a coisa mais importante, sem levar em conta os outros órgãos que o corpo tem. E, na política, é a mesma coisa.

Eu queria, também, enaltecer o companheiro Marinho. O companheiro Marinho, a primeira vez que conversou comigo, como Presidente, foi reivindicando esse tal de aumento de matéria-prima com a tal de PQU, eu nem sabia o que era PQU.

O Marinho se queixava das tantas reuniões que tinha tido com o ex-presidente da Petrobras e que não era possível continuar assim. Nós fizemos uma reunião com o companheiro José Eduardo. Pedimos para ele levar ao Conselho, e agora estamos aqui, comemorando isso.

Muitas vezes, as coisas não acontecem mais rápido porque, como nós vivemos num regime democrático, nós temos que quebrar barreiras. E quebrar barreiras não é aniquilar os adversários. É convencer os contrários de que é possível fazer as coisas.

E nós estamos fazendo isso aí, porque houve muita pressão dos prefeitos. É importante reconhecer. Houve, sobretudo, pressão do companheiro Marinho. E quero dizer, aqui, que o companheiro Marinho tem se portado, com o governo federal, com duas virtudes que eu acho que um dirigente sindical deve ter e que eu tive, na minha vida. É por isso que eu não tenho nenhuma humildade de dizer que, durante muito tempo, fui o mais importante dirigente sindical deste país porque eu tinha lealdade com as pessoas, mesmo quando eu era adversário político delas.

E o Marinho, com a mesma clareza que ele faz questão de dizer que é



meu amigo pessoal, que é meu eleitor, ele faz questão de fazer críticas públicas quando acha que tem que fazer críticas públicas. O Marinho é prova de que eu nunca pedi para nenhum dirigente sindical – e tenho no movimento sindical os meus melhores amigos –, para ninguém falar bem do governo. E não quero que falem. Eu quero que vocês representem, condignamente, a categoria que vocês representam. É para isso que vocês foram eleitos. Quando o governo precisar ser criticado, critiquem. Ao mesmo tempo que fizerem a crítica, levem a sugestão, porque conversando a gente se entende.

E todo mundo sabe que o movimento sindical vive um novo momento. Não é apenas um momento que nós vivemos na década de 80. Hoje, o movimento sindical tem que ser mais criativo, tem que ser mais propositivo. O Marinho tem levado, para mim, propostas de desenvolvimento industrial que não era hábito do movimento sindical, porque nós tínhamos uma cultura eminentemente economicista. E eu espero que o Marinho faça com que a CUT seja, cada vez mais, uma entidade que critique quando tiver que criticar, mas proponha quando tiver que propor, com a mesma clareza. E vamos continuar sendo amigos do mesmo jeito.

Eu digo sempre o seguinte: o maior legado que eu quero receber da minha passagem pela Presidência da República é, quando terminar o meu mandato, poder encontrar meus companheiros, chamá-los e ser chamado de companheiro, que eu acho que é a coisa mais importante que a gente pode levar.

No mais, eu quero agradecer a todos vocês. Inclusive, José Eduardo, eu sei que você foi na Argentina resolver uma “pendenga” da Petrobras. E a verdade é que nós precisamos fazer um gasoduto lá, mesmo. A Petrobras está vivendo um momento de expansão de investimento, ou seja, se a Petrobras for construir todos os gasodutos, nós temos que construir mais de 4 mil e 500 km de gasoduto. Serão centenas de milhares de empregos que a gente pode gerar. Nós estamos trabalhando. Se a gente quiser que o Brasil cresça,



efetivamente, ele não pode continuar como uma casa abandonada.

Eu, às vezes, fico pensando... nós fizemos um comitê interministerial, José Eduardo, para fiscalizar os portos brasileiros. Então, nós vamos lá ver como é que funciona a aduana nos portos; como é que funcionam os fiscais, quais são os problemas que nós temos nos portos brasileiros.

A verdade, José Eduardo, é que nós precisamos mudar a mentalidade. Não é só comprar máquina nova, ou seja, nós precisamos fazer uma revolução administrativa em cada porto. Não é só dragagem. É mudar o comportamento das pessoas que trabalham no porto para melhor, para eles se sentirem mais prazerosos e para a sociedade sentir mais prazer por eles estarem lá.

Você tem, enquanto governo federal, Polícia Federal, fiscais da saúde, fiscais da agricultura, fiscais da Receita Federal. Todo mundo é filho do mesmo empregador, recebe salário do mesmo cofre, mas lá dentro são coisas separadas, ou seja, cada um demora o tanto que quiser para liberar uma coisa. Nós vamos fazer a dragagem que tiver que ser feita, fazer a restauração, porque o Brasil – Alckmin, se Deus quiser você vai ser convidado, em breve –, vai comemorar 100 bilhões de dólares em exportação, o que é recorde dos recordes da história deste país. Já vamos chegar a 94 bilhões, talvez este mês. Trinta e dois bilhões de superávit comercial.

Antigamente havia uma história no Brasil, desde a década de 70, de que quando crescem as exportações, o mercado interno não pode crescer. Então, o Brasil ficava como uma sanfona, ou seja, quando opta pelo mercado externo, diminui o mercado interno; quando faz uma opção pelo mercado interno, diminui as exportações.

Assim não é possível, o Brasil tem que continuar exportando muito e precisa continuar se fortalecendo, porque o mercado interno é o que vai melhorar a nossa capacidade de trabalho, de recebimento de salários. Então, isso nós vamos fazer, estamos trabalhando com carinho, porque o ano de 2004 já está garantido. O crescimento está garantido, você vai ter uma boa surpresa,



na segunda-feira, com os números de empregos do Caged. Você vai ter uma boa notícia, o emprego continua crescendo em São Paulo, continua crescendo no Brasil e, para nossa alegria, continua crescendo muito mais no interior. Significa que está acontecendo uma coisa extraordinária, que é a descentralização do desenvolvimento no Brasil.

Eu sei que, aqui, os companheiros do ABC falam: “mas, porque não cresce só no ABC?” Quando eu era dirigente sindical, aqui, eu também queria que crescesse só aqui. O Governador quer que cresça só o estado de São Paulo, mas eu quero que cresça o Brasil inteiro. Para mim, se a indústria estiver em São Paulo ou estiver em Roraima, é o que vale, porque são 27 filhos e, nós temos que cuidar de todos, em igualdade de condições. Um bom chefe de família não faz discriminação com ninguém.

Então, hoje, eu estou realmente feliz. Eu acho que esta vinda do Alckmin, aqui, apesar das divergências políticas, eleitorais, é uma demonstração de que a gente pode ensinar o mundo a fazer política civilizada. Eu posso disputar com o Alckmin amanhã ou depois de amanhã. Mas, isso não impede que a gente seja companheiro para tantas outras coisas que interessam ao Brasil. Nós temos o PPP para votar no Congresso Nacional, PPP que foi aprovado em São Paulo, que foi aprovado em Minas Gerais. E no Senado tem uma questiúncula, a única explicação que eu tenho é que seja uma questão política, não querem aprovar por coisas menores, achando que se aprovar nós vamos fazer muito mais, que pode nos servir politicamente.

Eu acho que as pessoas precisam ter grandeza com este país. Este país não pode permitir que uma eleição municipal — pode ser a cidade mais importante do mundo — atrapalhe o desenvolvimento do país, o crescimento da economia. Assim não é possível!

Eu acho que as pessoas que quiserem fazer crítica pessoal ao Presidente, façam quando quiser. Mas, é preciso continuar acreditando neste país. É preciso continuar dando um crédito de confiança ao potencial do povo



brasileiro. Não é possível!

Eu tive três oportunidades de muito orgulho, na minha vida. Primeiro, foi com o presidente da Mercedes-Benz, depois com o presidente da Ford e, depois, com o presidente de uma outra empresa. Três empresas multinacionais, em pesquisas feitas em todos os países em que elas têm empresas, reconheceram que o trabalhador brasileiro é o mais criativo, o mais produtivo e o mais preparado de todos os trabalhadores das empresas deles, no mundo inteiro.

Então, vamos aproveitar esse momento e pensar de forma positiva. Porque tem gente que é assim: você dá 10, a pessoa fala: “Por que que não deu 11?”. Você dá 11, ela fala: “Por que não deu 12?”. Sabe, tem sempre alguém que acha que pode mais. Mas, a verdade é a seguinte: que a gente saiba exatamente aquilo que é preciso fazer, na hora que a gente pode fazer. É assim na minha casa, é assim no estado de São Paulo.

Eu lembro sempre de uma coisa: não teve um governador que comeu mais o pão que o diabo amassou do que o Mário Covas. Foram quatro anos para deixar São Paulo preparado, minimamente, para crescer. Ele comeu o pão que o diabo amassou durante quatro anos. Por isso, quase perde a reeleição.

Então, quando você é sério, quando você age com seriedade, você não pode permitir que a eleição determine o seu comportamento. Deixa eu pegar um dado, aqui, que é importante falar: os juros aumentaram 0,25%. Até brinquei em Campinas, disse que existe a questão da TPC, da Tensão Pré-Copom.

Ou seja, a verdade, nua e crua, é que alguém – que não pode ser o Presidente da República, que talvez seja, um dia, um presidente da CUT, o presidente da Federação das Indústrias –, tem que reconhecer que a inflação foge de controle, na medida em que você não tem uma política dura para controlar, e ela aumenta por causa dos preços. Uma parte dos preços são os



preços controlados, que a sociedade pensa que é o governo que controla. Não é o governo que controla. As agências têm autonomia para aumentar os preços, nós não controlamos as agências.

Então, os preços controlados aumentam. Os preços de determinados produtos aumentam porque tem empresário que, quando começa a vender bem, ao invés de ganhar mais, vendendo mais, ele quer logo aumentar os preços. Por outro lado, nós temos muitos preços com commodities, inicialmente, e com todo o preço internacional. Então, a verdade é que a gente fica olhando uma coisinha para poder fazer uma crítica.

Mas, vamos olhar a coisa boa: quem é que se lembrou que na sexta-feira foi aprovado um projeto de lei do governo, garantindo a todos os aposentados brasileiros poder fazer empréstimos em bancos a juros de 1,75% ao mês, a 2% ao mês? Antes da lei, o coitado não tinha nem direito de entrar no banco e, se tivesse, não tinha crédito para pegar dinheiro. Agora vai poder, e vai dar seu holerite como garantia.

Então, o aposentado não vai mais precisar ir na Caixa Econômica penhorar o seu relógio, seu anelzinho, seu brinco. Não, ele agora vai poder chegar no banco e falar: “Eu quero mil reais emprestado, para pagar em 12 meses, para pagar em 24 meses ou em 36 meses”. A prestação não pode ser maior do que 30% do salário dele, porque nós não queremos penhorar o salário do trabalhador em empréstimos.

Mas isso, para a sociedade, é muito importante. Muita gente não acreditava no crédito ao trabalhador da ativa, com desconto em folha. “Não, isso não pode, não pode, não pode”. É a coisa, e o Marinho sabe disso, que mais colocou dinheiro circulando. E o que é importante é que o trabalhador brasileiro e a trabalhadora têm caráter. Os primeiros 80% dos empréstimos feitos para os trabalhadores foram para limpar o seu nome na praça, porque estavam devendo para agiotas, estavam devendo para pagar 12% de juros ao mês.



Então, os trabalhadores que têm como maior patrimônio da sua vida o seu próprio nome, tomaram dinheiro emprestado, limpam o seu nome e viraram consumidores nobres. É por isso que o consumo e o comércio também estão crescendo.

Então, essa dos aposentados é uma novidade, porque são 20 milhões de aposentados que vão poder ter acesso ao empréstimo, coisa que eles não têm, agora. Tem o do setor público, mas o do INSS não tem. Então, esse fato é extremamente importante.

Eu estou dizendo isso porque nós vamos entrar num momento muito positivo. Eu acho que nós já atravessamos o pior caminho. Agora, é colher o que foi plantado, mas ainda tem coisa para plantar. Como nós queremos utilizar o potencial da multifuncionalidade do governo, ou seja, tem muita coisa para inovar.

Eu dizia para o José Eduardo, agora, que eu quero, na segunda-feira, todos os dados, para saber porque o petróleo aumentou tanto. A Petrobras não tem como não acompanhar o preço internacional, porque ela é commodity. Agora, porque o preço aumentou tanto? É por causa da guerra do Iraque? É porque alguém quer ganhar mais?

Ora, nós temos que fazer, não eu, mas vocês, do movimento sindical podem fazer alguma pressão, no mundo, para que o preço do petróleo seja reduzido. O preço do petróleo não prejudica os Estados Unidos, a Alemanha, o Japão, a França, a Suécia, a Dinamarca, que são exportadores, mas são ricos. Prejudica quem? Prejudica os países pobres da América Latina e os países pobres da África. E um aumento de 1 dólar no barril já é um sufoco para quem está passando fome.

Então, nós temos muitas coisas para fazer que eu acho que podem dar um sentido mais humanitário na nossa vida cotidiana. Nós precisamos ser mais solidários, não apenas com o povo brasileiro, mas com o mundo.

Eu fui ao Haiti. Vocês não têm dimensão do que é pobreza. Quem acha



que é pobre, aqui, no Brasil, vá para o Haiti, que vai falar: “Puxa vida, eu era rico e não sabia”. É muita pobreza. Foi explorado durante 300 anos. Depois, mais 30 anos pelos americanos, pelos franceses. E levaram tudo. Eles ficaram sem nada. Só ficaram com a pobreza.

Nós vamos, na segunda-feira, viu, Marinho? Você vai junto comigo. Nós vamos, na segunda-feira, na ONU. A primeira grande reunião tem 49 chefes de Estado, 13 chefes de Governo e 49 ministros. Nós vamos discutir a questão da criação de um Fundo de Combate à Pobreza.

Eu não tenho a ilusão de que a gente vá conseguir sair da reunião com o Fundo criado. Porque se fosse fácil assim... Eu queria até pedir a compreensão dos prefeitos e do Governador. Nós precisamos instituir, em parceria com as prefeituras, um prêmio para que a gente comece, a partir do ano que vem, a acompanhar as Metas do Milênio.

Cada área do governo federal, e cada área do governo estadual, por exemplo: a Secretaria da Educação junto com o Ministério da Educação; poderíamos dar um prêmio para os municípios que melhor investiram na educação; um prêmio para os municípios que melhor cuidaram da saúde. E, assim, a gente vai incentivando os prefeitos a assumirem a responsabilidade de cumprir as Metas do Milênio, que totalizam oito metas.

E, se a gente não fizer isso, vamos chegar em 2015 numa situação pior do que estamos agora. Esse é um desafio muito duro, que não é meu. É um desafio nosso. Não é um desafio de um presidente, de um governador, de um prefeito. A sociedade tem que assumir para si essas coisas.

Eu acho que nós temos tudo para fazer o Brasil nunca mais retroceder. O Brasil tem que continuar buscando. E eu quero terminar dizendo: a gente não quer crescer este ano ou no ano que vem. A nossa política é para que a gente tenha um ciclo de crescimento que possa ser de 10 ou de 15 anos. Nós não queremos ficar subindo e descendo, não. Nós queremos ter uma coisa em que todo mundo possa se programar; que os trabalhadores possam se



programar com os salários; que os empresários possam se programar com os investimentos; que a sociedade possa se programar na sua vida pessoal. E este país não vai jogar fora a oportunidade que nós estamos tendo agora.

É um momento excepcional. Há muitos anos que a gente não vivia uma situação tão favorável. Vamos levantar a cabeça e dizer: “Nós somos brasileiros, não desistimos nunca e vamos fazer com que este país, aqui, se transforme numa grande nação”.

Muito obrigado e parabéns para todos vocês.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na inauguração da primeira etapa da obra de prolongamento da Avenida Radial Leste

São Paulo-SP, 18 de setembro de 2004

Meus amigos e minhas amigas da cidade de São Paulo,
Trabalhadores e trabalhadoras,
Empresários que participaram da construção desta obra,
Povo de Itaquera,

Eu, se não tivesse outra razão para vir a Itaquera, teria que vir porque o meu time de futebol é aqui da região e eu ainda descii no campo de treinamento, mas todo mundo sabe qual é o meu time.

Segundo, quero dizer a vocês que tive a oportunidade de vir à Zona Leste no ano passado, em Guaianases, na inauguração do CEU Jambeiro. Depois da inauguração daquele CEU, nós já inauguramos mais 20, num total de 21. Eu vou falar um pouco disso daqui a pouco, mas primeiro vou ler o meu pronunciamento oficial.

A nossa companheira Hermínia Maricato, eu não sei se vocês perceberam que tinha um mexe-mexe aqui no palanque, que a Marisa não parava perto da Hermínia Maricato, é porque as duas estão com a mesma roupa. Parece um casalzinho de periquito australiano, o que é importante é que as duas estão elegantes.

Eu quero cumprimentar a companheira Hermínia Maricato, que é a ministra interina das Cidades.

Quero cumprimentar o nosso querido e bravo Aloízio Mercadante,

Saudar o nosso querido vice-prefeito Hélio Bicudo,

Saudar o companheiro Roberto Luiz Bortolotto, secretário municipal de Infra-Estrutura,



Saudar os nossos queridos deputados federais Zarattini, Roberto Gouveia, José Eduardo Martins Cardoso, José Nestor, Jamil Murad e Luiz Eduardo Greenhalgh,

Quero cumprimentar os vereadores,

Cumprimentar os secretários municipais,

Cumprimentar os subprefeitos,

E cumprimentar o povo desta extraordinária região da cidade de São Paulo.

Eu vou dividir o meu pronunciamento em dois momentos, o momento que está escrito e o momento que não está escrito. Lamentando que a legislação não permite que a prefeita venha inaugurar, são normas legais que nós temos que respeitar, mas é como se a gente fizesse um prato, preparasse e colocasse a comida, assoprasse, esfriasse e, na hora de comer, tirassem o prato da gente.

Eu acho que, de qualquer forma, a lei está rígida, é importante porque evita abusos. Mas eu penso que é preciso ver o que é abuso e o que é inauguração de uma coisa concreta. De qualquer forma, o que é importante é o seguinte: o que estamos vendo aqui é o exemplo de como investir com eficiência os recursos públicos. Afirmo isso por dois motivos: primeiro, a prefeitura acertou em escolher o trajeto para a extensão da Radial Leste utilizando o leito de uma ferrovia desativada. Isso tornou a obra mais rápida e mais barata.

O segundo motivo, e creio que este é o mais importante, é que a extensão da Radial não é uma obra isolada. Ela faz parte de um conjunto amplo de medidas que está mudando, para melhor, a vida dos mais de 3 milhões e 300 mil habitantes da Zona Leste. Ao facilitarmos o trânsito entre esses dois bairros tão importantes, Itaquera e Guaianases, estamos criando condições econômicas para que mais empresas, mais escritórios e mais comércios se instalem aqui na região. A participação do governo federal no



projeto – e é por isso que estou aqui – por meio do Ministério das Cidades, foi da ordem de 6 bilhões e 400 milhões de reais. Ao mesmo tempo, participamos com 27 milhões de reais na construção do trecho norte da Avenida Jacu-Pêssego, que vai chegar até o Aeroporto de Guarulhos.

Com estas ligações viárias, a região estará conectada de forma estratégica não só à Cumbica, mas também ao ABC e ao Porto de Santos, tornando-se, portanto, uma rota de grande desenvolvimento econômico para a nossa Capital.

Um outro projeto da prefeita Marta Suplicy, que nós fizemos questão de apoiar na Zona Leste, e esse é muito importante, é a Faculdade de Saúde Pública da Cidade Tiradentes. O governo federal investiu 10 milhões de reais, pelo Ministério da Saúde, neste centro de ensino técnico e superior que vai permitir que os jovens da região possam aprender uma profissão sem ter que se deslocar para outro ponto da cidade, às vezes, tomando duas ou três conduções. Além disso, a Faculdade terá um sistema de ingresso que vai dar prioridade aos jovens oriundos de escolas públicas e também a quem já é funcionário da saúde pública e quer se especializar. Até a grade de horários está sendo construída no sentido de que os cursos noturnos possam favorecer quem trabalha durante o dia.

A prefeita Marta assinou, esta semana, um acordo com o governo da região francesa de Ile de France para viabilizar a construção de uma faculdade de administração de empresas aqui em Itaquera, ao lado da nova Radial. Ao todo, os franceses vão investir cerca de 2 milhões de reais no novo projeto. Com a infra-estrutura, com as opções de ensino profissionalizantes, com os investimentos que virão através das empresas, estamos criando todas as condições para que a Zona Leste possa aproveitar o seu grande potencial e gerar os empregos e a qualidade de vida que as mulheres, os homens e as crianças da Zona Leste tanto merecem pelo que representam.

Eu quero que vocês atentem para o número que eu vou dar aqui.



Anotem, para ver a diferença. Não vou falar número de candidato, mas vou dizer o seguinte, sobretudo, aos construtores de obras que estão aqui: só o Ministério das Cidades, não estou falando do governo como um todo, estou falando do Ministério das Cidades, prestem atenção nos números; entre 1995 e 2002, estou falando de sete anos, no governo passado foram investidos na capital paulista 580 milhões de reais do Ministério das Cidades.

Pois bem, naquele tempo era Secretaria de Desenvolvimento Urbano, mas eu estou dizendo que entre 1995 e 2002, o mesmo Ministério que hoje está subordinado ao nosso companheiro Olívio Dutra, chamado Ministério das Cidades, investiu 580 milhões de reais.

O nosso governo, em apenas 18 meses, portanto, em apenas um ano e meio, já investiu 390 milhões de reais. Isto, porque nós tomamos a decisão de que investir em obras de saneamento básico é investir na melhoria da qualidade de vida das pessoas, é investir sobretudo na saúde. E nós, em apenas um ano e meio, colocamos mais dinheiro para saneamento básico do que os oito anos do governo passado. Mais ainda, somente de dezembro até agora, nós assinamos contratos que representam 14 vezes mais do que foi assinado de 1999 até 2002 e, isso, por quê? Quando se trata de fazer uma obra pública, a gente não tem que estar preocupado apenas em fazer a obra que apareça, uma ponte, uma estrada ou um túnel. Muitas vezes, colocar uma manilha embaixo da terra – que não aparece e que muitas vezes os políticos pensam que não dá voto – e por ela fazer passar o esgoto, tratá-lo e jogá-lo no rio como água limpa, possivelmente valha tanto quanto as pontes que a gente quiser fazer neste país, porque vai melhorar a qualidade de vida das nossas crianças. Vai acabar com o esgoto a céu aberto.

Eu tomei a decisão de não participar das campanhas municipais porque um presidente da República precisa ter mais cuidado. Agora, eu não poderia deixar de vir aqui, à Zona Leste, inaugurar uma obra dessa magnitude até porque, de vez em quando, eu vejo as propagandas na televisão. Eu acho que



uma pessoa pode ou não gostar de outra mas eu acho que não dá para a gente aceitar o preconceito que se joga contra a companheira Marta Suplicy.

Eu, que fui vítima de preconceito durante a minha vida inteira, que em nenhum momento abaixei a cabeça, fico horrorizado porque eu pensei que o preconceito era porque eu era metalúrgico, porque eu era nordestino, mas a Marta não é metalúrgica, não é nordestina. É paulista, é de família tradicional, é uma mulher inteligente, é uma mulher bonita. Eu não sei porque o preconceito contra a companheira Marta. Obviamente que o preconceito não é contra a Marta, pessoalmente, pode ter outro tipo de coisas. Mas eu acho que tem uma coisa que incomoda os adversários, que é a competência administrativa mostrada pela companheira Marta Suplicy.

Eu acho que poucas vezes na história de São Paulo houve um prefeito ou uma prefeita que tivesse a grandeza e a coragem administrativa que a companheira Marta teve.

Primeiro, uma prefeita que é capaz de ter a melhor política de transferência de renda de todo o território nacional, uma prefeita que é capaz de ter a melhor política de uniforme para as escolas municipais, como tem a Marta, e aí eu quero fazer um parêntese: só não dá valor ao uniforme quem nunca teve problema de não ter roupa. Eu me lembro que quando estava na escola, no 4º ano primário, na Vila Carioca, eu tinha apenas uma calça marrom, uma calça curta, e um cinto verde porque não tinha o pano da mesma cor para fazer o suspensório. Eu ia com aquela calça de segunda à sexta na escola, no sábado minha mãe lavava. Eu ficava de short e, na segunda-feira, colocava a calcinha marrom e usava a semana inteira. Eu já era conhecido como o menino da calça marrom.

Quando a gente consegue dar uniforme para as crianças na escola, a gente consegue acabar com a discriminação porque quem pode vai bem vestido, quem não pode vai mal vestido e já é vítima de preconceito naquela escola. Uma prefeita que foi capaz de fazer isso, que foi capaz de ver que as



crianças que moram mais longe têm que ter direito a um transporte para ir para casa, para não terem que andar quilômetros, incomoda. Uma prefeita que foi capaz de criar um bilhete único, incomoda. Uma mulher que foi capaz de criar uma escola da qualidade do CEU, uma escola que pode ser comparada a qualquer escola de qualquer país desenvolvido do mundo.

Pela primeira vez, neste país, as crianças pobres têm o direito de ir a uma escola que, até então, apenas os ricos poderiam freqüentar. E essa mulher teve a coragem, não de atender a classe média a qual ela pertence, de construir um CEU no Pacaembu ou em outro bairro de classe média alta. Ela sabe que nesses bairros já tem as escolas necessárias, e ela sabe que uma outra parte pode até pagar uma escola melhor, mas ela resolveu tomar a decisão que poucas pessoas têm coragem neste país, que é levar escola de qualidade aos bairros mais pobres desta capital para que a criança pobre tenha uma sala para fazer teatro, para ver cinema, uma quadra para jogar, uma piscina para nadar, aprender computação, aprender música. Ou seja, pela primeira vez, neste país se dá aos pobres uma perspectiva de que não é pelo fato deles serem pobres que eles têm que ser tratados como pessoas de terceira categoria.

Por tudo isso, ao invés de ser vítima de preconceito, ao invés de ser vítima da falta de respeito de alguns, essa mulher poderia ser considerada, sem sombra de dúvida, a melhor prefeita que a cidade de São Paulo já teve, a mais preocupada com a política social e a mais preocupada com os pobres desta cidade. Quem não acreditar é só visitar o CEU. Quem não acreditar, é só ir ver as criancinhas descer as favelas e entrar numa escola em que antes elas só passavam longe ou, quem sabe, viam na televisão. Agora, as criancinhas podem ir lá e estudar com a dignidade que todo ser humano deve ter.

É por isso que nós temos a obrigação política de levantar a cabeça com muito orgulho e dizer aos companheiros e às companheiras de São Paulo inteira que, se as pessoas querem continuar tendo progresso nas políticas



sociais não tem outro jeito, dia 3 de outubro é votar na Marta Suplicy para continuar administrando São Paulo.

Muito obrigado, gente.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no conjunto habitacional “Casarão Cordeiro”

Recife, 19 de setembro de 2004

Não estamos inaugurando nada, apenas quero dizer ao nosso Prefeito, aos nossos companheiros de Pernambuco, que a nossa vinda neste dia de hoje, aqui, é uma dívida que eu tenho comigo mesmo, porque já faz uns seis meses que eu estava para conhecer o que aconteceu no lugar que tinha as palafitas, lá na beira da praia, em Brasília Teimosa, que agora dizem para mim que se chama Brasília Formosa.

Quando fizemos a visita aqui, no começo do ano passado, foi uma visita em que eu trouxe todos os ministros e nós assumimos o compromisso de que iríamos fazer com que as pessoas morassem condignamente.

O que me deixou agora mais emocionado, não é o problema de construir uma casa ou duas casas, porque isso qualquer um faz. Não tem que ser governo de esquerda, de direita, de centro ou de qualquer coisa. Agora, eu acho que o fato das mulheres que moravam naquela região, ao saírem de lá terem uma ajuda para pagar o aluguel e estarem aprendendo aqui um jeito de fazer as suas próprias casas e ouvirem de algumas pessoas, inclusive de chefes, que as mulheres têm muito mais traquejo e manejo para fazer determinados tipos de trabalho. Porque colocar azulejo é um trabalho que exige um mínimo de competência das pessoas e, as mulheres têm surpreendido os homens na arte de assentar tijolo e outras coisas.

Então, eu fico feliz, porque percebi que onde antes nós tínhamos uma palafita, melhoraram as condições para toda a cidade de Recife. Eu fico feliz porque a gente está vendo as casas subirem a partir do alicerce e eu acho que dentro de pouco tempo eu voltarei aqui para a inauguração.



Quero dizer a vocês que eu passei aqui também por causa do aeroporto. Nós não inauguramos o aeroporto, mas era preciso passar aqui, porque o aeroporto de Recife se transformou num dos aeroportos mais bonitos do Brasil.

Eu não sei se está aqui o arquiteto que bolou mas, Carlos Wilson, eu quero dizer para você que o aeroporto ficou uma coisa bonita, porque Pernambuco merece uma coisa bonita. Acho que é uma capital importante... logo isso aqui vai ter um fluxo enorme de passageiros estrangeiros, então, eu achei importante, e também porque é uma obra em que o governo federal não mediu esforços para colocar recursos para construir.

Também vou passar, não sei se vai dar tempo ainda, numa estação do metrô, num trecho do metrô que nós concluímos agora e ainda temos que construir todo o trecho sul do metrô. A verdade é que se a gente não vem na obra, muitas vezes, as pessoas que obtiveram a obra não reconhecem que é o governo federal que está fazendo as obras nos lugares em que a gente faz.

Esta semana premiei 11 prefeitos, premiei não, participei da premiação dos prefeitos, e para mostrar a isenção da comissão julgadora que escolheu os 11 prefeitos, tinha três do PT, três do PSDB, dois do PFL, um do PPS, um do PMDB e um do PSB.

Quando o governo federal vai investir recurso, não está olhando para qual é o estado, para qual é o governador, de onde é o prefeito, ou seja, nós olhamos qual é a necessidade, se o projeto está bem feito, se é consistente. E aí, nós fazemos aquilo que a gente pode fazer, na medida do sacrifício.

Então, quero dizer a vocês que eu saio daqui satisfeito, orgulhoso de perceber que as coisas estão acontecendo. Ouvi o depoimento das meninas naquela sala de aula que eu fui, e foi uma coisa muito bonita ver o orgulho delas em estarem aprendendo uma profissão. Não é hábito mulher trabalhar de pedreira e, de repente, a gente percebe que as mulheres estão ocupando todos os espaços possíveis, porque, como são maioria, elas têm o direito de não ficar aceitando cotinhas aqui, cotinhas ali, cota acolá. Então, eu acho isso um



trabalho extremamente importante.

Outro dia, eu conversava com um companheiro que dizia assim para mim: “É, Presidente, mas as mulheres estão pegando o nosso lugar”. Eu falei: “Você é ousado, quem disse que o lugar era teu? Poderia ser dela antes de ser teu”. Eu acho que houve um tempo em que, quando a mulher trabalhava, era tão pouco o número de mulheres que trabalhavam, que pareciam uma espécie de apêndice no mundo do trabalho. Hoje, não. Hoje, eu acho que as mulheres tomaram consciência de que não existe diferenciação, por causa da própria diferenciação que a própria natureza já nos deu. As mulheres querem ocupar todos os espaços, e eu acho que devem ocupar na política, no mundo do trabalho, no mundo acadêmico, no mundo cultural. Eu acho que, aos poucos, a sociedade brasileira está evoluindo e, certamente, será uma sociedade mais humanista, mais equânime e mais solidária.

E, também, eu vou voltar a Pernambuco logo, porque o nosso Ministério da Educação está fazendo um acordo com a Universidade Federal Rural e, possivelmente, com a Universidade Federal, também, porque nós vamos fazer uma extensão da Universidade para a cidade de Garanhuns. Vamos criar um pólo importante, que vai começar com alguns cursos. Eu estou com os papéis até para dizer quais são os cursos, mas os papéis não estão aqui na minha mão porque eu não sei onde foram parar. Mas, a verdade é que a gente vai começar com vários cursos. Nós já temos o terreno da Universidade Federal. Nós vamos fazer e temos certeza que vai ser uma coisa importante, porque se é Universidade Rural, ou seja, se nós temos a cidade de Garanhuns como pólo de uma região com mais de um milhão de habitantes, com 39 cidades, é justo que tenha um braço para que pessoas daquela região possam estudar. Já está acordado. Agora, é só resolver.

As coisas acontecem assim, de vez em quando não chega na hora em que a gente precisa, mas chegou. Agora faltam os óculos, mas não tem problema. (Referência à leitura dos cursos da Universidade)



Só quero lembrar o seguinte: a Universidade Federal Rural de Pernambuco já mantém em Garanhuns a clínica de bovinos, que será incorporada ao pólo. O Ministério da Educação, por intermédio das duas universidades, iniciou entendimentos com objetivos de dispor, na cidade, as instalações necessárias para o funcionamento do pólo. Serão, inicialmente, oferecidas 560 vagas anuais para os seguintes cursos de graduação: Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências, Ciências Agrárias, Agronomia, Zootecnia, Medicina Veterinária. Agora, serão 560 vagas, mas quando o projeto estiver pronto serão, aproximadamente, 2.500 pessoas que poderão estudar lá.

Portanto, eu acho que, para o ano que vem, a gente deva vir aqui, para inaugurar uma... Os primeiros cursos vão dar um total de 560 alunos para essas matérias que eu disse aqui. Mas a idéia básica é que nós vamos fazer com que, ao terminar o pólo todo, nós tenhamos aqui um grupo grande de alunos. São por volta de 2.500 alunos, quando estiver totalmente pronta, funcionando. Mas a primeira parte vai ser logo. Nós íamos ver se tinha uma área pronta para que a gente pudesse comprar. Não tem. Então, nós vamos aproveitar o bom terreno que já tem a Universidade e fazer algo novo, porque assim, também, gera um pouco mais de empregos na construção civil e a gente pode, com isso, dar uma ajuda para dinamizar uma região importante do estado de Pernambuco que, muitas vezes, foi esquecida durante muito tempo. Até porque nenhum presidente tem a obrigação de conhecer Garanhuns, como eu. Então, eu tenho mais obrigação do que os outros de fazer.

Então, era isso. Eu estou indo embarcar, agora. Nós vamos para as Nações Unidas. Amanhã de manhã nós temos uma reunião com o presidente Kirchner; depois, nós temos um encontro da OIT; depois, temos um almoço com o Chirac, presidente da França, com o da Espanha e o do Chile e depois, às 14h30, nós vamos ter um encontro – onde vão estar 49 chefes de Estado, 13 chefes de Governo, 49 ministros, além de representações –, e vamos



discutir a questão da fome porque nós queremos criar uma consciência de que é preciso ter um fundo internacional para que a gente possa combater a fome no mundo, e eu acho que isso vai ser muito importante.

Eu quero dizer que foi muito importante para mim passar em Recife, hoje. Prefeito, só não foi mais importante porque passar na beira da praia sem parar, tomar uma água de côco e dar um mergulho é quase que uma provocação. Mas, de qualquer forma, valeu a pena, eu vou embora satisfeito. Certamente, eu não virei inaugurar o metrô mas, logo, vai começar a funcionar essa parte que está pronta. Depois das eleições também não precisa mais vir inaugurar o aeroporto, que eu já fiz a visita. Mas podem ficar certos que eu virei inaugurar o Conjunto Habitacional daqui. Podem ficar certas, nossas companheiras, que eu voltarei aqui e irei à Garanhuns para que a gente assine, definitivamente, todos os documentos para que a extensão da Universidade Rural vá lá para Garanhuns.

Muito obrigado, que Deus abençoe vocês e até a volta.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante
reunião da Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização**

Nova Iorque, 20 de setembro de 2004

Tarja Halonen, presidente da Finlândia,
Senhor Benjamim Mkapa, presidente da Tanzânia,
Senhor Jaques Chirac, presidente da França,
Demais senhoras e senhores, chefes de Estado e de Governo,
Senhor Jean Ping, presidente da Assembléia Geral das Nações Unidas,
Meu caro amigo Juan Somavia, diretor-geral da OIT,
Senhoras e senhores representantes de organismos internacionais,
Senhoras e senhores representantes de organizações não-
governamentais,

Senhoras e senhores,

Meu agradecimento à presidente Halonen, da Finlândia, e ao presidente Mkapa, da Tanzânia, pelo convite para participar deste debate sobre a implementação da Declaração do Milênio.

Durante a Cúpula de 2000 foi anunciado solenemente, aqui, nas Nações Unidas, a decisão coletiva de fazer do Terceiro Milênio uma era de paz e desenvolvimento para todos, especialmente para os que se encontram à margem dos enormes avanços econômicos, científicos e tecnológicos do mundo contemporâneo.

Assumimos compromissos ambiciosos, mas inadiáveis. Os objetivos são desafiadores, mas realizáveis. Não podemos, nem queremos, continuar a conviver com a ameaça da guerra, com o alastramento da AIDS, com a frustração crescente dos que não têm direito à dignidade nem à esperança.

Não estamos aproveitando o potencial que a globalização oferece para reduzir a fome e a pobreza, para prover de condições dignas o mundo do



trabalho, para atender as demandas de homens e mulheres por alimentação, moradia, água, saneamento, educação e cultura.

O relatório da Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização vem em boa hora. Mostra, com números eloqüentes, que a globalização aumentou a distância entre ricos e pobres, acirrou assimetrias e aprofundou desigualdades. A suposta racionalidade dessa globalização não satisfaz os interesses da maioria.

Os desafios e dilemas de nossa sociedade planetária exigem soluções integradas e vontade comum. Precisamos globalizar os valores da democracia, do desenvolvimento e da justiça social para dar resposta ao preocupante déficit de governança mundial.

São esses valores que contribuirão para dar outro sentido à segurança coletiva, reduzindo a ameaça do terrorismo e das armas de destruição em massa.

Quantas vezes teremos que repetir que a mais mortífera arma de destruição em massa que o mundo possui é a miséria?

Sabemos que o mercado é importante estímulo à produção e à alocação de recursos. Mas os mecanismos de mercado não são capazes, por si mesmos, de assegurar o fim das desigualdades e das injustiças. Em alguns casos podem mesmo agravá-las, por isso é necessária a intervenção de líderes comprometidos com o progresso social.

É preciso tomar as rédeas da globalização. É necessário torná-la uma força positiva para todos os povos do mundo. O fortalecimento do sistema multilateral das Nações Unidas é fundamental para desenvolvermos estratégias integradas e consistentes que respondam aos múltiplos desafios. Globalização justa significa regimes multilaterais mais eficazes, transparentes e democráticos.

Regimes que remunerem a maior competitividade dos agricultores – grandes e pequenos, nos países em desenvolvimento, ao eliminar as barreiras



que restringem o acesso aos mercados dos países ricos.

O sistema financeiro internacional deve contribuir para o crescimento da produção e a melhor distribuição de renda em nível mundial.

Suas regras devem permitir aos países em desenvolvimento a necessária margem de autonomia para que construam suas infra-estruturas e apliquem políticas industriais e tecnológicas próprias.

Senhoras e senhores

Uma outra globalização, socialmente justa e politicamente sustentável, deve começar pelo direito de todos ao trabalho, a um emprego que dignifica.

O acesso ao trabalho decente está no centro da primeira e mais importante das Metas do Milênio: a redução da pobreza e da fome.

O debate sobre condições decentes de trabalho diz respeito a todos.

Cada organização internacional, cada instituição financeira, cada governo tem responsabilidade. O trabalho decente tem de ser uma realidade para todos.

Não deve, no entanto, servir de pretexto para a imposição de cláusulas comerciais protecionistas que terminam por prejudicar precisamente aqueles a quem se pretende ajudar.

Senhoras e senhores,

São essas as tarefas que temos que cumprir. Sabemos, no entanto, que o exemplo deve vir de casa. No Brasil, trilhamos um caminho árduo, mas necessário, contra os desequilíbrios internos e a vulnerabilidade externa. Estou hoje mais otimista do que nunca.

O diretor-geral da Organização Internacional do Trabalho, embaixador Somavía, pôde ver durante sua recente visita ao Brasil os resultados do programa “Fome Zero”.

Estamos combatendo a miséria com seus aspectos emergenciais, mas também atacando suas causas estruturais.

Os bons resultados que temos colhido no Brasil me dão confiança. Por



essa razão tenho procurado trabalhar com outros líderes para colocar o tema da inclusão social no centro da agenda internacional. Esse é o sentido da reunião sobre o combate à fome e à pobreza que ocorrerá daqui a pouco.

A receptividade que teve a iniciativa que tomei, junto com os presidentes Chirac, Lagos e Zapatero, com o apoio do secretário-geral Kofi Annan, reforça minha certeza de que estamos no caminho certo.

Felicito todos os que participaram da elaboração desse relatório. Suas conclusões terão papel decisivo para reforçar a determinação das Nações Unidas, de governos e da sociedade civil mundial em agir, e agir com urgência.

O trabalho decente, como a luta contra a fome, tem pressa.

Não podemos esperar.

Muito obrigado.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião de líderes mundiais para a “Ação contra a fome e a pobreza”, na sede da ONU

Nova Iorque-EUA, 20 de setembro de 2004

Senhoras e senhores,

Como todos sabem, esta reunião é uma iniciativa compartilhada, na qual sou acompanhado pelos presidentes Jacques Chirac, da França; Ricardo Lagos, do Chile e José Luis Rodríguez Zapatero, do governo da Espanha.

Em nome dos meus colegas, aqui presentes, gostaria de expressar nossa satisfação pelo apoio e dedicação do secretário-geral Kofi Annan a esta iniciativa.

Antes de dar início às intervenções formais, gostaria de propor a adoção da agenda que foi circulada a todos os participantes. E, se não há objeções com relação à agenda, poderíamos considerar a agenda aprovada.

Como todos sabem, nosso tempo está limitado a três horas. Portanto, temos que ser um tanto rígidos, no sentido de manter o limite máximo de dois a três minutos para cada intervenção, após as palavras de abertura de meus colegas. Espero poder contar com a sua compreensão, neste aspecto.

Senhoras e senhores,

Tenho, agora, a honra de convidar o secretário-geral Kofi Annan a proceder à sua intervenção.

(Palavras do secretário-geral da ONU, Kofi Annan)

Presidente Chirac, da França,

Senhor Ricardo Lagos, presidente do Chile,

Senhor José Luis Rodríguez Zapatero, presidente do governo espanhol,



Senhoras e senhores chefes de Estado e de Governo,
Senhor Kofi Annan, secretário-geral das Nações Unidas,

Eu quero, em especial, agradecer a presença não só dos presidentes que estão presentes, dos ministros mas, também, das entidades da sociedade civil que estão presentes,

Minhas primeiras palavras são para agradecer às senhoras e aos senhores por terem atendido a este chamado, que não é apenas meu, e dos meus colegas Jacques Chirac, Ricardo Lagos e Rodriguez Zapatero, com o apoio do secretário Kofi Annan. É o chamado da nossa consciência.

Esta reunião é para somar os esforços de nações, povos, sociedades e pessoas em torno de um objetivo comum: combater a fome e a pobreza que ainda afligem tantos homens, mulheres e crianças no mundo.

O fato de estarmos aqui, líderes de mais de 50 povos e nações, já faz crescer nossa esperança. É um gesto forte e concreto no rumo de uma aliança mundial contra a fome e a pobreza.

A fome é um problema social que precisa, urgentemente, ser enfrentado como um problema político.

A Humanidade atingiu níveis espetaculares de progresso científico e tecnológico. A produção mundial é mais do que suficiente para saciar a fome das populações. Infelizmente, não evoluímos, ainda, a ponto de repartir a ceia do Planeta, para que todos tenham, ao menos, o alimento indispensável à sobrevivência.

A fome subtrai a dignidade, destrói a auto-estima e viola o mais fundamental dos direitos humanos: o direito à vida.

Hoje, tenho certeza: a nossa angústia diante do flagelo da fome é compartilhada por todos os líderes aqui presentes e por centenas de milhões de cidadãos do mundo. Mais que isso: compartilhamos a busca de soluções. Cada vez mais lideranças, povos, nações apresentam-se para combater o bom



combate.

Senhoras e senhores,

Em 2000, estabelecemos, coletivamente, as Metas do Milênio, dando o necessário destaque à erradicação da fome. Elas são justas e viáveis. Mas podem tornar-se letra morta por falta de vontade política.

Não podemos permitir que isso aconteça. Seria uma frustração tremenda para grande parcela da Humanidade, com danos gravíssimos à própria paz mundial.

Já não bastam as intenções proclamadas. Chegou a hora de tornar esse compromisso palpável e operacional.

Não se trata apenas de cobrar dos países ricos aquilo que efetivamente podemos e devemos cobrar-lhes: uma postura radicalmente nova e um engajamento superior, frente à tragédia absurda da fome e da pobreza.

Os países pobres e as nações em desenvolvimento terão autoridade moral para cobrar dos países ricos se não se omitirem internamente, se fizerem a sua parte, se aplicarem de modo honesto e eficiente seus próprios recursos no combate à fome e à pobreza.

No Brasil, estamos empenhados em fazer a nossa parte. O programa Fome Zero é um objetivo irrenunciável, que temos perseguido com obstinação. Combinamos medidas emergenciais, inadiáveis, com soluções estruturais, emancipadoras, mobilizando todos os instrumentos disponíveis.

Nosso programa de transferência de renda, o Bolsa Família, já incluiu 5 milhões de famílias pobres, mais de 20 milhões de pessoas; reduzimos impostos sobre os alimentos de consumo popular; estamos executando o maior programa de financiamento da agricultura familiar da História brasileira; começamos a implantar um novo modelo de reforma agrária; aumentamos os recursos para a alimentação escolar que atende, hoje, 36 milhões de crianças carentes.

Governo e sociedade civil trabalham intensamente para cumprir as



Metas do Milênio. Vamos, inclusive, instituir um prêmio nacional para as cidades que mais avançarem no seu cumprimento.

Senhoras e senhores,

Sabemos que em vários países também estão sendo feitos esforços consideráveis para combater a fome. Mas, no mundo de hoje, essa não é uma tarefa que os povos possam cumprir isoladamente. O que existe no mundo é fome de inclusão social, de oportunidades econômicas e de participação democrática.

Uma política de combate à fome, imprescindível à inclusão social pela qual lutamos, supõe a retomada sustentável do crescimento econômico, com expansão do emprego e da renda de vastos segmentos de nossas sociedades, que hoje se encontram à margem da produção, do consumo e da cidadania.

Supõe, também, reduzir as profundas assimetrias da economia mundial, para equilibrar o relacionamento comercial entre as nações e atenuar as pressões financeiras sobre os países em desenvolvimento.

No relatório técnico apresentado por França, Chile, Espanha e Brasil são examinados alguns mecanismos inovadores de financiamento que poderão complementar os esforços atuais e suprir o conhecido déficit de recursos para o desenvolvimento.

O relatório não é exaustivo, nem prescritivo. Analisa alternativas e oferece um leque de opções para o conjunto de atores: governos, organizações sociais, setor privado e indivíduos.

Ele inclui medidas que demandam negociação multilateral, como taxas sobre transações financeiras ou sobre o comércio de armas, e outras que podem, desde logo, ser adotadas de forma voluntária, a exemplo das contribuições via cartão de crédito.

Senhoras e senhores,

Não os convidamos aqui para discutir ou mesmo endossar os aspectos técnicos do relatório. Estes serão examinados, com a necessária profundidade,



no momento apropriado.

Aqui estamos para, juntos, inaugurar uma nova etapa nos esforços de combate à fome e à pobreza.

Não nos esqueçamos nunca de que a fome é a mais cruel das armas de destruição em massa. A fome continua matando 24 mil pessoas por dia e 11 crianças por minuto.

O desafio é tão grande que nos exige humildade para reconhecer que não há soluções prontas, fórmulas mágicas, e ousadia para enfrentá-lo com a prioridade e a urgência que os famintos do mundo reclamam. A pior resposta ao drama da fome é não dar resposta nenhuma.

Senhoras e senhores,

Apelo aos governos, organizações sociais, sindicatos e empresas para que reafirmem e ampliem seu compromisso, constituindo uma vigorosa parceria global pela superação da pobreza.

Para que possamos, em 2005, participar da Cúpula da ONU sobre a Declaração do Milênio com soluções, de fato, inovadoras para erradicar esse fenômeno economicamente irracional, politicamente inaceitável e eticamente vergonhoso que é a fome.

Muito obrigado.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na 59ª
Assembléia-Geral da ONU**

Nova Iorque, 21 de setembro de 2004

Senhoras e senhores,

Chefes de Estado e de Governo,

Senhor Jean Ping, presidente da 59ª Assembléia-Geral da
Organização das Nações Unidas,

Senhor Kofi Annan, secretário-geral das Nações Unidas,

Senhor Jian Chen, subsecretário-geral para assuntos da Assembléia-
Geral,

Senhoras e senhores,

Saúdo, na pessoa do chanceler Jean Ping, os representantes de todos
os povos aqui reunidos.

Cumprimento fraternalmente o secretário-geral Kofi Annan, que tem
conduzido as Nações Unidas com sabedoria e abnegação.

Senhoras e senhores,

Pela segunda vez, dirijo-me a esta assembléia universal para trazer a
palavra do Brasil. Carrego um compromisso de vida com os silenciados pela
desigualdade, a fome e a desesperança.

A eles, nas palavras tremendas de Franz Fanon, o passado colonial
destinou uma herança comum:

“Se queres, aí a tens: a liberdade para morrer de fome”.

Hoje somos 191 Estados-nação. No passado, 125 deles foram
submetidos ao jugo de umas poucas potências que originalmente ocupavam
menos de 2% do globo. O fim do colonialismo afirmou, na esfera política, o
direito dos povos à autodeterminação.



Esta Assembléia é o signo mais alto de uma ordem fundada na independência das nações. A transformação política, contudo, não se completou no plano econômico e social. E a história demonstra que isso não ocorrerá espontaneamente.

Em 1820, a diferença de renda per capita entre o país mais rico e o mais pobre do planeta era inferior a cinco vezes. Hoje, essa diferença é de 80 vezes.

Os antigos súditos converteram-se em devedores perpétuos do sistema econômico internacional.

Barreiras protecionistas e outros obstáculos ao equilíbrio comercial, agravados pela concentração dos investimentos do conhecimento e da tecnologia, sucederam ao domínio colonial.

Poderosa e onipresente, uma engrenagem invisível comanda à distância o novo sistema. Não raro, ela revoga decisões democráticas, desidrata a soberania dos Estados, sobrepõe-se a governos eleitos, e exige a renúncia a legítimos projetos de desenvolvimento nacional. Manteve-se a lógica que drena o mundo da escassez para irrigar o do privilégio.

Nas últimas décadas, a globalização assimétrica e excludente aprofundou o legado devastador de miséria e regressão social, que explode na agenda do século XXI. Hoje, em 54 países a renda per capita está mais baixa do que há dez anos. Em 34 países, a expectativa de vida diminuiu. Em 14, mais crianças morrem de fome.

Na África, onde o colonialismo resistiu até o crepúsculo do século XX, 200 milhões de seres humanos estão enredados num cotidiano de fome, doença e desamparo, ao qual o mundo se acostuma, anestesiado pela rotina do sofrimento alheio e longínquo.

A falta de saneamento básico matou mais crianças na década passada do que todos os conflitos armados desde a II Guerra.



Da crueldade não nasce o amor. Da fome e da pobreza jamais nascerá a paz. O ódio e a insensatez que se alastram pelo mundo nutrem-se dessa desesperança, da absoluta falta de horizontes para grande parte dos povos.

Apenas neste ano, mais de 1.700 pessoas já morreram vítimas de ataques terroristas ao redor do mundo; em Madri, Bagdá, Jacarta.

Tragédias que vêm somar-se a tantas outras, na Índia, no Oriente Médio, nos Estados Unidos, e, recentemente, ao sacrifício bárbaro das crianças de Beslan.

A Humanidade está perdendo a luta pela paz.

Só os valores do Humanismo, praticados com lucidez e determinação, podem deter a barbárie. A situação exige, dos povos e dos seus líderes, um novo senso de responsabilidade individual e coletiva.

Se queremos a paz, devemos construí-la. Se queremos de fato eliminar a violência, é preciso remover suas causas profundas com a mesma tenacidade com que enfrentamos os agentes do ódio.

O caminho da paz duradoura passa, necessariamente, por uma nova ordem internacional, que garanta oportunidades reais de progresso econômico e social para todos os países.

Exige, por isso mesmo, a reforma do modelo de desenvolvimento global e a existência de instituições internacionais efetivamente democráticas, baseadas no multilateralismo, no reconhecimento dos direitos e aspirações de todos os povos.

Mais do que quaisquer estatísticas sobre a desigualdade social, o que deve interpelar nossas consciências é o olhar torturado dos que hoje estão do lado de fora da vida.

São olhos que vigiam em nós o futuro da esperança.

Não há mais destino isolado, nem conflito que não irradie uma dimensão global. Por mais que nos apontem o céu entre as grades, é preciso não confundir a gaiola de ferro com a liberdade.



Temos conhecimento científico e escala produtiva para equacionar os desafios econômicos e sociais do planeta. Hoje, é possível reconciliar natureza e progresso por meio de um desenvolvimento ética e ambientalmente sustentável.

A natureza não é um museu de relíquias intocáveis. Mas, definitivamente, ela não pode mais ser degradada pela espoliação humana e ambiental, na busca da riqueza a qualquer custo.

Minhas senhoras e meus senhores,

Mede-se uma geração não só pelo que fez, mas também pelo que deixou de fazer. Se os recursos disponíveis são fantasticamente superiores às nossas necessidades, como explicar às gerações futuras por que fizemos tão pouco, quando tanto nos era permitido?

Uma civilização omissa está condenada a murchar como um corpo sem alma. As exortações do grande artífice do “New Deal”, Franklin Roosevelt, ecoam com atualidade inescapável:

“O que mais se necessita hoje é de audácia na experimentação.”

“O que mais se deve temer é o próprio medo”.

Não se trata da audácia do instinto. Mas da coragem política. Sem voluntarismo irresponsável, mas com ousadia e capacidade de reformar.

O que distingue civilização de barbárie é a arquitetura política que promove a mudança pacífica e faz avançar a economia e a vida social pelo consenso democrático.

Se fracassarmos contra a pobreza e a fome, o que mais poderá nos unir?

Minhas senhoras e meus senhores,

Creio que é o momento de dizer com toda a clareza que a retomada do desenvolvimento justo e sustentável requer uma mudança importante nos fluxos de financiamento dos organismos multilaterais.



Estes organismos foram criados para encontrar soluções, mas, às vezes, por excessiva rigidez, tornam-se parte do problema.

Trata-se de ajustar-lhes o foco para o desenvolvimento, resgatando seu objetivo natural.

O FMI deve credenciar-se para fornecer o aval e a liquidez necessários a investimentos produtivos, especialmente em infra-estrutura, saneamento e habitação, que permitirão, inclusive, recuperar a capacidade de pagamento das nações mais pobres.

Meus senhores e minhas senhoras,

A política externa brasileira, em todas as suas frentes, busca somar esforços com outras nações em iniciativas que nos levem a um mundo de justiça e paz.

Tivemos, ontem, uma reunião histórica com mais de 60 líderes mundiais, para dar um novo impulso à ação internacional contra a fome e a pobreza.

Acredito firmemente que o processo desencadeado ontem elevará o patamar da luta contra a pobreza no mundo. Na medida em que avançarmos nessa nova aliança, teremos melhores condições de cumprir as Metas do Milênio, sobretudo a erradicação da fome.

Foi com esse espírito que África do Sul, Índia e Brasil estabeleceram, no ano passado, o fundo de solidariedade – IBAS. Nosso primeiro projeto, em Guiné-Bissau, será lançado amanhã.

Também priorizamos o tema do HIV-AIDS, que tem perversa relação com a fome e a pobreza. Nosso programa de Cooperação Internacional no combate ao HIV-AIDS já opera em seis países em desenvolvimento e brevemente chegará a mais três.

Minhas senhoras e meus senhores,

Constato, com preocupação, que persistem graves problemas de segurança, pondo em risco a estabilidade mundial.



Não se vislumbra, por exemplo, melhora na situação crítica do Oriente Médio. Neste, como em outros conflitos, a comunidade internacional não pode aceitar que a violência proveniente do Estado, ou de quaisquer grupos, se sobreponha ao diálogo democrático. O povo palestino ainda está longe de alcançar a auto-determinação a que tem direito.

Sabemos que as causas da insegurança são complexas. O necessário combate ao terrorismo não pode ser concebido apenas em termos militares.

Precisamos desenvolver estratégias que combinem solidariedade e firmeza, mas com estrito respeito ao Direito Internacional.

Foi assim que atendemos, o Brasil e outros países da América Latina, à convocação da ONU para contribuir na estabilização do Haiti. Quem defende novos paradigmas nas relações internacionais, não poderia se omitir diante de uma situação concreta.

Promover o desenvolvimento com equidade é crucial para eliminar as causas da instabilidade secular daquele país. Em nossa região, apesar dos conhecidos problemas econômicos e sociais, predomina uma cultura de paz. Vivemos um período de amadurecimento democrático, com uma vibrante sociedade civil.

Estamos aprendendo que o desenvolvimento e a justiça social devem ser buscados com determinação e abertura ao diálogo. Os episódios de instabilidade na região têm sido resolvidos com respeito às instituições.

Sempre que chamado, e na medida de nossas possibilidades, o Brasil tem contribuído para a superação de crises que ameaçam a ordem constitucional e a estabilidade de países amigos.

Não acreditamos na interferência em assuntos internos de outros países, mas tampouco nos refugiamos na omissão e na indiferença diante de problemas que afetam nossos vizinhos.



O Brasil está empenhado na construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, a partir do fortalecimento do Mercosul e de uma relação estratégica com a Argentina.

O surgimento de uma verdadeira Comunidade Sul-Americana de Nações já não é um sonho distante graças à ação decidida no que se refere à integração física, econômica, comercial, social e cultural.

O Brasil tem atuado nas negociações comerciais multilaterais para alcançar acordos justos e eqüitativos. Na última reunião da Organização Mundial do Comércio, deu-se um grande passo para a eliminação de restrições abusivas que prejudicam os países em desenvolvimento.

A articulação de países da África, América Latina e Ásia no G-20 foi decisiva para manter a rodada de Doha na trilha da liberalização do comércio com justiça social. O sucesso de Doha representa a possibilidade de livrar da pobreza mais de 500 milhões de pessoas.

É fundamental continuar desenhando uma nova geografia econômica e comercial, que, preservando as vitais relações com os países desenvolvidos, crie sólidas pontes entre os países do Sul, que por muito tempo permanecem isolados uns dos outros.

Senhoras e senhores,

O Brasil está comprometido com o êxito do Regime Internacional sobre Mudança do Clima. Estamos engajados no desenvolvimento de energias renováveis. Por isso, seguiremos trabalhando ativamente pela entrada em vigor do Protocolo de Quioto.

A América do Sul responde por cerca de 50% da biodiversidade mundial. Defendemos o combate à biopirataria e a negociação de um regime internacional de repartição dos benefícios resultantes do acesso a recursos genéticos e conhecimentos tradicionais.

Senhoras e senhores,



Reitero o que disse no ano passado desta Tribuna: uma ordem internacional fundada no multilateralismo é a única capaz de promover a paz e o desenvolvimento sustentável das nações.

Ela deve assentar-se sobre o diálogo construtivo entre diferentes culturas e visões de mundo.

Nenhum organismo pode substituir as Nações Unidas na missão de assegurar ao mundo convergência em torno de objetivos comuns.

Só o Conselho de Segurança pode conferir legitimidade às ações no campo da paz e da segurança internacionais. Mas sua composição deve adequar-se à realidade de hoje, e não perpetuar aquela do pós-Segunda Guerra ou da Guerra Fria.

Qualquer reforma que se limite a uma nova roupagem para a atual estrutura, sem aumentar o número de membros permanentes é, com certeza, insuficiente.

As dificuldades inerentes a todo processo de reforma não devem fazer com que percamos de vista a urgência das mudanças.

Senhoras e senhores,

Não haverá segurança nem estabilidade no mundo enquanto não construirmos uma ordem mais justa e mais democrática.

A comunidade das nações precisa dar resposta clara e inequívoca a esse desafio.

Haveremos de encontrá-la nas sábias palavras do profeta Isaías: “*A paz só virá como fruto da Justiça.*”

Muito obrigado.



Presidência da República
Secretaria de Imprensa e Divulgação
Discurso do Presidente da República



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de formatura dos alunos do projeto Sesi – Por um Brasil Alfabetizado

Rio de Janeiro-RJ, 25 de setembro de 2004

Meus queridos e queridas alunos e alunas deste Projeto, coordenado pelo SESI, em parceria com o Ministério da Educação,

Meu caro Tarso Genro, ministro da Educação,

Meu querido deputado João Mendes,

Minha querida esposa Marisa,

Meu caro Jair Meneguelli,

Dirigentes do SESI do Rio de Janeiro,

Meu caro Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, parceiro e presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, e sua senhora, Cristina Gouvêa,

Meu caro Fernando Guimarães, diretor-superintendente do SESI do Rio de Janeiro,

Meus queridos alunos e alunas formandos,

Meus queridos jovens Ezequiel, Maria José e Miguel, que receberam o diploma agora,

Eu, na verdade, vou dizer umas poucas palavras. Mas eu queria que vocês soubessem como é que estou me sentindo, porque o que nós estamos vendo, aqui, é uma coisa que norteou a minha vida, desde que eu me conheço por gente, ainda em Pernambuco.

O ser humano, por natureza, quer conquistar novas coisas. Muitas vezes, ele é impedido pela falta de oportunidade ou porque ele não sabe como fazer.



Eduardo Eugênio, Tarso Genro, a imagem que estou tendo de vocês é como se nós estivéssemos aqui, e esse palco onde vocês estão fosse um grande ovo. Um grande ovo, cheio de pintinhos dentro, que até então não sabiam como era o mundo. E esse curso, na verdade, fez vocês quebrarem a casca do ovo e aparecem para o mundo em que vocês vão viver, daqui para a frente.

A alfabetização é exatamente isso. Não existe nenhum país do mundo que consiga dar um salto de qualidade, ser desenvolvido, ser rico, se não tiver investimento na formação da sua gente.

Eu, querida Maria José, sou filho de mãe analfabeta, que morreu analfabeta, aos 64 anos de idade. Sou filho de pai analfabeto. Eu morava em Santos, antes de vir para São Paulo, e meu pai atravessava de barco, todo dia, do Guarujá para a cidade de Santos, analfabeto, mas comprava o jornal todo santo dia e ia lendo, olhando as figuras, para que as pessoas pensassem que ele sabia ler. E morreu analfabeto, também.

Minha mãe, quando nós chegamos de Pernambuco, com oito filhos pequenos, ia para o centro de São Paulo, para cuidar de documentos. Ela sabia pegar o ônibus da vila onde eu morava porque era vermelho, e ia até à Praça João Mendes, em São Paulo. Mas, quando ela ia pegar de volta, tinha muitos outros ônibus vermelhos, e ela não sabia ler a palavra “Vila Carioca”. E, muitas vezes, ela ficava procurando alguém para dizer para ela qual era o ônibus que ela tinha que pegar.

Quem é nordestino sabe que a gente tem um ditado que diz: “Eu fiquei areado”. Quando a gente fala “eu fiquei areado” é porque a gente não sabe onde está, a gente não consegue se localizar. Mesmo estando perto de onde a gente queria estar, a gente não tem referência, porque não sabe ler o nome da rua, não sabe ler um cartaz, não sabe ler o nome de um restaurante. Então, naquele tempo, a gente dizia: “Minha mãe ficou areada no centro de São Paulo



e se perdeu”. Em vez de chegar às 3 horas da tarde em casa, chegou às 7, 8 horas da noite, até que alguém ensinasse a ela onde é que estava o ônibus.

O depoimento da Maria José, possivelmente, pudesse ser o depoimento do Ezequiel, ou pudesse ser o depoimento do Miguel. E isso não aconteceria se houvesse apenas uma lei. Porque nem sempre a lei, neste país, é executada na sua plenitude.

A Constituição diz que todos têm direito à escola. Hoje nós temos 99% das crianças na escola, mas ainda estamos discutindo qual é a qualidade dessa escola na qual estão as nossas crianças, o que é que elas estão aprendendo, efetivamente.

E pela primeira vez, Eduardo, no ano que vem nós vamos fazer um teste, uma espécie de uma prova, para a 4ª e para a 8ª série, não como amostragem, mas em todas as escolas públicas do Brasil, para a gente descobrir o que é que está acontecendo que, muitas vezes, as nossas crianças vão para a escola e não aprendem. Tem criança que está na 5ª série e não sabe ler e tem criança que está na 4ª série e não sabe fazer uma conta de matemática, por mais simples que ela seja.

Possivelmente, a gente descubra que nós precisamos ter um processo de reeducação dos nossos próprios educadores. Quem sabe a gente tenha que ver que tipo de educação nós estamos dando, na sala de aula.

Porque, se uma criança vai para a escola, nós temos a obrigação de que essa criança saia da escola aprendendo aquilo que nós sabemos que todas as crianças têm que aprender. E vamos fazer, pela primeira vez, a partir de março do ano que vem, um exame com a totalidade dos alunos da 4ª série e da 8ª, em todas as escolas do Brasil.

Quero agradecer, aqui, aos educadores, porque eu digo sempre, Eduardo, que muitas vezes uma parceria vale mais do que uma lei. A vontade vale mais do que uma lei. E eu vou dizer para vocês uma coisa: o homem mais poderoso do mundo fez o que fez sem ter o poder, não tinha nenhum poder,



não tinha nenhuma caneta para assinar um decreto, para contratar um funcionário, para mandar alguém embora. Ele apenas teve a capacidade de convencer as pessoas. Ele não tinha poder, mas tinha autoridade, a autoridade moral, a autoridade ética, a autoridade daquele que está disposto a servir, ao invés de ser servido, pela grandiosidade que tem.

Se a gente não quiser continuar falando de Jesus Cristo, a gente poderia falar de Gandhi, que libertou a Índia sem ter nenhum poder. Ele não tinha caneta, não tinha mandato, não era deputado, não era senador, não era prefeito, não era governador, não era nada. Ele era um homem de 1 metro e 60 de altura. O poder dele era a autoridade moral, era a dignidade, que levou um país como a Índia a se libertar do Império Britânico, depois de muito sofrimento.

O que nós estamos fazendo aqui, hoje, com vocês, é apenas abrir uma janela para que vocês se libertem; se libertem das mentiras dos governantes; se libertem, muitas vezes, da escuridão do analfabetismo, do desconhecimento; para que vocês se libertem e percebam que tem um mundo maravilhoso a ser conquistado e que uma mulher, aos 68 anos, está tendo a primeira oportunidade, mas também um menino de 15 anos.

O que será do Ezequiel, se nós não despertarmos nele a vontade de ele continuar estudando? Se nós não oferecermos para ele a oportunidade, o narcotráfico oferecerá, o crime organizado oferecerá, a bandidagem venderá facilidades e não dificuldades.

É por isso que eu ousei dizer para vocês, meu companheiro Meneguelli, meu companheiro Tarso Genro, meu companheiro Eduardo, presidente da FIRJAN: possivelmente, hoje seja o dia mais feliz da minha vida, depois de 19 meses de governo. Não apenas pela beleza do que está acontecendo aqui, mas pelo despertar de esperança que está embutido na consciência dos educadores que estão vendo seu trabalho, aqui, e isso é trabalho realizado, essa é a política real; pelos alunos.



O Miguel me disse: “Eu nunca pensei em fazer um discurso, muito menos lendo”. Eu abracei a Maria José e ela falou: “Eu estou tão feliz que eu quero falar”. Na verdade, ela não queria falar, ela queria provar que ela tinha aprendido a ler. E para ler o quê? Para ler a Bíblia, que é um extraordinário sinal de que a pessoa vai ler um livro que não vai ter nada de mau, nada de ruim para aprender.

Mas eu estou feliz porque eu tenho um sonho, um desejo de que o Brasil... O Brasil merece uma chance. Este país é tão extraordinário que ele precisa acreditar em si mesmo. Nós, durante muitos anos, fomos colonizados. Durante muitos anos, botaram na nossa cabeça que nós éramos Terceiro Mundo, e que nós tínhamos que estar subordinados à orientação da Coroa Portuguesa ou, depois, ao poder econômico dessa ou daquela nação.

Eu aprendi, desde pequeno, com a minha mãe analfabeta: “Meu filho, se você não se respeitar, ninguém lhe respeitará. Quem primeiro tem que lhe respeitar é você mesmo”.

Vocês sabem que, quando eu fui disputar as eleições, uma das coisas de que me acusavam era o seguinte: “Ah, pobre do Brasil, o Lula não fala inglês, como é que ele vai conversar lá fora? Como é que ele vai fazer negócios?” E nós estamos provando que é possível fazer muita coisa.

O que nós fizemos na ONU, essa semana, é apenas uma pequena demonstração de que, quando a gente quer, a gente conquista. O que a gente não pode permitir é que o opressor determine as nossas ações, as nossas vontades.

É por isso que nós estamos batendo recorde nas exportações brasileiras. É por isso que nós estamos tendo superávit comercial como jamais tivemos na nossa vida. E é por isso que nós temos condições de puxar, em nível internacional, a campanha da fome.

Se a pessoa não tem o que comer, nem aprender a pessoa aprende. Quando o estômago está batendo de fome, e só sabe isso quem passou –



quem não passou, teoriza – sabe o gosto amargo, de fel, quando a fome bate duro.

Então, garantir que as pessoas comam três vezes por dia e que tenham acesso à escola é o mínimo que um governante tem que garantir. Porque, sem isso, tudo o mais é mentira. Comer e estudar possibilita ter forças para trabalhar, possibilita ter forças para aprender mais, possibilita à gente ser dono do nosso nariz, possibilita à gente andar de cabeça erguida. E possibilita, Eduardo, uma coisa extraordinária: todo mundo estufar o peito, olhar para a frente e dizer: “Eu sou brasileiro e brasileira, e não desisto nunca. Eu vou à luta e vou vencer”.

E vocês, se quiserem, sigam o meu exemplo. Se um filho de pai e mãe analfabetos, se um torneiro mecânico de formação chegou à Presidência da República, vocês acreditem que, se vocês quiserem, vocês podem chegar muito mais alto do que os livros dizem que vocês podem chegar. É só ter vontade, e não parem de estudar.

Eu sei que, muitas vezes, a preguiça faz a gente não fazer as coisas. Mas vocês tiveram a primeira luz. Por favor, não abandonem. Se tiverem dificuldade, vão procurar alguém. Mesmo você, Maria José, com 68 anos – sabe que uma pessoa de 68 anos que sabe ler tem mais possibilidade de arrumar um namorado do que alguém que não tem 68 anos, e que não sabe ler. Pense nisso.

Ezequiel, sobretudo para você, meu filho, sobretudo para você: não existe espaço na humanidade, hoje, se a gente não souber ler e escrever, trabalhar com computação. Então, você tem que pensar que o seu futuro está ligado à sua vontade política, à sua determinação. Somente você pode se ajudar. O Estado pode dar as condições, mas a vontade é sua.

Quando um atleta, um jovem, quer ser campeão nas Olimpíadas, quando a gente vê a Daiane na televisão dando os saltos dela, a gente pensa que é fácil. Ela treina 8 horas por dia, de domingo a domingo. Ela não tem



tempo de namorar, não tem tempo de passear. Ela colocou na cabeça que ela quer ser campeã olímpica, não foi nessa Olimpíada, vai ser na outra. Mas ela colocou na cabeça que vai ser. Você pega na mão dela, parece um abacaxi, de tão áspera que é, de treinar, treinar, treinar.

Você precisa pensar assim, Ezequiel. Você decide o que você quer ser, meu filho. Você aprendeu a escrever o seu primeiro “a”, aprendeu a escrever o abecedário inteiro. Você tem apenas 15 anos, o mundo está à sua disposição. Não desista, meu filho, vá em frente porque, certamente, você poderá servir de exemplo, como um menino que se alfabetizou aos 15 anos de idade, como a ministra Marina.

A Marina era seringueira, analfabeta, aos 16 anos de idade; se alfabetizou, fez universidade, hoje é ministra. Você pode chegar lá. Depende de você, Ezequiel, como depende dos jovens que estão aqui, de meninas e meninos. Por favor, não desistam. Eu vou dizer, até: pelo amor de Deus, não desanimem neste momento tão importante da vida de vocês.

Vocês estão diante de um novo horizonte. Nós estamos dispostos a fazer o que for possível. Tenho certeza que o SESI estará disposto a fazer o que for possível. Tenho certeza que o Ministério da Educação estará disposto a fazer o que for possível.

Porque eu estou cansado de ver as pessoas tratarem o Brasil como Terceiro Mundo. Eu estou cansado de dizer que o Brasil é um país emergente. Eu já tenho 59 anos, eu ouço isso há 30 anos. E este país só vai deixar de ser emergente, só vai deixar de ser considerado um país de Terceiro Mundo, em sua situação econômica, na hora em que outros milhões de brasileiros tiverem a vontade que vocês têm, a oportunidade que vocês tiveram, e dizerem: “Nós vamos estudar, porque nós queremos nos cuidar melhor e cuidar da nossa família”.

Meus parabéns a todos vocês. Que Deus abençoe cada aluno, cada aluna, cada educador, todo o pessoal do SESI, a FIRJAN e todos aqueles que,



direta ou indiretamente, contribuíram para que vocês pudessem viver esse dia de glória, que é o dia em que vocês determinaram na vida de vocês que vocês queriam ser gente melhor e mais importante do que vocês já são.

Agora, eu queria que vocês balançassem esta bandeira, para a gente mostrar o orgulho que a gente tem de olhar a nossa bandeira. É com esse verde, amarelo, azul e branco que o Brasil vai ocupar o espaço, no mundo, que já deveria ter ocupado há muito tempo.

Muito obrigado, gente!



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
solenidade de inauguração da 26ª Bienal de Arte de São Paulo**

São Paulo-SP, 25 de setembro de 2004

Excelentíssimo senhor governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin,

Minha querida companheira Marisa,

Meu caro Manoel Francisco Pires da Costa, presidente da Fundação Bienal de São Paulo,

Minha querida Cláudia Costin, secretária de estado da Cultura de São Paulo,

Meu caro Celso Frateschi, secretário municipal da Cultura, que falou em nome da prefeita Marta Suplicy,

Senhores ministros do meu governo,

Secretários do governo de São Paulo,

Deputados federais,

Senadores,

Primeira-ministra da Cultura de Portugal,

Demais autoridades presentes nesta abertura da Bienal,

Visitar a Bienal de São Paulo é uma daquelas ocasiões que permitem a nós, brasileiros, nos enchermos de orgulho. Pois é daqui do Ibirapuera, daqui do coração dessa querida São Paulo, que estamos tendo acesso à evolução das artes plásticas em todo o mundo.

Este evento, que vem ocorrendo periodicamente há quase meio século, coloca o nosso país na vanguarda do cenário mundial da cultura. A prova é que entre as mais de 50 bienais de artes plásticas que ocorrem mundo afora, a de São Paulo e a de Veneza são consideradas as duas mais importantes.



A democratização da cultura propiciada por esta Bienal é, também, um fator muito importante para mim e para toda a população que se beneficia dela. A cada dois anos, centenas de milhares de pessoas têm a oportunidade de chegar a este Parque e sair do seu mundo cotidiano. São estudantes, trabalhadores, donas de casa, enfim, gente que leva uma vida atribulada e que pode ter, neste espaço, a chance de enriquecer a sua sensibilidade.

É por isso que estendo os meus mais sinceros parabéns para os artistas, para os organizadores e para todos os parceiros públicos e privados que permitiram que agora, pela primeira vez, não sejam cobrados ingressos para a visita à exposição.

Tenho certeza de que esta decisão só tornará mais verdadeiro o próprio tema da Bienal. Estamos em um território livre, em um território onde nossa arte e a de todos os países convivem em harmonia, sem fronteiras que as delimitem. E onde cada cidadão, independentemente de poder ou não pagar uma entrada, poderá expandir os seus horizontes.

Meus amigos e minhas amigas,

Viver é inventar a vida. É estender e alargar as fronteiras do possível. Isso vale para o artista, para o político e para cada cidadão ou cidadã. Vale, também, para um país que vejo como uma grande obra de arte de sua gente. Especialmente um país em construção, como o nosso, em que é preciso inovar em todas as áreas, se quisermos superar as fronteiras que nos constroem.

Um país precisa de tudo um pouco – escolas, pontes, portos, empregos – mas, acima de tudo, precisa de uma alma, pois a simples contabilidade de perdas e ganhos pode ser suficiente para construir uma fábrica ou um banco, mas não é suficiente para erguer uma nação. Uma nação requer algo mais em que se possa acreditar, algo de que possa se orgulhar. Precisa de um olhar que a ajude a enxergar além da neblina. E o principal olhar de um povo são os seus artistas; seus artistas populares, seus artistas eruditos, seus intelectuais.



Um povo é incapaz de inventar seu futuro se não se reconhece mais como parte de um todo, cujo principal cimento é a cultura. A arte é a voz das nossas crenças e das nossas angústias, é a voz das nossas esperanças e da nossa resistência, é a fronteira, por excelência, da nossa liberdade.

Por isso, a cultura é o abrigo que distingue um povo de um simples amontoado de gente ou de uma mera estatística de consumo. Por isso, também, todos os ditadores, em todos os tempos, e todos os elitistas, em todos os séculos, sempre temeram a proximidade entre os artistas e o povo.

Nenhum grande artista ignora a sua terra e sua gente. Mesmo quando não fala diretamente ao seu povo, ele vocaliza a sua alma e ilumina o seu tempo.

A liberdade não é apenas um direito do artista: é o próprio oxigênio de uma nação. O artista não pode se submeter a receitas, limites e, tampouco, privilégios. Não pode se render à demagogia da facilidade, nem submeter o povo à mesmice e à vulgaridade.

Meus amigos e minhas amigas,

No nosso governo a atividade cultural não é vista como um privilégio e, sim, como a soma de atos expressivos, nos quais se inscreve a capacidade inventiva de um povo.

Por isso, o Estado está retomando o seu lugar e o seu papel na promoção da cultura, como democrático articulador e executor de políticas públicas. O Brasil aprendeu a reconhecer a cultura como um campo de inclusão social e de realização plena da cidadania, como base da nossa identidade e como setor dinâmico da economia, gerando emprego e renda.

Da mesma forma, quando buscamos uma nova inserção do Brasil no sistema das relações internacionais, a cultura tem uma missão que somente ela pode desempenhar. É a cultura que define a nossa cara, o nosso recado de vida, de liberdade e de solidariedade para o mundo. E este recado, tenho certeza, está sendo muito bem dado, a partir desta extraordinária Bienal.



Meus parabéns aos organizadores e meus parabéns a todos.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura da mensagem que encaminha ao Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar de incentivo às micro e pequenas empresas

Palácio do Planalto, 29 de setembro de 2004

Quero cumprimentar os meus companheiros ministros que estão na mesa, ministros que estão participando desta solenidade, companheiros José Dirceu, Palocci, Amir Lando, Márcio Fortes, Eunício Oliveira,

Quero cumprimentar os companheiros que fazem parte dos especialistas da Receita Federal e que tanto trabalharam para que a gente pudesse chegar a um bom termo nesta proposta, Rachid. Eu sei que o seu pessoal trabalhou muito.

Quero cumprimentar a nossa Assessoria Jurídica da Casa Civil, que deve ter trabalhado muito,

Quero cumprimentar o Alencar, em nome do Ministério do Trabalho, que não pôde estar aqui, pela sua contribuição,

Aos companheiros do Sebrae,

E aos empresários que participaram do projeto, sobretudo, quero cumprimentar o Domingos, quero cumprimentar o Couri, quero cumprimentar o Claudio Vaz, porque eu penso que eles deram uma contribuição enorme,

E quero cumprimentar o nosso companheiro Francisco Menezes Rodrigues, representante da CUT aqui, do DF,

Meu caro Carlos Wilson, presidente da Infraero,

Kátia, prefeita de Maceió,

Empresários,



Eu acredito que depois do pronunciamento do Palocci e do Amir Lando, eu não preciso mais falar em nome do governo, mas eu queria fazer algumas considerações a respeito do assunto.

Primeiro, é preciso ter claro que nós, com este Projeto de Lei que estamos enviando ao Congresso Nacional, estamos procurando dar cidadania a um conjunto de seres humanos que, por tentarem sobreviver – já que não tem tantos empregos no mercado de trabalho – muitas vezes são tratados como se fossem marginais.

E, muitas vezes, quando tentam se legalizar para trabalhar, as exigências para que possam exercer uma profissão formal é tão difícil que fica mais barato até correr da polícia de vez em quando do que cumprir todas as exigências que, muitas vezes, são feitas para essa gente.

Nós estamos tentando dar cidadania a um conjunto de pessoas que não são representadas pelos sindicatos de trabalhadores, não são representadas pelas federações das indústrias do nosso país, não são representadas, muitas vezes, pelas associações comerciais.

São pessoas que nós consideramos inorganizadas no nosso país. São pessoas que não têm referência de instituição de classe, da qual elas possam participar. E isso é um sinal extraordinário para que a gente dê cidadania empresarial para essa gente.

Ao mesmo tempo, estamos dando condições dessa pessoa poder contratar um trabalhador, sem o ônus de um cidadão – que tem um rendimento de 30 mil reais por ano – ter as mesmas obrigações de uma Volkswagen ou de uma IBM ou de um Pão de Açúcar. Ou seja, a realidade é tão diferente que ele não pode estar subordinado às mesmas regras que um grande empresário.

Nós não temos preocupação se isso vai ser compreendido num primeiro momento. Nós temos interesse de fazer o debate na sociedade, porque eu adotei um jeito de governar um pouco diferente do que habitualmente e culturalmente se faz no Brasil.



Eu duvido que em algum momento, em algum governo da História deste país, os segmentos da sociedade foram tão chamados a participar, a ajudar a elaborar as coisas como nós fazemos.

E por que nós fazemos isso? É porque tem duas formas de você governar. Uma, é você exercer o poder. O exercer o poder é que permite que você cometa todos os erros possíveis em função da legalidade de você ter sido eleito. E, portanto, você pensa que pode tudo. Aí, você não precisa consultar ninguém, você consulta o seu advogado, consulta o seu assessor econômico e, a partir daí, faz a quantidade de leis que quiser, manda para o Congresso Nacional. E daí, o resultado de muitas leis serem aprovadas e, dez anos depois, vê-se que elas não funcionaram. Talvez, o Brasil seja o único país do mundo que tem lei que pega e lei que não pega, quando a lei é obrigação de todos.

Eu resolvi que, ao invés de exercer o poder, é preciso exercer a autoridade. O que é exercer a autoridade? É quando, ao invés de você impor um pensamento único, você constrói com todos os envolvidos aquilo que é o consenso possível de ser feito com a sociedade. Uma lei como essa não é uma lei que interessa apenas ao Presidente da República, à Secretária da Receita Federal ou ao ministro da Fazenda. Uma lei como essa, para dar certo, é preciso que a sociedade organizada, envolvida direta e indiretamente com o assunto, esteja convencida de que este é o caminho.

E vejam uma supressa boa que eu tive aqui. Esses dias entraram com um processo na Câmara dos Deputados, pedindo a aposentadoria para a dona de casa, uma reivindicação que eu acho justa. Na minha casa, nem tanto, porque eu trabalho muito lá em casa. Mas é uma reivindicação justa. E aqui se encontrou uma solução.

Não sei se vocês perceberam na fala do Amir Lando, da Previdência, de que uma mulher pode, como autônoma, pagar os 11%, e pode ter não só os benefícios, como pode ter aposentadoria por idade, o que é um avanço



extraordinário, que resolve um problema. Eu não sei se todos atentaram para a fala do Amir Lando, ou seja, ao mesmo tempo em que você consegue formalizar milhões de brasileiros na Previdência Social, você consegue fazer com que as Juntas Comerciais deixem de ter um amontoado de papéis, muitas vezes inúteis, onde você vai procurar a firma lá, e elas estão cadastradas mas não existem mais, porque o cidadão fechou e não deu baixa, porque não compensa dar baixa, pois ele vai gastar mais do que ganhou com a empresa.

Nós, então, estamos tentando fazer com que o exercício da autoridade compartilhada possa garantir que a gente tenha, num curto espaço de tempo, um Brasil muito mais democratizado e muito mais útil, do ponto de vista da legislação, para que elas possam existir, funcionar e nós possamos colher os resultados dessa lei.

Eu me lembro de uma discussão que tive com o Palocci, há uns oito meses, quando discutíamos com a Federação dos Bancos a questão do crédito. E eu me lembro que, na hora, surgiu uma conversa de que os bancos não podiam emprestar dinheiro porque tinha muita gente que não pagava e o juro era muito alto, porque quem pagava, pagava por ele e pagava por quem não pagava. Ou seja, dali saiu a idéia de nós instituímos o empréstimo com desconto em folha. Eu tive muito ceticismo em relação àquilo. “Isso não vai dar certo.” O dado concreto é que nós tiramos pessoas que pagavam 12% no cartão de crédito ou no cheque especial, para pagar 1,75% ou 2% de juros por mês. O que significou um montante extraordinário de dinheiro circulando no comércio.

Ontem, nós sancionamos a lei que garante a 20 milhões de aposentados o direito a esse crédito, para que nenhum aposentado vá mais deixar o seu relógio na Caixa Econômica Federal para pegar um empréstimo. Ele chegará ao banco, pegará um empréstimo, e vai pagar em 12 meses, 24 meses, e vai poder entrar no banco e ser tratado em igualdade de condições. Eu acredito que isso também vai colocar muito dinheiro em circulação, sobretudo, agora,



no final do ano, para gerar mais dinamismo na economia brasileira.

Eu quero, Palocci, mais uma vez, elogiar o trabalho que vocês fizeram. Eu digo vocês, porque a Fazenda com a Receita Federal são sempre instrumentos muito grandes para fazer com que uma coisa como essa dê certo. Mas, não foi menor o trabalho da Previdência Social, do Ministério do Trabalho e do Desenvolvimento, e da Casa Civil que, no fundo, no fundo, é quem dá o ordenamento jurídico para tudo que nós fazemos aqui.

Eu penso que este dia, hoje, vai ser marcante. E, possivelmente, a gente começa a colher os resultados muito mais rápido do que a gente imagina.

Vai demorar no Congresso? Eu não sei. Vai depender da nossa ação junto ao Congresso. Certamente, o presidente João Paulo e o presidente Sarney terão interesse em fazer com que a votação se dê da forma mais rápida possível. Certamente, os líderes dos partidos, dentro do Congresso, terão interesse. Mas, por “n” motivos, até de Regimento, pode ser que demore mais ou demore menos.

Eu penso que uma ação, não apenas de conversa do Poder Executivo com o Congresso Nacional, mas, sobretudo, das instituições que estão aqui, pode ajudar, e muito, para que o Congresso transforme este Projeto numa lei, para que possamos, a partir do ano que vem, no começo do ano que vem, ter isso consagrado, aprovado, funcionando, para o Brasil dar o salto de qualidade que nós tanto precisamos, para o bem deste país.

Portanto, muito obrigado aos ministros. Obrigado aos empresários, aos presidentes de entidades que colaboraram. Eu não tenho dúvida nenhuma de que nós vamos fazer muito mais dessa forma, sempre sabendo que o governo não é dono da verdade e que não custa nada a gente ouvir os parceiros, porque quem ouve tem menos possibilidade de errar do que quem não ouve.

Muito obrigado e boa sorte.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de entrega da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho**

Palácio do Planalto, 29 de setembro de 2004

Excelentíssimo presidente do Supremo Tribunal, doutor Nelson Jobim,
Excelentíssimo senhor ministro Vantuil Abdala, presidente do Tribunal
Superior do Trabalho,

Senhores ministros do Tribunal Superior do Trabalho,

Senhores juízes do Tribunal Superior do Trabalho,

Meus amigos e minhas amigas,

Meu caro Márcio, meu caro Álvaro, ministro da Justiça e advogado-geral
da União.

Nós sempre precisamos ter em conta o papel que cada instituição tem
para o desenvolvimento e para a determinação do tipo de Justiça que nós
queremos no Brasil.

Quando assisto, ou leio, ou ouço, uma crítica à Justiça do Trabalho, eu
sempre fico imaginando que o teor da crítica muitas vezes não tem o sentido
de justiça que precisa ser feito, aquilo que a Justiça do Trabalho representa
para uma gama extraordinária de trabalhadores, sobretudo se nós levarmos em
conta que no Brasil ainda temos a grande maioria de trabalhadores
inorganizados, que não têm sequer uma representação sindical.

E eu fico imaginando que as críticas, muitas vezes, são feitas muito mais
por paixão do que por razão. Eu, há muito tempo, venho assistindo debates
com empresários, com advogados, em que se discute mudanças na legislação,
se discute uma nova legislação trabalhista, e eu sou defensor de que nós
precisamos mudar a legislação trabalhista. Eu sou defensor de que é preciso a
gente levar em conta que a realidade da relação entre os povos, no ano de



2004, não é a mesma que nós tínhamos na década de 40 ou na década de 50. Por isso nós precisamos nos adequar às realidades contemporâneas, para que não fiquemos defasados até na nossa relação comercial com outros países.

Ao mesmo tempo, eu estou convencido de que as mudanças que nós precisamos fazer não significam deixar o trabalhador pior do que ele está hoje. É possível adequar a legislação trabalhista à realidade que nós vivemos hoje. Um cidadão que tem uma carrocinha que vende cachorro quente ele não está, e não precisa estar, subordinado à mesma legislação que uma empresa multinacional, uma empresa de ponta. Essa realidade os dirigentes sindicais terão que compreender, o governo terá que compreender e eu acho que todos nós teremos que compreender. Porque, muitas vezes, em defesa de uma igualdade, a gente permite que a maioria fique marginalizada. Como eu quero garantir o ideal, eu termino não dando nada àqueles que não têm nada. Então, é preciso que a gente pense como mudar. E nós vamos trabalhar mudanças.

Este próximo ano é o ano em que nós vamos fazer esse debate. Vamos fazê-lo com os empresários, com o movimento sindical, com os representantes dos tribunais brasileiros, dos advogados, porque é preciso que a gente tenha uma lei que não signifique o poder do Poder Executivo, mas que signifique a autoridade do governo de conseguir organizar a sociedade para um debate que se faz necessário numa sociedade em que a palavra reforma, por si só, antes de conhecermos o conteúdo da reforma, nós já temos medo. E temos medo por quê? Porque é mais fácil a gente ficar do jeito que está. É mais fácil a gente ficar no imobilismo que nós estamos, sem fazer as mudanças que precisam ser feitas. Isso requer de nós maior competência de organização, requer de nós maior abertura na cabeça, para que a gente ouça aqueles que pensam de forma contrária a nós. Mas, sobretudo, passa pelo Poder Executivo não querer ser o dono da reforma; passa pelo Poder Executivo querer, a partir de uma realidade existente, estabelecer um novo padrão, um novo patamar de direitos para os trabalhadores; saber quais os direitos que a sociedade brasileira, como



um todo, deseja para esses trabalhadores. Até porque a sociedade será no fundo, no fundo, a beneficiária ou a vítima das coisas que nós fizemos.

O dado concreto é que nós acabamos de aprovar, assinamos agora, uma lei que vai para o Congresso Nacional hoje, mudando a questão da microempresa para o cidadão que hoje não consegue abrir uma empresa e, se consegue abrir, não consegue fechar; para esse cidadão que às vezes tem um botequim, que gostaria de contratar um trabalhador, e por conta de ter que pagar todos os tributos que tem que pagar, termina não tendo esse trabalhador. Ou, às vezes, nós sabemos que ele está na informalidade e fingimos que não estamos vendo, ou seja, nós pactuamos com a clandestinidade e com a ilegalidade do ato.

Eu acho que, hoje, nós estamos preparados para pensar o Brasil que nós queremos para daqui a 30 anos, para daqui a 20 anos, e não pensar apenas no Brasil de hoje.

E quando eu falo da autoridade, é que eu acho que fica muito mais fácil construirmos alguma coisa a partir de muita discussão, a partir de muita conversa e a partir de ouvirmos todos os segmentos da sociedade e não fazer como aqueles que querem que a gente, para ter a nova legislação trabalhista, acabe com a CLT. Não para fazer como aqueles que querem que a gente faça uma nova, mas continua a CLT como está, ou seja, não como aqueles que querem acabar com a Justiça do Trabalho, sem dizer o que vão colocar no lugar.

Até porque, se nós tivéssemos todos os trabalhadores num nível de organização como três ou quatro categorias estão, no Brasil, o papel da Justiça seria muito menor. Mas, na medida em que nós temos a maioria, sequer conseguimos acabar com o trabalho escravo no Brasil, que foi extinto em 1888. Nós precisamos de uma Justiça eficiente, uma Justiça que leve em conta a realidade que vivemos hoje. Eu não tenho dúvida nenhuma que a Justiça do



Trabalho será parceira do Poder Executivo e da sociedade na construção desse novo marco que vai regular os direitos dos trabalhadores brasileiros.

Da parte do governo, nós não faremos nada sem que a sociedade brasileira opine, sem que aqueles que entendem do assunto opinem. Porque, para mim, é muito mais vantajoso mandar um projeto para o Congresso que seja resultado de um consenso entre nós ou, pelo menos, de uma maioria consensuada – sempre vai ter um ou outro contra, mas não tem nenhum problema, isso faz parte da democracia – mas que, pelo menos, a gente tenha a consciência tranqüila de que as pessoas foram ouvidas, de que a maioria pensa daquele jeito.

E assim nós vamos fazer a reforma do Judiciário, assim nós vamos fazer a reforma trabalhista, assim nós vamos fazer a reforma sindical, e assim nós vamos fazer tantas reformas quantas forem necessárias, para que o Brasil se modernize cada vez mais e para que possa estar neste mundo competitivo tendo nas suas boas relações, na ação da boa Justiça, do bom Poder Judiciário, na ação do bom sindicato, e nessa relação fraternal, que isso sirva para nós como vantagem comparativa, nas nossas relações com esse mundo desenvolvido que temos que enfrentar todo santo dia.

Lá em São Bernardo a minha relação com a Justiça foi muito forte, porque nós tínhamos apenas uma Junta de Conciliação, a Segunda Junta de Conciliação. Eu vim várias vezes a Brasília com o Pazzianotto Pinto, fui muitas vezes ao Tribunal Regional do Trabalho. O Sindicato, em alguns momentos, teve que emprestar máquina de escrever, teve que dar motorista, teve que dar gasolina.

A primeira conquista minha, na vida, veio da Justiça do Trabalho quando, em 1976, eu queria representar os trabalhadores metalúrgicos do ABC e a Federação dos Metalúrgicos não queria que eu representasse, porque o dissídio tinha que ser feito pela Federação. E eu tinha uma briga enorme, porque entendia que quem representava os trabalhadores era o Sindicato e



não a Federação. Demos entrada aqui, no Tribunal Superior do Trabalho, e o Tribunal teve uma decisão, Zunga, que me livrou a cara, dizendo que quem representava os trabalhadores era o Sindicato e que a Federação representava os trabalhadores inorganizados.

A partir dessa decisão, São Bernardo pôde se transformar no Sindicato grande que até hoje é, pôde criar muitas lideranças, porque nós ganhamos autonomia, liberdade e ficamos donos do nosso nariz.

Não sei se mereço esta Comenda bonita. Mas, de qualquer forma, já está no meu pescoço, eu quero agradecer a todos os ministros que votaram e que me honraram com esta Comenda.

Muito obrigado.